

SENADO

Senado Federal – Brasília (DF)

Edição Especial nº 1 – Dezembro de 2005

BALANÇO
2005

Meta em 2006 é agenda positiva

Em 2005, senadores trabalharam para valorizar os municípios, combater a burocracia, proteger as pequenas empresas e dar ao país novas regras políticas, tributárias e para a tramitação das medidas provisórias





GERALDO MAGELA

Agenda positiva para o futuro

A revista **Senado** traz o resumo das atividades que a Casa desempenhou durante 2005, ano em que enfrentamos grandes desafios. O principal deles foi conseguir cumprir nosso papel institucional de legislar, sem abrir mão da missão de fiscalizar. Fizemos nossa parte nesses dois aspectos, como mostram as mais de 2.000 matérias aprovadas pela Casa, incluindo importantes propostas de alteração da legislação eleitoral e tributária. Travamos também o debate dos problemas que mais afligem o país, como a excessiva burocracia enfrentada pelas empresas, o esgotamento de nossa infra-estrutura, as dificuldades dos municípios, o desemprego, entre outros. Nossas portas foram abertas para mostrar as dificuldades experimentadas pelas pessoas com deficiência física e, ainda, apontar as opções de acessibilidade disponíveis. Participamos de campanhas pela valorização das mulheres. Trouxemos os representantes da comunidade afrodescendente para buscarmos juntos soluções para a redução da desigualdade entre brancos e negros. Valorizamos nossos artistas, que, representando todos os estados brasileiros, estiveram presentes em exposição recentemente concluída. Também exercemos nosso papel de fiscalizadores e, assim, participamos ativamente das comissões parlamentares,

investigando e propondo as punições devidas, sem deixar de dar todo o direito de defesa aos acusados. É certo que enfrentamos problemas. O grande número de medidas provisórias foi um deles. Com isso, o Senado recebeu grande parte das mais de 30 MPs com o prazo de validade quase vencido, o que provocou o trancamento de muitas das nossas sessões deliberativas. Agora, é olhar para 2006 e trabalhar na construção de uma agenda que atenda às necessidades do país, incluindo a definição da nova Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a discussão do marco regulatório do saneamento e o avanço nas propostas que objetivam desburocratizar a vida do brasileiro. Ano que vem, comemoraremos ainda os 180 anos da primeira sessão do Senado Federal, uma história que transcende o período republicano e demonstra a perenidade de nossas instituições políticas. O ano será também de festa democrática, quando toda a sociedade vai decidir, por meio do voto, os rumos do país. Esperamos que as informações aqui apresentadas contribuam nessa tomada de decisão.

Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko,

Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão

Edição: Flávio Faria, Flávio Mattos, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, José Paulo C. Tupynambá, Juliana Steck, Maria Lúcia Sigmaringa, Marba Furtado, Mariuza Vaz, Rita Nardelli, Suely Bastos, Sylvio Guedes, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior

Diretora da Agência Senado: Valéria Ribeiro

Chefia de Reportagem: Davi Emerich e Denise Costa

Reportagens: Alexandre Gonçalves, Augusto Castro, Cezar Motta, Cláudia Fernandes, Cláudio Bernardo, Cristina Vidigal, Domingos Mourão Neto, Eli Teixeira, Elina Rodrigues, Geraldo Sobreira, Gorette Brandão, Helena Daltro Pontual, Iara Borges, João Carlos da S. Teixeira, Jorge Frederico, Laércio Franzon, Laura Fonseca, Marcos Magalhães, Mikhail Lopes, Moisés Nazario, Nelson Oliveira, Paula Pimenta, Paulo Vasco, Rafael Faria, Ricardo Icassatti, Ricardo Koiti Koshimizu, Roberto Homem, Sílvia Gomide, Simone Franco, Teresa Cardoso, Tida Medeiros e Valéria Castanho

Design Gráfico: Iracema F. da Silva

Diagramação: Iracema F. da Silva e Sérgio Luiz G. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo Almeida, Miquéas Morais e Rita Avellino

Edição de Fotografia: Élide da Costa

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao Leitor: Shirley Velloso Alves

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Júlio Pedrosa

FALE COM OS SENADORES

O cidadão pode enviar carta e e-mail ou telefonar diretamente para o parlamentar em seu gabinete. Por carta, enderece o envelope ao Senado e escreva o nome do parlamentar. Para entrar em contato com o gabinete, consulte a lista com os telefones e endereços eletrônicos listados na página 86 desta edição. O cidadão tem ainda à disposição as centrais telefônicas, a Internet (www.senado.gov.br) e os serviços de atendimento com chamadas gratuitas pelo 0800.

VISITAS AO SENADO

Os cidadãos podem agendar visitas ao Senado pelos telefones (61) 3311-2149 e 3216-1771. Para melhor conforto, o passeio é guiado por funcionários. Para grupos de até 10 pessoas não é necessário agendar, exceto estrangeiros, para que seja providenciado tradutor. O acesso dos visitantes se dá pela rampa do Salão Negro, e o tempo médio da visita é de 50 minutos. O serviço é gratuito e funciona todos os dias, sem exceção. As visitas são feitas a cada meia hora, das 9h30 às 17h.

Senado Federal: Palácio do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes – Anexo I – Térreo – 70165-900 – Brasília (DF)

Jornal do Senado: Tel.: (61) 3311-3333 – E-mail: jornal@senado.gov.br

Agência Senado: Tel.: (61) 3311-3327 – E-mail: agencia@senado.gov.br

Alô Senado - Central de Relacionamento com o Cidadão: 0800 61-2211

O atendimento funciona 24 horas. De segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, as chamadas são atendidas por uma equipe. Nos outros horários as mensagens são recebidas pela central eletrônica. Mensagens também podem ser enviadas pelo site do Senado para o e-mail alosenado@senado.gov.br – Fax: 0800 61-2210

Central telefônica: Tel.: (61) 3311-4141 – Internet: www.senado.gov.br

Publicações do Senado: Subsecretaria de Edições Técnicas – Tels.: (61) 3311-3575 e 3311-3576 – E-mail: livros@senado.gov.br

Tramitação de projetos: Secretaria de Informações – Tels.: (61) 3311-3325 e 3311-2572

Biblioteca do Senado: Tels.: (61) 3311-3943 e 3311-3944 – E-mail: sbib@senado.gov.br

6 Solução criativa

Senado recorre a esforços concentrados para votar projetos e superar obstáculo das MPs

8 Metas alcançadas

Nova Mesa diretora assume e cumpre objetivos traçados por Renan em seu discurso de posse

9 Recado aos visitantes

Senado estreita relações com países amigos e reafirma força da nossa democracia

12 Novas leis aprovadas

Plenário aprova projetos de grande repercussão, como a nova Lei de Biossegurança

18 Fim do nepotismo

Mais visível efeito da reforma do Judiciário, contratação de parentes é proibida nos tribunais

20 Grande tema agendado

Governo está disposto a retomar debate sobre a reforma tributária em 2006

22 Pelo direito de legislar

Excesso de MPs prejudica as atividades do Senado e atrasa a discussão de projetos

23 Combate à papelada

Grupo de trabalho estuda formas para reduzir entraves burocráticos no país

24 Reação à criminalidade

Brasil foi às urnas no referendo sobre a proibição do comércio de armas e munições





MOREIRA MARIZ



MOREIRA MARIZ

26 Pacote contra caixa dois

Minirreforma política aprovada pelo Senado aumenta controle sobre gastos eleitorais

28 Primeiro os pequenos

Subcomissão permanente e ação política efetiva marcam apoio do Senado aos municípios mais pobres

31 Abrindo as contas públicas

Senado dá passo importante na transparência da administração com criação do sistema Siga

32 Foro central da economia

CAE promove debates com Palocci, Meirelles e até autoridades estrangeiras

34 Do povo, para o povo

CCJ aprovou projeto sugerido pela comunidade que cria novo sistema de habitação popular

36 Voz do campo na Esplanada

Nova Comissão de Reforma Agrária e Agricultura assegura ênfase às questões rurais

38 Questões estratégicas

Setor energético e sistema de telefonia concentram atenções da Comissão de Infra-Estrutura

40 Justiça no acesso ao diploma

Comissão de Educação aprova sistema de cotas para alunos da rede pública nas universidades

44 Recriação da Sudene

CCJ avalizou projeto que traz de volta, com mais poderes, o órgão regional de desenvolvimento

46 Defesa da riqueza nacional

Ameaças à Amazônia, como o risco de internacionalização, preocupam senadores da CRE

52 Imagens de 2005

Em oito páginas, um mosaico com os momentos que marcaram o ano político e legislativo

62 Trajetória revisitada

Sessões solenes homenageiam brasileiros ilustres e trazem revelações históricas

64 Apuração rigorosa

Comissões de inquérito trabalham madrugada adentro para apurar denúncias de corrupção

68 Ameaças à produção

Formas de proteger a força da agropecuária, setor que responde por 30% da riqueza nacional

70 A hora do debate verde

Gestão de florestas e transposição das águas do São Francisco estiveram na agenda política

73 Desafiando os problemas

Aborto, assédio moral, violência e discriminação contra a mulher foram discutidos sem medo

74 Um não às deficiências

Senado dá exemplo ao país com medidas que asseguram acesso de todos, sem discriminação

77 Passo contra o preconceito

Estatuto da Igualdade Racial passa no Senado e pode entrar em vigor no início de 2006

78 Informação em primeiro lugar

Comunicação Social do Senado cria novos produtos e leva informação a todo o país

84 Exemplo de austeridade

Nova Mesa diretora impõe rigidez no controle de gastos, que traz economia de R\$ 30 milhões

85 Você é quem faz as leis

Cidadão pode sugerir projetos e contribuir para as mudanças que a sociedade reivindica

Criatividade para limpar a pauta



CÉLIO AZEVEDO

Líderes reunidos no centro do Plenário: em uma única sessão, esforço concentrado permitiu a votação de 71 matérias pelos senadores

Mesa diretora adota tática do esforço concentrado e Plenário consegue votar projetos

As investigações das CPIs, cujo funcionamento em 2005 quase sempre se estendeu até as madrugadas, e as mais de 30 medidas provisórias editadas pelo Executivo obrigaram os senadores a buscarem soluções criativas para evitar que a Casa ficasse paralisada. Assim, sempre que foi possível limpar a pauta de MPs, os senadores passavam horas examinando projetos, emendas constitucionais e outras matérias.

Num desses momentos, o Plenário conseguiu votar em uma única sessão 71 matérias. Em outros, a oposição obstruiu a ponto de levar as MPs à perda de eficácia, por terem passado os 120 dias desde sua edição – como as que criavam a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e a Super-Receita federal.

Algumas das proposições acirraram o confronto político, o que dificultou sua votação, caso da proposta de gestão das florestas. Outras mostraram que a maioria governista no Senado nem sempre acompa-

nha a orientação de seus líderes. Como no episódio da aprovação do salário mínimo de R\$ 384, em agosto, valor reduzido pouco depois pelos deputados para R\$ 300, como desejava o Palácio do Planalto.

No entanto, o resultado final é que praticamente todas as matérias mais importantes acabaram sendo votadas. Foi assim com a PEC Paralela da Previdência, com a chamada MP do Bem, com a correção de 10% na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, com a reforma política ou com o projeto que regulamenta os consórcios municipais na área de saneamento.

Para se ter uma idéia das jornadas cumpridas pela Casa, registre-se que, quando começaram a funcionar, no início do segundo semestre, as CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos tiveram ritmo de trabalho tão intenso que às vezes tomavam depoimentos que varavam a madrugada. Uma sessão da CPI dos Correios, para fazer acareações entre testemunhas, chegou a durar 14 horas.

– O Senado mostrou maturidade e está cumprindo o que deseja a sociedade – resume o presidente do Senado e do Congresso, senador Renan Calheiros.

De 15 de fevereiro a 30 de junho, 67% das sessões de votação no Senado estiveram bloqueadas. Em março, foram todas as sessões deliberativas. Só a MP da produção de biodiesel trancou a pauta por três semanas seguidas. O auge foi em 15 de abril. Nesse dia, Renan mostrou à imprensa uma pilha com mais de cem quilos de papel. Eram projetos prontos para votação, mas estavam impedidos pela Constituição, que manda examinar com total prioridade as MPs.

Apesar das CPIs e do clima de enfrentamento entre governo e oposição, o Plenário não deixou de se reunir, chegando a realizar mais de 100 sessões deliberativas até o final de novembro. Confrontados por denúncias da imprensa e do ex-deputado Roberto Jefferson, os senadores não abdicaram de sua função de fiscalizar e participaram de três CPIs em 2005, que investigaram esquemas de corrupção envolvendo governo, empresas estatais e privadas e parlamentares. No rastro das investigações, 18 deputados com pedido de cassação (quatro renunciaram antes), mais de 20 funcionários do governo demitidos, um empresário da área publicitária e cerca de 50 ex-servidores de empresas estatais e ex-dirigentes de partidos políticos na mira da Polícia Federal e do Ministério Público.



Renan e Aldo falam à imprensa: previsão de votações importantes antes do final do ano

Renan e Aldo Rebelo acertam esforço final

No final de novembro, os presidentes do Senado e da Câmara, senador Renan Calheiros e deputado Aldo Rebelo, definiram uma lista de matérias que serão sugeridas aos líderes partidários para serem votadas até o fim do ano, podendo ser inclusive deliberadas entre o Natal e o Ano Novo.

Na lista das matérias que o Senado deverá votar estão as propostas de mudança na tramitação das medidas provisórias, a definição do marco regulatório para o gás, a regulamentação do pagamento dos precatórios, a desburocratização dos serviços públicos, a recriação da Sudene, a gestão sustentável das florestas públicas e a reforma infraconstitucional do Código de Processo Civil, inclusive com medidas que prevêm o uso do meio eletrônico nos processos.

– Nosso objetivo é resgatar matérias que não foram votadas porque foram atropeladas pela crise política, disse Renan.

Entre as propostas de iniciativa das duas Casas do Congresso, Renan listou a política nacional do salário mínimo, a sistematização das propostas de segurança pública e a apreciação de vetos presidenciais e créditos orçamentários.

Na Câmara, devem constar da pauta as reformas política e tributária; a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; a PEC 415/05, que cria o Fundeb; o projeto da Super-Receita; o Estatuto da Igualdade Racial; e as propostas de combate à violência doméstica contra as mulheres.

Juros altos, alvo de críticas nos discursos em Plenário

A política de juros altos mantida pelo governo federal foi alvo preferencial dos discursos dos senadores durante todo o ano. Governistas e opositores coincidiram na avaliação de que é essencial a queda dos juros a fim de estimular o crescimento econômico. Para o senador Alberto Silva (PMDB-PI), está na hora de o governo aplicar parte do superávit primário nas necessidades imediatas do país, como a recuperação das rodovias. Vice-líder do governo, Ney Suassuna (PMDB-PB) aplaudiu a diminuição dos juros, iniciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em outubro, mas observou que o país continua a ostentar uma das taxas mais altas do mundo. – Qualquer redução nos juros injeta ânimo no setor produtivo. O Banco Central parece estar cego para o potencial de crescimento da economia e do mercado de trabalho no país – avaliou. O senador Paulo Paim (PT-RS) também manifestou preocupação com a manutenção da política

econômica de juros altos e metas de superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros). Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, argumentou que a situação atual é muito melhor em relação aos juros, superávit e austeridade nos gastos. Para ele, houve descontrole na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso devido a uma política equivocada de juros, baseada na âncora cambial, com taxas reais de 22%, que teria derrubado os superávits comerciais de 1997 e criado um passivo financeiro que não foi vencido nem com a privatização das estatais. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) apontou a descrença do povo brasileiro em relação ao governo Lula, acusando-o de colocar mais dinheiro “no colo dos banqueiros do que FHC”.



Mão Santa apontou descrença do povo brasileiro



O Senado no papel principal

Renan, entre Efraim Morais e Tião Viana: "A tarefa mais importante do Parlamento hoje é criar as condições para o crescimento do Brasil"

Eleito presidente, Renan Calheiros tomou medidas para evitar paralisia do Legislativo

Em seu primeiro ano como presidente do Senado e do Congresso Nacional, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) buscou dar ao Legislativo um papel ativo e propositivo, com três objetivos principais: criar condições para o crescimento econômico; aperfeiçoar as instituições democráticas; e dar mais celeridade ao processo legislativo com regras mais rígidas para as medidas provisórias.

Renan tomou posse apontando a Presidência como o maior desafio de sua vida pública, que inclui o cargo de ministro da Justiça. Prometeu o consenso, em lugar do confronto, e a compreensão e o entendimento, em lugar da discórdia. Prometia dar ao Senado um papel principal, e não de coadjuvante, "na consolidação de um ambiente adequado ao desenvolvimento".

Mesmo com a crise política, o Senado buscou manter sua agenda de trabalho, garantindo, ao mesmo tempo, totais condições para o funcionamento das três CPIs criadas para investigar as denúncias de corrupção no governo.

O Senado já tinha dado sua contribuição com a aprovação das reformas tributária e eleitoral, que estão sob análise da Câmara.

Para disciplinar o uso das medidas provisórias, Renan Calheiros criou uma comissão mista, formada por dez senadores e dez deputados, que apresentaria uma proposta a ser submetida ao Congresso. Atualmente, as MPs trancam a pauta de votações caso não sejam votadas em 45 dias na Câmara e no Senado. A comissão que vai propor mudanças no ritual é presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e tem como relator o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF). Já existe um esboço do relatório para análise dos demais parlamentares. Várias propostas foram apresentadas, entre elas a alternância das Casas no recebimento das MPs, o que agilizará o processo de votação, e o limite de cinco medidas em exame simultâneo em cada uma das Casas.

Promessas de campanha foram cumpridas, como a luta para disciplinar a votação de MPs

O Grupo de Trabalho para Desburocratização e Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão, outra iniciativa de Renan, entregou um primeiro relatório no final de novembro, em que sugere o aperfeiçoamento da Rede Sim para integrar governos federal, estaduais e municipais e simplificar a abertura e o fechamento de pequenas empresas. O objetivo é reduzir o cipoal de leis e exigências que dificultam as relações das empresas e dos cidadãos com o governo, reduzir custos e facilitar o crescimento econômico. Há a tendência

de que o grupo se torne permanente, para elaborar novas sugestões.

"A tarefa mais importante do Parlamento hoje é criar as condições para o crescimento do Brasil. Chegou a hora de tirarmos as amarras que minam as energias da nação", disse Renan em seu discurso de posse. E essa continua sendo a plataforma para o segundo ano de sua gestão.



Os príncipes espanhóis Felipe de Borbón y Grécia e Letizia Ortiz visitaram o Congresso Nacional e foram recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros

Renan estreita relações com países amigos

Presidente reitera a visitantes estrangeiros que a democracia está firme

Num ano em que a crise política foi a marca mais visível na imagem do Brasil no exterior, o presidente do Senado, Renan Calheiros, exerceu o papel de mostrar às delegações estrangeiras que visitaram o Legislativo que as instituições brasileiras são sólidas e que a democracia sairá fortalecida ao final deste que tem sido o pior momento enfrentado pelo governo do presidente Lula.

Para isso, durante toda a crise Renan procurou enfatizar que era necessário apurar todas as denúncias como forma

de responder à indignação e perplexidade que dominavam a sociedade. Ao receber os visitantes estrangeiros em missão oficial, preocupou-se em demonstrar que, apesar da complexidade do momento, o Legislativo estava agindo e o Brasil não corria risco de retrocesso institucional.

Antes da eclosão da crise, em abril, o primeiro presidente de esquerda eleito no Uruguai, Tabaré Vázquez, visitou o Senado e até participou da sessão, fazendo rápido pronunciamento no Plenário. Renan destacou que a visita “honra o Senado e reafirma o vínculo de amizade entre nossos povos”. Ele ressaltou os objetivos de busca da prosperidade com progresso social perseguidos pelo governo

de Vázquez. Já o presidente uruguaio enfatizou a necessidade de aprofundar a integração regional, atualmente circunscrita aos aspectos comerciais no âmbito do Mercosul.

Da maioria dos visitantes recebidos desde maio, Renan ouviu perguntas explícitas ou veladas a respeito do momento vivido pelo país. Nas poltronas vermelhas do Salão Nobre ou no sofá da sala de audiências do seu gabinete, numa retórica polida e tranqüilizadora, ele sempre assegurou que o Congresso estava agindo e que a democracia brasileira não corria riscos. E jamais fugiu do assunto.

No dia 25 de maio, numa sessão do Congresso, Renan anunciou a criação da primeira comissão parlamentar de inquérito para investigar um organismo do governo Lula – a CPI dos Correios. Na ocasião, ele reconheceu que o Brasil passava por situação política delicada, mas ressaltou que o país já atravessara

Delegações estrangeiras puderam comprovar o funcionamento normal das instituições nacionais

turbilhões piores e nem por isso deixara de andar para a frente. “Já houve CPIs com apurações mais complexas e, nem

assim, o Brasil parou”, argumentou.

Dois meses depois, quando a crise já resultava na criação de mais duas CPIs e na saída do deputado José Dirceu da chefia da Casa Civil da Presidência da República, Renan recebia o presidente do

Conselho dos Estados da Suíça, senador Bruno Frick, para uma conversa tranqüilizadora. Indagado pelo visitante sobre a tensão vivida pelo Brasil, o presidente do Senado explicou que o país vivia em plena maturidade democrática e que as CPIs davam contribuição institucional relevante para esse amadurecimento.

Em agosto, quando recebeu o presidente do Parlamento Europeu, deputado Joseph Borrell Fontelles, o próprio Renan abordou o assunto que mobilizava o Congresso e brincou dizendo que o visitante encontrava o Brasil numa temperatura política elevada. Nessa conversa, ele assegurou estar fazendo tudo para conduzir de forma coerente as investigações realizadas pelas CPIs, a fim de que fossem punidas apenas as pessoas comprovadamente culpadas. Afirmou ainda que, apesar de as irregularidades parecerem sistêmicas, não eram. E asseverou que as investigações transcorriam dentro da mais absoluta estabilidade institucional.

Por ocasião da visita do presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, também em agosto, novamente Renan falou sobre a crise, dizendo que estava em discussão uma reforma destinada a diminuir os custos e a dar transparência ao financiamento dos partidos políticos.

Ao presidente da Áustria, Heins Fischer, em setembro, Renan reconhe-

ceu que o Brasil vivia um momento político complexo, mas observou que as dificuldades serviriam para ressaltar o fortalecimento da democracia. Ele voltou a defender a reforma política como solução para a crise e assinalou que o Brasil tem 27 partidos, alguns apenas com foco em interesses pessoais, “com grandes prejuízos para a nação”.

Ainda em setembro, ao recepcionar uma delegação de parlamentares do Kuwait, chefiada pelo presidente do parlamento daquele país, Jamal Hussein Al-Umar, Renan foi mais uma vez abordado sobre a crise brasileira. Novamente explicou os esforços que o Congresso tem feito para investigar as denúncias e para realizar as reformas necessárias, não apenas na área política, mas também na economia.

Ao longo de 2005, mais de 20 delegações oficiais foram recebidas no Senado, inclusive a missão chefiada pelos príncipes da Espanha, Felipe de Borbón y Grécia e Letizia Ortiz, que se reuniram também com os senadores integrantes

GERALDO MAGELA



Heinz Fischer, presidente da Áustria, e Renan discutiram relações bilaterais e o fortalecimento da democracia

do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha para discutir o ingresso de investimentos espanhóis no programa brasileiro de parcerias público-privadas (PPPs). Com todos os visitantes, Renan empenhou-se em mostrar que o Brasil é uma democracia sólida e um mercado seguro para investimentos estrangeiros.

JOSÉ CRUZ



Renan e o presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez: aproximação com novo governo de um dos países-membros do Mercosul

Renan informou ao presidente do Parlamento Europeu, o espanhol Joseph Borrell Fontelles, que investigações seguiam em clima de tranqüilidade

J. FREITAS



Unanimidade em torno da educação

Manifesto assinado por todos os 81 senadores foi lançado em outubro no Plenário

No calendário do Senado, o dia 11 de outubro estava reservado para as tradicionais homenagens ao Dia do Professor e às crianças. No entanto, inconformados com a falta de prioridade com que o país cuida da educação, todos os 81 senadores e outros dois licenciados decidiram lançar o “Manifesto dos Senadores pela Educação”. No documento, eles prometem total prioridade à área educacional, partindo do princípio de que só assim o país crescerá, oferecerá empregos e salários mais dignos e poderá associar democracia com modernidade.

O manifesto, de 130 linhas, foi o auge de manifestações dos senadores a favor da educação. Poucos dias antes, derrotando o governo, os senadores haviam aprovado uma emenda constitucional da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que obriga o governo a também oferecer creches a crianças de até quatro anos. Ela e outros senadores haviam se rebelado com o projeto governamental que cria o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). O

Fundeb, ainda em votação na Câmara, só garante pré-escola para crianças de quatro a seis anos. O projeto de Heloísa também tramita na Câmara.

Os senadores informam no próprio manifesto por que eles passaram a considerar a educação a prioridade número um. Para começar, um dado estarrecedor: o Brasil já gasta mais com segurança do que com educação. Na discussão do manifesto, os parlamentares observaram que a educação é um dos

Documento, de 130 linhas, expõe mazelas do setor e exige cumprimento do PNE

caminhos para redução da criminalidade.

O documento lembra que os países que se desenvolveram rapidamente nas últimas

décadas fizeram aplicações maciças em educação e apresenta números sobre as mazelas brasileiras na área para justificar a prioridade.

Eis o quadro que alarmou os senadores e os levou a firmar o acordo a favor da educação:

“Na educação infantil, para um universo de 22 milhões de crianças entre zero e seis anos, acolhemos nas creches, no segmento de zero a três anos, apenas 1,12 milhão (5%) de crianças. Quando

se trata de crianças de quatro a seis anos, somente 5,16 milhões (23,4%).

No ensino fundamental, persiste o fenômeno da repetência. Se o número de matrículas no 1º ano se aproxima de 5,6 milhões, não chega a 2,9 milhões no 8º ano.

Mais de 3 milhões de crianças ainda não têm acesso à educação obrigatória. Estão fora da escola mais de 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos.

Numa avaliação envolvendo 40 países, em 2003, o Brasil obteve o menor rendimento em matemática.

O salário médio dos professores da educação básica varia de R\$ 430 (educação infantil) a R\$ 700 (ensino médio).”

O texto do manifesto afirma que os senadores prometem lutar para que sejam cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual prevê que pelo menos metade das crianças seja atendida por creches e 80% por pré-escola, com padrões mínimos de qualidade. O plano prevê ainda que todas as crianças e adolescentes, em idade própria, devem estar matriculados no ensino fundamental e progressivamente no ensino médio.

Alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal participaram da sessão especial que selou o compromisso de todos os senadores com a educação





JANE ARAÚJO

Funcionário do Senado conduz carrinho com pilhas de projetos esperando votação, enquanto as MPs obstruem a pauta. Ainda assim, Plenário conseguiu votar leis importantes e cumpriu papel constitucional

Plenário do Senado mostrou serviço

Temas como biossegurança, educação infantil e novos planos para valorizar a cultura e assegurar habitação para famílias mais pobres receberam decisões dos senadores

Pesquisas com embriões humanos e transgênicos; retomada da paridade salarial entre ativos e inativos no serviço público; criação de um sistema nacional de habitação popular; oferta obrigatória de educação pública e gratuita a crianças de zero a seis anos. Esse mosaico de assuntos relevantes e polêmicos pôde ser construído, em grande parte, pela atuação do Plenário do Senado em 2005. Dos 11 temas fundamentais que suscitaram intensos debates entre os senadores e, em alguns casos, já foram incorporados à legislação brasileira, o carro-chefe foi a Lei de Biossegurança, que liberou estudos com células-tronco e estabeleceu normas para a produção, a comercialização e o consumo de organismos geneticamente modificados (OGMs).

Se a comunidade científica acompanhava de perto a discussão sobre a Lei de Biossegurança, o funcionalismo pú-

blico não perdia um lance da votação e aprovação da PEC Paralela da Previdência Social. Além da paridade de vencimentos, a proposta fixou nova regra de transição para aposentadoria para quem ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998. Depois de 14 anos de tramitação no Congresso, a sociedade também pôde comemorar a transformação em lei de projeto de iniciativa popular que criou o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Outra proposição aprovada pelo Senado e já em vigor instituiu a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cuja missão é regular e fiscalizar o setor aéreo.

Enquanto a Câmara dos Deputados ainda analisa proposta de emenda à Constituição da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que obriga o Estado a

oferecer creches e pré-escolas públicas e gratuitas a crianças de zero a seis anos, o Congresso já promulgou o Plano Nacional de Cultura, destinado a impulsionar o desenvolvimento cultural do país. Ainda na área de ensino e cultura, a Câmara debateu projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que prevê incentivos fiscais para salas de cinema e teatros instaladas no interior do país e o Senado lançou Manifesto pela Educação, para mobilizar a sociedade em

torno da melhoria do ensino brasileiro.

Questões previdenciárias também movimentam a pauta das duas Casas: o Senado continua a discutir a contribuição da dona-de-casa para o INSS, enquanto a Câmara analisa o aumento do limite de idade para aposentadoria compulsória no serviço público.

Funcionalismo comemorou aprovação da PEC Paralela da reforma da Previdência Social

Novo sistema de habitação popular

O Senado deu seu aval, em 2005, à criação do Sistema Nacional e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, instituídos pela Lei 11.124/05. Esse novo sistema habitacional está voltado para famílias de baixa renda e é resultado de iniciativa popular que tramitava há 14 anos no Congresso Nacional. O governo quer viabilizar o acesso da população carente à terra urbanizada e à moradia digna, priorizando o aproveitamento de áreas de propriedade do poder público com infraestrutura já montada.

Caberá ao fundo gerenciar recursos orçamentários para os programas da área, sendo essa aplicação submetida à política de desenvolvimento urbano expressa em planos diretores ou legislação equivalente. Para ter acesso às verbas do fundo, estados, Distrito Federal e municípios deverão constituir conselhos específicos, com a participação de representantes dos movimentos populares.



Projeto aprovado, que originou-se em iniciativa popular, facilita aos mais pobres o acesso à casa própria

PEC Paralela retoma paridade salarial entre ativos e inativos

O resgate da paridade salarial entre futuros aposentados e funcionários da ativa do serviço público foi o destaque da proposta de emenda constitucional paralela da Previdência Social (PEC Paralela), promulgada pelo Congresso como Emenda Constitucional 47/05, após longa tramitação na Câmara.

Ainda em relação ao setor público, o texto constitucional em vigor beneficia quem ingressou no funcionalismo até 16 de dezembro de 1998 com nova regra de transição para aposentadoria; estabelece que os novos servidores terão como teto de aposentadoria o valor máximo pago pelo INSS (R\$ 2.508,72) e prevê a aceitação de critérios diferenciados para aposentadoria de servidores portadores de deficiência, a serem implementados por meio de lei complementar.

Biossegurança regula pesquisa com células-tronco

Novas regras para a utilização de sementes transgênicas e para a realização de pesquisas com células-tronco para fins terapêuticos foram definidas em março, graças à promulgação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05). A lei foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo Senado, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O projeto de lei foi proposto pelo Executivo em 2003 e já havia sofrido alterações na Câmara no início de 2004. O substitutivo de Suassuna foi aprovado no Senado em outubro do ano passado e, na Câmara, em março deste ano. A Lei de Biossegurança foi publicada em 24 de março, e sua regulamentação em 23 de novembro.

A principal alteração feita pelo senador foi a permissão para a pesquisa com

embriões humanos manipulados por fertilização *in vitro* que tenham sido congelados há, no mínimo, três anos ou classificados como inviáveis. Quanto aos alimentos transgênicos, a produção e a comercialização de soja geneticamente modificada foram liberadas para as sementes tolerantes ao defensivo agrícola glifosato e com registro no Ministério da Agricultura.

A lei prevê também a criação do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), que decidirá sobre a comercialização dos organismos geneticamente modificados (OGMs), e a delegação à



Nova Lei de Biossegurança permite a pesquisa com embriões humanos, mas há restrições

FOTO: USDA

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para baixar normas e controlar pesquisas.

Quem patrocinar construção de teatros e cinemas em cidades com menos de 100 mil habitantes pode ter direito a incentivos fiscais



LEONARDO LARA/TIRADENTES-MG

Plano Nacional de Cultura protege o patrimônio

Embora a Constituição já obrigasse o Estado a assegurar o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes de cultura e o incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais, ainda não havia sido conferida à cultura posição de destaque no rol das políticas públicas. Essa realidade começou a mudar com a promulgação da Emenda Constitucional 48/05, que determina a criação do Plano Nacional de Cultura, outro assunto bastante debatido no Plenário do Senado em 2005.

O Plano Nacional de Cultura, cujo relator foi o senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), terá duração plurianual e será elaborado por meio de lei específica. Terá como finalidade promover o desenvolvimento cultural do país a partir da integração de ações do poder público que estimulem a defesa do patrimônio brasileiro; a produção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão do setor; a democratização

do acesso a bens culturais e a valorização da diversidade étnica e regional. O Plano Nacional de Cultura também deve ampliar as verbas orçamentárias para o setor, refém da política de incentivos fiscais.

Incentivo à arte no interior

A interiorização dos espaços de exibição de filmes e espetáculos teatrais foi aprovada pelo Senado e está sendo discutida agora pela Câmara dos Deputados. Projeto de lei (PL 5.506/05) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) estende benefícios fiscais da Lei Rouanet (Lei 8.313/91) – restritos hoje à produção e à distribuição cinematográfica – às doações e aos patrocínios para construção e manutenção de salas de cinema e teatro em municípios com menos de 100 mil habitantes. O uso desses prédios como centros culturais comunitários deve ampliar a oferta de entretenimento à população interiorana e impulsionar a divulgação do cinema nacional. Pessoas físicas ou jurídicas poderão deduzir os valores investidos integralmente do Imposto de Renda.

Creches e pré-escolas gratuitas

Já aprovada pelo Senado Federal, tramita na Câmara dos Deputados proposta de emenda à Constituição (PEC 393/05) de iniciativa da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que obriga o Estado a garantir o atendimento em creches e pré-escolas públicas e gratuitas às crianças de zero a seis anos de idade.

O texto constitucional em vigor já aponta como dever do poder público a oferta desse tipo de assistência educacional. A PEC passa a determinar, todavia, que o Estado deverá conferir “acolhimento obrigatório” a toda demanda pela educação infantil no país. Pelo último censo (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o atual déficit de vagas na educação infantil chega a 16,2 milhões.

Mães e seus bebês reivindicam aprovação da PEC de Heloísa Helena



ROOSEVELT PINHEIRO/ABI

FGTS usado para saldo devedor

O uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de empréstimo para a compra da casa própria, contratado em qualquer sistema de financiamento habitacional, foi acolhido pelo Senado. Para ter direito ao benefício, entretanto, o mutuário não poderia possuir outro imóvel. Aprovada pelo Senado (o relator foi o Eduardo Azeredo (PSDB-MG). e encaminhada à sanção presidencial, a matéria foi vetada integralmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O veto, que será apreciado pelo Congresso, foi justificado com o argumento de que possibilitaria a ampliação do volume de saques ao FGTS, desvirtuando seus objetivos originais.



Pedro Simon

Novo limite para a compulsória

A elevação do limite de idade para aposentadoria compulsória no serviço público gerou intensos debates no Plenário do Senado em 2005. A iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS) acabou fixando dois limites de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição: aos 70 ou aos 75 anos de idade.

Embora ainda dependa de lei complementar para ser regulamentada, a aposentadoria compulsória aos 75 anos começará a valer, assim que o Congresso promulgar essa emenda (PEC 457/05), para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). Já aprovada pelo Senado, a PEC tramita agora na Câmara dos Deputados.

INFRAERO/COMUNICAÇÃO SOCIAL



A Anac terá independência administrativa e autonomia financeira

Agência nacional cuida do setor de aviação civil

A regulação também alcançou o setor aéreo. Depois de passar por intensos debates no Senado, a proposta de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) virou a Lei 11.182/05. Autarquia especial ligada ao Ministério da Defesa, a Anac terá sede no Distrito Federal e a missão de regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

A Anac terá independência administrativa, autonomia financeira e ausência de subordinação hierárquica, cabendo ao presidente da República indicar os dirigentes para mandatos de cinco anos, iniciados após aprovação do Senado.

A instituição desse marco regulatório deverá ajudar a atrair investimentos e a ampliar a proteção dos interesses dos consumidores. A Aeronáutica passará a se concentrar, assim, no controle do espaço aéreo e na prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos.

Dona-de-casa ganha aposentadoria aos 60 anos

As donas-de-casa poderão ter a possibilidade de contribuir para a Previdência Social. Em 2005, o Plenário do Senado aprovou, em primeira votação, substitutivo a projeto de lei (PLC 25/04) que estipula alíquota de contribuição mensal de 7,65% sobre o salário mínimo (R\$ 22,95) para aquelas mulheres cujo marido ou companheiro receba remuneração igual ou inferior a R\$ 623,44 por mês.

Segundo o relator do projeto, senador Augusto Botelho (PDT-RR), para ter acesso ao benefício, a mulher não poderá estar incluída em nenhuma outra categoria de segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Inscrita no sistema, terá direito a benefícios como auxílio-doença e licença-maternidade, recebendo aposentadoria no valor de um salário mínimo aos

60 anos de idade. Por ter recebido emendas na votação em Plenário, o projeto será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Manifestação diante da rampa do Congresso Nacional: mobilização das donas-de-casa rendeu aprovação do projeto



ROSE BRASILEIRA

As leis propostas pelos senadores

Até novembro, oito novas leis federais originadas no Senado entraram em vigor

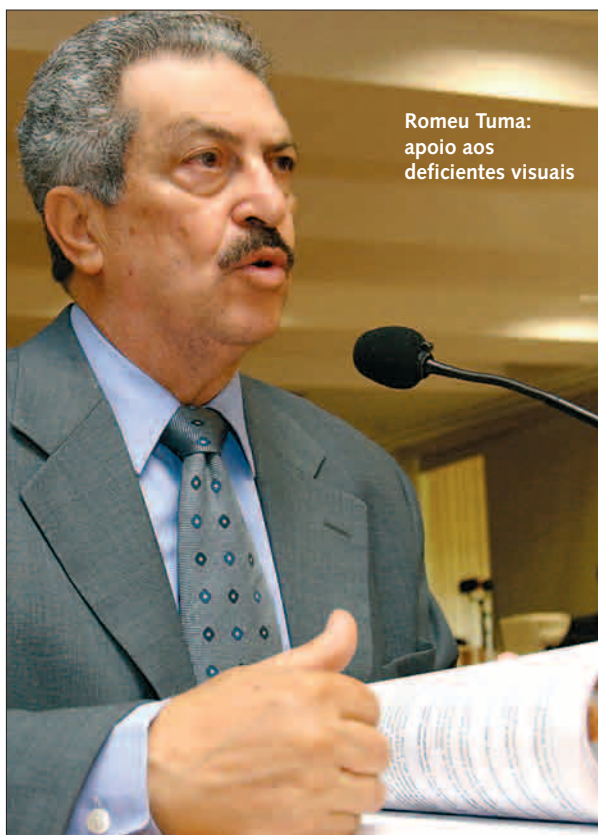
Até novembro de 2005, oito novas leis ordinárias federais originárias de projetos de lei de senadores da República entraram em vigor no país. Todos os projetos, independentemente da iniciativa, obrigatoriamente passam por deliberação do Senado.

Os projetos de lei provenientes de senadores são analisados primeiramente pelo Senado e, posteriormente, revisados pela Câmara dos Deputados. Somente após serem aprovados em ambas as Casas, vão à sanção do presidente da República, para então serem promulgados. É a

partir desse momento que novos direitos e deveres passam a valer na vida das pessoas físicas e jurídicas do país.

Os demais projetos – os de iniciativa do presidente da República, incluindo as medidas provisórias, do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores, do procurador-geral da República e os de autoria dos cidadãos – seguem outro rito. Nesses casos, a tramitação começa na Câmara dos Deputados, e, após aprovação dessa Casa, são submetidos à deliberação do Senado Federal.

J. FREITAS



Romeu Tuma:
apoio aos
deficientes visuais

Portadores de deficiência

Uma das principais preocupações dos senadores durante o ano foi a melhoria das condições de vida dos portadores de deficiência. Esse foi um dos assuntos mais debatidos nas comissões, no Plenário, nas entrevistas e demais fóruns dos quais participaram os membros da Casa. A promulgação de duas novas leis, dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP), ajudou a concretizar esses esforços.

A Lei 11.133/05, de Paulo Paim, instituiu 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

Para comemorar a data, o Senado promoveu em outubro a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O portal do Senado na Internet foi adaptado para possibilitar às pessoas portadoras de deficiência visual o acesso por voz às informações. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14,5% da população brasileira sofre de algum tipo de deficiência.

Projeto de lei de autoria de Tuma foi aprovado e sancionado, permitindo aos deficientes visuais o direito de ingressar e permanecer com seu cão-guia nos veículos de transporte interestadual e



JANE ARAÚJO

Cães-guia podem ser levados por deficientes em veículos de transporte e locais públicos



WALDEMIR RODRIGUES

Lei oriunda de projeto do ex-senador Ricardo Santos tornou obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos. A faixa etária a ser coberta pela pré-escola passou a ser de quatro a cinco anos

internacional com origem no território brasileiro e nos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo.

Os cães-guia adestrados para cuidar de pessoas com deficiência visual não representam qualquer perigo. De acordo com as Nações Unidas, existem cerca de 40 mil deficientes visuais no Brasil, que poderão se beneficiar com essa nova legislação.

Maternidade com acompanhante

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) conseguiu transformar em lei o direito para a gestante da presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), ressalvada a hipótese de proibição, a critério médico, em caso de parto considerado de alto risco. As preocupações da senadora catarinense seguem a linha de estudos da Organização Mundial da Saúde, que demonstra ser o momento do parto experiência capital na vida da mulher, necessitando de atendimento especial.



Ideli Salvatti

Acesso mais cedo ao ensino fundamental

Foi transformado em lei projeto de autoria do ex-senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos

de idade. Em decorrência da medida, foi também alterada a faixa etária a ser coberta pela pré-escola, que passa a se destinar a crianças de quatro a cinco anos.

A nova legislação determina ainda que a rede oficial de ensino deve atingir taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% na faixa etária de sete a 14 anos, e que a incorporação das crianças de seis anos no ensino fundamental não deve reduzir a média de recursos aplicados por cada aluno.

Ricardo Santos terminou seu último mandato na Casa ao final da 51ª Legislatura, em 31 de janeiro de 2003.

Nova rodovia facilita o acesso ao Porto de Vitória

Projeto do senador Magno Malta (PL-ES), que cria a rodovia BR-447/ES, foi convertido em lei. Trata-se de um anel rodoviário de dez quilômetros, para ligar o cais de Capuaba, no Porto de Vitória, à BR-262, principal via de acesso do estado para o escoamento da produção de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Magno Malta

A nova BR-447, que ainda depende de liberação de recursos orçamentários para sua construção, deverá facilitar a movimentação do transporte de cargas, desviar o trânsito de caminhões das áreas urbanas, além de reduzir o tempo

de viagem e garantir maior segurança ao tráfego rodoviário da região.

Conselheiros federais elegerão diretoria da OAB

A próxima eleição da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) será por votação secreta e individual de cada um dos conselheiros federais. Antes da nova lei, oriunda de projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), os membros do Conselho Federal da OAB eram eleitos pelos conselheiros estaduais, sem a participação dos conselheiros federais.



Papaléo Paes

Homenagem a personalidades paraibanas

Projetos do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que agora são lei, homenageiam personalidades da Paraíba.

O viaduto Oitizeiro, na rodovia BR-230, foi denominado Governador Ivan Bechara, em memória do ex-governador do estado.

A ponte que cruza o rio Espinharas, no município de Patos, foi batizada de Geralda Freire Medeiros, em homenagem à ex-prefeita do município.



Ney Suassuna

Reforma do Judiciário já altera realidade

Proibição do nepotismo e fim das férias coletivas são os primeiros resultados

A promulgação da emenda constitucional da reforma do Judiciário (EC 45/04) foi o passo necessário para que a modernização da Justiça no Brasil chegasse às ruas. Essa avaliação, do senador José Jorge (PFL-PE), relator da reforma do Judiciário e da comissão mista que estudou a regulamentação do assunto em 2005, se sustenta, por exemplo, nas ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que já provocam mudanças como o fim do nepotismo.

Os conselhos proibiram a contratação de cônjuges, filhos e parentes até o 3º grau para cargos em comissão ou contratos terceirizados e até a contratação de

empresa em que parentes sejam sócios. E deram prazos até o fim do ano para exonerar os parentes.

O CNJ também definiu critérios para a promoção de magistrados por mérito, que até então dependia apenas do tribunal ao qual o juiz é vinculado. Tanto essa medida como as normas contra o nepotismo foram alvo de queixas generalizadas de magistrados em todo o país.

– Há muita resistência [dentro dos tribunais]. Isso mostra que, sem a pressão da sociedade e da mídia, não seria possível fazer a reforma. Se for deixar para ser feita de dentro... – afirmou José Jorge.

Segundo o secretário-geral do CNJ, juiz federal Flávio Dino, o Supremo Tribunal Federal (STF) já está pronto para, quando necessário, editar súmulas vinculantes, que terão de ser seguidas por todos os juízes e pela administração pública. As súmulas pretendem evitar ações repetidas, sobretudo em ações de servidores públicos, previdenciárias, tributárias e de interesse do consumidor. Segundo Dino, até o momento nenhum

assunto ensejou a edição de uma súmula, o que derruba os argumentos dos críticos de que o instrumento levaria à ditadura do Supremo sobre instâncias inferiores.

A federalização de crimes contra direitos humanos, outra medida da reforma, também não esvaziou os tribunais estaduais. Em 2005, o procurador-geral da República solicitou apenas uma vez que um crime – o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang no Pará – fosse transferido para a Justiça Federal. Porém, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido por entender que a permanência do processo no Pará não ameaçaria compromissos internacionais assinados pelo Brasil.

As férias coletivas em janeiro e julho também foram extintas. Em janeiro de 2005, apenas dois tribunais regionais federais (TRFs) cumpriram a nova regra, mas em julho apenas seis não seguiram o exemplo. “Em janeiro de 2006, nenhum tribunal de 1ª e 2ª instância terá férias coletivas”, garantiu Dino.

O STF estuda ainda a reformulação do Estatuto da Magistratura, de 1979. Parte das alterações, como a exigência de pelo menos três anos de atividade jurídica para acesso à carreira, já está em vigor. A criação da Escola Nacional da Magistratura, criada na reforma, também está em andamento.

Do ponto de vista disciplinar, o CNJ recebe reclamações contra magistrados, como a denúncia de que um desembargador de Minas Gerais teria ganhado uma camionete para influenciar no resultado de uma ação. O CNMP recebeu mais de 40 representações.

As medidas gerenciais que mais impacto causaram foram as resoluções do CNJ e do CNMP que acabam com o nepotismo nos tribunais

STF DIVULGAÇÃO

Comissão avalia a adoção de novas medidas

O Congresso continuou em 2005 o processo de mudanças para melhorar a prestação de justiça no país. Em abril, a comissão mista prevista na emenda foi instalada sob a presidência do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). Escolhido relator, José Jorge dividiu o trabalho em duas frentes: a regulamentação da Emenda Constitucional 45/04 e o estudo dos 23 projetos que constam do *Pacto em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano*, assinado pelos presidentes dos três Poderes em dezembro de 2004.

Depois de colher contribuições pela Internet e promover audiências públicas em Brasília e no Recife (durante o congresso “A Reforma do Judiciário – Aspectos Processuais Cíveis”), José Jorge formulou o relatório final da comissão, que se encerrou em dezembro, com a sugestão de cinco projetos.

As medidas tratam, entre outros assuntos, da destinação de custas ao Poder Judiciário, da revisão ou cancelamento de súmula vinculante, da repercussão geral no recurso extraordinário, das hipóteses de segredo de justiça e do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas. Outros pontos da EC 45/04 a serem regulamentados por iniciativa do STF e do MP também avançaram: o MP enviou à Câmara o projeto que regulamenta o CNMP e o CNJ estuda as matérias que vai mandar ao Congresso.

Um dos 23 projetos do *Pacto* (PL 72/05) já foi aprovado pelo Senado em setembro. A proposta limita os agravos, tipo de recurso que agora só será julgado no momento da apelação, salvo em casos de lesão irreparável.

Para garantir que outras propostas de redução de burocracia, da litigância temerária e de recursos protelatórios se transformarão em lei, José Jorge sugeriu que seja dada urgência àquelas prioritárias, além da instalação de comissão para acompanhar a tramitação.

STF DIVULGAÇÃO



Reunião inaugural do Conselho Nacional de Justiça: resoluções fortes ganham apoio da sociedade

Continuidade da reforma é prioridade

Desde o início do ano, a continuidade da reforma do Judiciário foi colocada como um dos principais assuntos da agenda legislativa. Os 15 membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os 14 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por exemplo, foram empossados para mandatos de dois anos no dia 8 de junho, após terem suas indicações aprovadas pela maioria absoluta do Senado.

Mas veio a crise política, e a instalação das CPIs. O presidente do Senado, Renan Calheiros, ainda tentou incluir o tema entre as prioridades do Congresso, mas a iniciativa não prosperou. Em junho, Renan entregou ao presidente Lula documento sugerindo uma agenda positiva que incluía, entre outras, propostas de crescimento

e de combate à corrupção.

Entre as principais sugestões de Renan, figurava a continuidade da reforma do Judiciário com a votação das alterações infraconstitucionais (*veja reportagem ao lado*). O presidente do Congresso voltou a defender, em agosto, a votação da legislação necessária à conclusão da reforma do Judiciário.

– O presidente Renan demonstrou extraordinária disposição de dar tramitação célere àqueles projetos infraconstitucionais de alteração do Código Penal, do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil – afirmou o presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Nelson Jobim.

Renan Calheiros recebeu o agradecimento público de magistrados e associações de classe pelo seu empenho na aprovação do projeto de lei que fixou o limite dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal em R\$ 21,5 mil.

Destaques da reforma

Após 12 anos de tramitação, o Congresso concluiu a reforma do Poder Judiciário, promulgada em 8 de dezembro de 2004 na forma da Emenda Constitucional 45. Suas principais inovações:

- súmula vinculante: tribunais e juízes devem seguir orientação jurídica do Supremo Tribunal Federal (STF)
- controle externo, por meio do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público
- autonomia funcional e administrativa para as defensorias públicas estaduais
- federalização dos crimes contra os direitos humanos

Órgão	Valor	Variação	Porcentagem
101000	101000	0,00	0,00%
101001	101001	0,00	0,00%
101002	101002	0,00	0,00%
101003	101003	0,00	0,00%
101004	101004	0,00	0,00%
101005	101005	0,00	0,00%
101006	101006	0,00	0,00%
101007	101007	0,00	0,00%
101008	101008	0,00	0,00%
101009	101009	0,00	0,00%
101010	101010	0,00	0,00%
101011	101011	0,00	0,00%
101012	101012	0,00	0,00%
101013	101013	0,00	0,00%
101014	101014	0,00	0,00%
101015	101015	0,00	0,00%
101016	101016	0,00	0,00%
101017	101017	0,00	0,00%
101018	101018	0,00	0,00%
101019	101019	0,00	0,00%
101020	101020	0,00	0,00%
101021	101021	0,00	0,00%
101022	101022	0,00	0,00%
101023	101023	0,00	0,00%
101024	101024	0,00	0,00%
101025	101025	0,00	0,00%
101026	101026	0,00	0,00%
101027	101027	0,00	0,00%
101028	101028	0,00	0,00%
101029	101029	0,00	0,00%
101030	101030	0,00	0,00%
101031	101031	0,00	0,00%
101032	101032	0,00	0,00%
101033	101033	0,00	0,00%
101034	101034	0,00	0,00%
101035	101035	0,00	0,00%
101036	101036	0,00	0,00%
101037	101037	0,00	0,00%
101038	101038	0,00	0,00%
101039	101039	0,00	0,00%
101040	101040	0,00	0,00%
101041	101041	0,00	0,00%
101042	101042	0,00	0,00%
101043	101043	0,00	0,00%
101044	101044	0,00	0,00%
101045	101045	0,00	0,00%
101046	101046	0,00	0,00%
101047	101047	0,00	0,00%
101048	101048	0,00	0,00%
101049	101049	0,00	0,00%
101050	101050	0,00	0,00%
101051	101051	0,00	0,00%
101052	101052	0,00	0,00%
101053	101053	0,00	0,00%
101054	101054	0,00	0,00%
101055	101055	0,00	0,00%
101056	101056	0,00	0,00%
101057	101057	0,00	0,00%
101058	101058	0,00	0,00%
101059	101059	0,00	0,00%
101060	101060	0,00	0,00%
101061	101061	0,00	0,00%
101062	101062	0,00	0,00%
101063	101063	0,00	0,00%
101064	101064	0,00	0,00%
101065	101065	0,00	0,00%
101066	101066	0,00	0,00%
101067	101067	0,00	0,00%
101068	101068	0,00	0,00%
101069	101069	0,00	0,00%
101070	101070	0,00	0,00%
101071	101071	0,00	0,00%
101072	101072	0,00	0,00%
101073	101073	0,00	0,00%
101074	101074	0,00	0,00%
101075	101075	0,00	0,00%
101076	101076	0,00	0,00%
101077	101077	0,00	0,00%
101078	101078	0,00	0,00%
101079	101079	0,00	0,00%
101080	101080	0,00	0,00%
101081	101081	0,00	0,00%
101082	101082	0,00	0,00%
101083	101083	0,00	0,00%
101084	101084	0,00	0,00%
101085	101085	0,00	0,00%
101086	101086	0,00	0,00%
101087	101087	0,00	0,00%
101088	101088	0,00	0,00%
101089	101089	0,00	0,00%
101090	101090	0,00	0,00%
101091	101091	0,00	0,00%
101092	101092	0,00	0,00%
101093	101093	0,00	0,00%
101094	101094	0,00	0,00%
101095	101095	0,00	0,00%
101096	101096	0,00	0,00%
101097	101097	0,00	0,00%
101098	101098	0,00	0,00%
101099	101099	0,00	0,00%
101100	101100	0,00	0,00%

DÓLAR ABRIL	
FEV	2.918,000 10:37:33
MAR	2.917,000 10:37:33
ABR	2.917,000 10:37:33



JOAO WAINER/FOLHA IMAGEM

Bolsa de Valores de São Paulo: governo está disposto a aprovar a reforma tributária no ano que vem, para não expor economia a riscos externos

De novo, a reforma

Congresso inclui debate tributário na agenda para 2006

Os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, fixaram como uma das prioridades para 2006 a votação, pelo Plenário da Câmara, de mais uma parte da reforma tributária, promulgada na forma da Emenda Constitucional 42, em 31 de dezembro de 2003. Os pontos que não passaram pelo crivo dos parlamentares continuaram pendentes e vêm sendo aprovados de forma fatiada desde então.

No início do governo Lula, em abril de 2003, foi enviada uma proposta inicial ao Congresso, com o objetivo de ampliar a base de contribuintes, reduzir a evasão, melhorar a fiscalização e eliminar a guerra fiscal entre os estados, sem provocar aumento da carga tributária.

Até o fim daquele ano, porém, senadores e deputados só conseguiram chegar a um consenso sobre a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação das Receitas da União (DRU), promulgadas na EC 42. O Senado

negociou com o governo outras alterações no sistema tributário, incluindo a unificação da legislação do ICMS e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. O restante da reforma tributária continuou pendente.

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, ressaltou a importância de implementar a reforma tributária, caracterizando-a como tarefa fundamental para o país enfrentar os problemas e dar continuidade ao processo de crescimento da economia.

– Podemos ter turbulências internacionais. Para estarmos imunes a elas, temos que trabalhar na aprovação da reforma – observou Mercadante.

O ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, confirmou, em novembro, que o governo tem interesse em retomar rapidamente a votação da reforma tributária, mesmo que não haja consenso em torno da matéria.

– O governo está disposto a correr esse risco. É preciso que se decida essa questão – declarou ele.

Mudanças ainda precisam de votação

No Senado, a proposta de reforma tributária sofreu alterações na legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e previu aumento dos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esses pontos voltaram à Câmara e deverão ser apreciados pelos deputados.

Disciplinar a cobrança do ICMS nas operações interestaduais pode acabar com a chamada “guerra fiscal” por meio da proibição da concessão de isenções e incentivos por estados que pretendem atrair empresas para o seu território. O texto em discussão na Câmara reduz para no máximo cinco as alíquotas do ICMS. A maior parte do imposto, pelas novas regras, caberá ao estado para o qual a mercadoria se destina.

Outro ponto importante do projeto que tramita na Câmara dos Deputados é a criação de um “seguro-receita”, para compensar os estados que tiverem perdas de arrecadação.

Acordo no Senado viabilizou aprovação da nova MP do Bem

Não foi fácil para um governo que construiu fama pela voracidade fiscal aceitar as desonerações tributárias decididas pelo Congresso. Mas após duas tentativas e uma participação decisiva do Senado para ressuscitar a chamada MP do Bem, o maior pacote de benefícios fiscais do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi aprovado no final de outubro nas duas Casas.

O que o governo vai deixar de arrecadar com a Medida Provisória 255/05, que após tantas alterações foi transformada em dois projetos de lei de conversão (PLVs 25 e 28), alcança R\$ 5 bilhões anuais, pelas contas da Receita Federal, divulgadas com os 12 vetos presidenciais, em 21 de novembro. Ou seja, algo como R\$ 2,4 bilhões a mais do que previa a área econômica na MP original, a 252, que perdeu a validade por não ter sido votada pela Câmara,

após aprovação do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

O pacote fiscal modificou 11 tributos e alterou mais de 30 leis, segundo levantamento da Consultoria do Senado.



Romero Jucá

Concebida inicialmente para impulsionar as exportações e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a MP do Bem acabou por beneficiar mais de duas dezenas de setores – da reciclagem à construção civil.

O projeto de conversão elaborado no Senado transformou o texto aprovado pela Câmara, com somente seis artigos, em quase 140 artigos. E assegurou o compromisso que havia sido firmado entre o presidente Renan Calheiros, o relator da MP 252 e ex-ministro da Previdência Romero Jucá e os prefeitos sobre o parcelamento em até 240 meses das dívidas municipais com o INSS.

Os principais benefícios



Isenção de PIS e Cofins

Empresas de *software* e de serviços de tecnologia da informação que vendam ao exterior pelo menos 80% da sua receita bruta anual



Tabela do Simples

Os limites de enquadramento dobraram para R\$ 240 mil de receita bruta anual no caso das micro e até R\$ 2,4 milhões para as pequenas empresas

Dívidas das prefeituras com o INSS

Prazo foi ampliado para 240 meses; foi autorizado desconto de 50% nos juros de mora

Incentivos à pesquisa

A União poderá arcar com até 60% da remuneração de mestres e doutores empregados por empresas que operem com inovação tecnológica no Norte e Nordeste; e 40% para as demais regiões



Ganhos de capital

Ficam isentas de tributação pessoas físicas que vendam imóveis residenciais e comprem, em até 180 dias, outros de valor igual ou superior

Início do ano foi marcado pela polêmica MP 232

No início do ano, o governo federal sofreu uma derrota política por causa da edição da MP 232, que elevava a carga tributária dos prestadores de serviços. Indiretamente, outros setores da economia, como comércio e indústria, também seriam afetados. Como o custo tributário seria maior, as empresas ameaçavam repassar a diferença para os consumidores. Estima-se que mais de 200 mil contribuintes seriam afetados.

A MP visava compensar as perdas de arrecadação com a correção de 10% do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) a partir de 2005. A estimativa era uma perda de arrecadação de cerca de R\$ 2 bilhões. Com a MP 232, previa-se uma arrecadação adicional de R\$ 1,2 bilhão.

A medida ampliava de 32% para 40% a base de incidência da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o Imposto de Renda (IR) para prestadores de serviços que usam o sistema do lucro presumido para calcular tributos. Além disso, previa o pagamento da CSLL sobre os ganhos que grandes empresas – com participação em empreendimentos no exterior – obtêm com variações cambiais e o recolhimento de impostos na fonte por produtores rurais.

Na Câmara, temendo a falta de votos, o governo tivera de recuar. Pouco antes de a medida ser votada, o presidente da República editou a MP 243, que revogou a maior parte da 232, mantendo apenas os artigos que tratam do reajuste das tabelas do IRPF em 10%.

Em maio, o Senado acolheu o projeto de lei de conversão da MP 232. O relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), apoiou a aprovação, embora reconhecesse que o percentual de reajuste não reporia a defasagem inflacionária. Saturnino chamou a atenção ainda para o fato de a MP perpetuar a alíquota (máxima) do IR, de 27,5%, que deveria ser provisória.



Roberto Saturnino

Plenário limitado por medidas provisórias

Tática da Mesa diretora de usar esforço concentrado reduz dano causado pelas MPs

Avalanche de medidas provisórias enviadas pelo governo à apreciação do Congresso Nacional só não conseguiu paralisar o Senado por causa da tática utilizada pela atual Mesa diretora, que usou como arma poderosa o esforço concentrado. O Plenário atravessou longas seqüências de sessões deliberativas com a pauta travada pelas MPs. Nas sessões em que se conseguiu liberar a pauta, os senadores estenderam as deliberações até a madrugada, trabalhando na aprovação de projetos instituídos pelos instrumentos convencionais de proposição de leis e que há tempos estavam impossibilitados de apreciação.

Em 2005, a pauta do Senado esteve obstruída por MPs durante 67 das 101 sessões deliberativas de fevereiro a novembro. Das extensas temporadas em que a pauta de votações esteve obstruída pela presença das medidas provisórias, os casos mais graves se deram entre 2 de março e 19 de abril e entre 27 de setembro e 8 de novembro, períodos em que apenas elas puderam ser tratadas. Com isso, todas as demais proposições, inclusive projetos de lei, tiveram sua apreciação prejudicada.

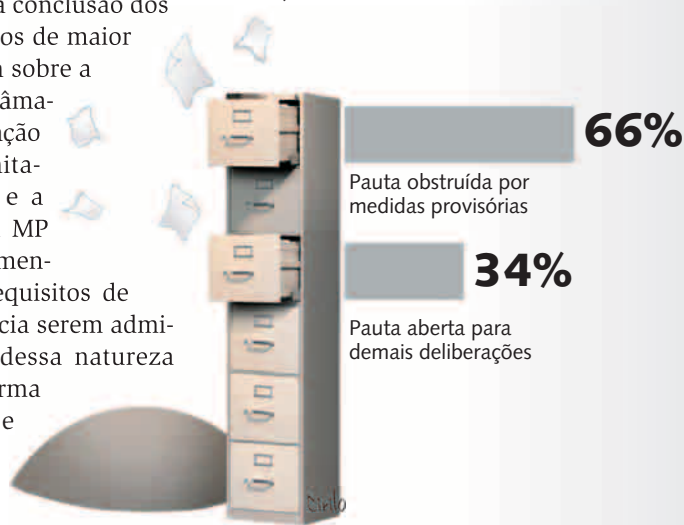
No início do ano, o Congresso chegou a criar uma comissão especial mista, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para sugerir novo rito para o andamento das medidas provisórias. O presidente do Senado, Renan Calheiros, apontou a questão como uma das mais sérias a serem resolvidas para que o Parlamento possa legislar.

Divergências entre as posições da Câmara e do Senado, e entre a bancada da oposição e a governista, impossibilitaram, porém, a conclusão dos trabalhos. Os pontos de maior controvérsia foram sobre a alternância entre Câmara e Senado em relação ao início da tramitação das medidas e a possibilidade de a MP entrar em vigor somente depois de os requisitos de urgência e relevância serem admitidos. Alterações dessa natureza demandariam reforma na Constituição e nos regimentos internos de ambas as Casas.

Apesar da não-finalização dos trabalhos da comissão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pretende retomar essa discussão no ano que vem.

Sessões deliberativas do Senado

(entre fevereiro e novembro de 2005)



Atribuição de legislar prejudicada

A atribuição de elaborar as leis é, pela Constituição, do Poder Legislativo. Entretanto, prevendo circunstâncias de exceção, a Constituição de 1988 criou a medida provisória, de uso exclusivo do presidente da República, como um mecanismo de aplicação imediata, com posterior análise pelo Congresso.

A maneira pela qual as MPs vêm sendo utilizadas tornou-se alvo de constantes críticas dos senadores. Para eles, a MP distanciou-se de seu fim – situações de urgência e relevância – para transformar-se em uma forma de o Poder Executivo legislar, com uma agravante: ela se tornou o instrumento mais presente na pauta de

deliberações do Plenário.

A partir do 45º dia de sua edição, a MP deixa a pauta da Casa em que estiver tramitando bloqueada para os demais projetos. O que ocorre é que, na grande maioria dos casos, a discussão da matéria na Câmara ultrapassa em muito esse prazo e, ao ser incluída na ordem do dia do Senado, a validade da medida, que é de 120 dias, já está próxima de seu vencimento.

Guerra à papelada

Medidas para facilitar a vida das empresas e dos cidadãos no país serão propostas ao final do trabalho dos senadores

Retrato da burocracia

No Brasil, são necessários 152 dias, em média, para se abrir uma empresa. É o 6º pior desempenho, melhor apenas que Moçambique, Indonésia, Laos, Haiti e Congo.

Para fechar uma empresa, são necessários 11,3 anos nesse processo, contra 1,8 ano nos países desenvolvidos, em média.

O país também obteve a penúltima classificação na qualidade das leis trabalhistas para geração de empregos formais. Portugal e Panamá possuem as leis menos flexíveis.

O Brasil tem a 30ª mais lenta Justiça no mundo quando acionada para o cumprimento de contrato ou recebimento de

Fonte: estudo "Fazendo Negócios 2004", do Banco Mundial, com 133 países

No dia 18 de outubro, o presidente Renan Calheiros instalou o Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas. O grupo é presidido pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e integrado pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

O grupo foi criado pelo Ato do Presidente 79/05, que estabeleceu um prazo de 30 dias para apresentar sugestões de aperfeiçoamentos institucionais e legislativos, visando eliminar ou reduzir trâmites burocráticos nas relações entre os cidadãos, as empresas e o Estado. O grupo também vai propor medidas para um trato jurídico diferenciado para as pequenas e microempresas. Estão previstas audiências públicas com especialistas, autoridades, técnicos do governo federal e representantes da sociedade civil.

Esse conjunto de medidas será dado o nome de Estatuto da Desbu-

rocratização. Bezerra assinalou que, de acordo com relatório do Banco Mundial, são necessários 152 dias para a abertura de uma empresa no Brasil, enquanto na Nova Zelândia necessita-se de apenas dois dias. Ele disse que o Brasil perde quase 5% do produto interno bruto (PIB) com o chamado "custo Brasil", jogando quase 12 milhões de pequenos empreendimentos na informalidade.



Bezerra preside grupo da desburocratização

– O prazo é curto, mas vamos fazer um grande esforço para produzirmos aquilo que for possível. Entendo que precisamos de mais tempo, mas

asseguro que, em 30 dias, traremos alguma contribuição, por exemplo, em relação a esse processo de abertura de empresa, que é uma vergonha para o país – afirmou Fernando Bezerra.

Renan Calheiros ressaltou que a burocracia e o excesso de regulamentação, pelos empecilhos e custos associados, são fatores inibidores do crescimento econômico. Em junho, o presidente do Senado recebeu das mãos de representantes de dezenas de milhares de microempresários um pedido para que lute pela aprovação da chamada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que, entre outras medidas, também reduz a burocracia.

O presidente do Senado lembrou que o nível de informalidade da economia brasileira é de mais de 50%, estimulando a pirataria e o crime organizado. Além disso, o senador justificou a criação do grupo de trabalho levando em conta o fato de 60% das micro e pequenas empresas fecharem as portas antes de três anos de vida, sem mencionar os mais de 10 milhões de empresas informais hoje existentes.



Irmã Dorothy Stang, vítima dos conflitos agrários no Norte do país: Senado empenhou-se na investigação do assassinato

Compromisso contra a impunidade

Assassinato de missionária americana abriu debate sobre violência em 2005

Mesmo antes da reabertura dos trabalhos legislativos de 2005, os seis tiros que mataram a irmã Dorothy Stang, numa manhã de sábado no município de Anapu (oeste do Pará), ecoaram nos tapetes azuis do Senado Federal depois de terem chocado o país inteiro. No dia seguinte ao assassinato, um domingo, 13 de fevereiro, o futuro presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL) – que somente seria eleito e empossado dois dias depois –, ligou para o então ocupante do cargo, o senador José Sarney (PMDB-AP), e sugeriu a criação de uma comissão externa para acompanhar as investigações sobre a morte da missionária norte-americana naturalizada brasileira.

Após quase dois meses de trabalho, a comissão, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), aprovou o relatório de Demostenes Torres (PFL-GO) contendo um histórico sobre os conflitos de terra na Amazônia e no Pará e também uma relação de sugestões para diminuir a violência no campo. Na avaliação do senador, a comissão foi importante não apenas por ter levado o assunto para a esfera nacional, evitando o seu rápido esquecimento, mas também por ter contribuído com a própria investigação policial. Foi graças aos senadores, por exemplo, que o nome do prefeito de Anapu, Luiz dos Reis Carvalho, terminou vinculado ao assassinato de Dorothy Stang, embora ele negue qualquer envolvimento no caso.

Dez dias após o assassinato da missionária norte-americana, um encontro entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, colocou em pauta um tema que ocuparia o noticiário da imprensa e mobilizaria o país durante quase todo o ano: o referendo sobre a proibição da fabricação e da venda de armas de fogo e munição. Um mês depois, no dia 23 de março, Renan e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acertaram um esforço conjunto para acelerar a votação do projeto de decreto legislativo que, aprovado em julho, estabeleceu a realização do referendo.

Até a data da realização do referendo, 23 de outubro, dezenas de senadores revezaram-se na tribuna do Plenário para abordar o assunto. Ao final da votação, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou que a opção “não” obteve 63,94% do total de votos, enquanto o “sim” ficou com 36,06%. Participaram do referendo 95,3 milhões de brasileiros, o correspondente a 78,15% do eleitorado nacional. Os votos em branco atingiram 1,39% e os nulos, 1,68%. A abstenção, considerada alta pelo TSE, alcançou 21,85%, totalizando 26,6 milhões de pessoas que deixaram de votar.

Demostenes Torres, Ana Júlia Carepa e Flexa Ribeiro divulgam relatório sobre assassinato na Comissão Dorothy Stang



JOSÉ CRUZ



GERALDO MAGELA

Senadores prestigiam lançamento da PEC de Renan: repasse de recursos não poderá ser contingenciado

PEC de Renan Calheiros vincula recursos do Orçamento para segurança pública

Se a proposta de emenda constitucional (PEC 60/05) que estabelece percentuais mínimos de gastos com segurança pública para a União (15%), os estados (7%), o Distrito Federal (5%) e os municípios (1%) for aprovada, uma das causas mais citadas pelos senadores como responsável pela insegurança – a falta de investimentos públicos – poderá, enfim, ser resolvida.

O autor da proposição, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), acrescenta que o repasse desses recursos também não poderá ser contingenciado sob quaisquer pretextos. Uma das maiores críticas ao contingenciamento de recursos, principalmente os alocados para a segurança, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), também viu ser aprovado,

no início de novembro, requerimento de sua autoria que propõe a criação de uma comissão para estudar os problemas da segurança pública do país.

Dois fatos em 2005 ligaram diretamente o Senado à violência e à sensação de insegurança que hoje atinge a população brasileira: o assalto sofrido pelo então senador Francisco Pereira (PL-ES) e um alarme de bomba que mobilizou o Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Distrito Federal. O conteúdo da bolsa encontrada na barbearia do Senado – um emaranhado de fios e uma caixa metálica – só foi descoberto depois de sua detonação pelo Bope. Enquanto os policiais trabalhavam, CPis ouviam os depoimentos do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. O fato ocorreu no dia 18 de agosto.

No dia 10 de março, Francisco Pereira, que substituíra o senador titular Magno Malta (PL-ES), ocupou a tribuna para contar o drama que tinha vivido cinco dias antes. Ao passar em frente ao prédio no qual mantém um escritório, o então senador foi rendido junto com outras 50 pessoas. Ele chegou a receber diversas coronhadas na cabeça e foi obrigado a entregar aos assaltantes 900 reais, telefone celular e relógio. Os bandidos foram presos logo em seguida.

Corte radical nos gastos eleitorais



Eleição de 2004: crianças se divertem em mar de "santinhos", apesar de a boca-de-urna ser proibida

Senado aprova reforma para diminuir tempo e custos das eleições



Jorge Bornhausen, autor do projeto de reforma

A mais recente reforma político-eleitoral produzida pelo Senado foi aprovada no dia 18 de agosto de 2005 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, com base em projeto de lei (PLS 275/05) do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

O objetivo da proposta é reduzir custos, diminuir o tempo de campanha, dar visibilidade aos financiamentos para partidos e candidatos e aumentar as penas por irregularidades. Os escândalos sobre o uso de caixa dois na última campanha eleitoral influenciaram o projeto e as emendas.

No dia 1º de setembro, a proposta de

Bornhausen foi enviada à Câmara para que pudesse ser votada e aprovada até 30 de setembro, prazo máximo estabelecido pela Constituição para ter validade nas eleições de 2006. A proposição não havia sido votada pelo Plenário da Câmara até o dia 28 de novembro.

A proposta acolhida pelo Senado altera a Lei 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. Com 99 emendas apresentadas por representantes de

quase todos os partidos incorporadas à proposta original de Bornhausen, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE).

Escândalos sobre uso de caixa dois nas campanhas tiveram grande influência na aprovação do projeto

Campanha mais curta, sem showmícios, brindes ou camisetas

Vencido o prazo de 30 de setembro para aprovação das mudanças eleitorais, os congressistas tentaram alterar o artigo da Constituição que fixa em um ano antes da eleição a data máxima para modificações na legislação. O deputado Ney Lopes (PFL-RN) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 446/05) para estender esse prazo até 31 de dezembro. Na tentativa de viabilizar a aprovação do projeto de reforma eleitoral proposto por Bornhausen, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) também apresentou PEC com a mesma finalidade.

No dia 24 de novembro, a Comissão Especial de Processo Eleitoral da Câmara acolheu substitutivo à proposta de Lopes, assinado pelo deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP), que contempla a dilatação do prazo e as medidas contidas na reforma já aprovada pelo Senado.

Entre as propostas, destaque para o financiamento público e a redução dos custos das campanhas eleitorais, como o fim dos showmícios, e pena de prisão de três a seis anos para quem utilizar caixa dois. De acordo com Barbieri, a idéia é focar as campanhas em propostas.

– Seria um financiamento público barato, com proibição de gastos como os showmícios, a distribuição de brindes, camisetas, pinturas de muros, o uso de *outdoors* e carros de som.

O substitutivo também determina a instituição de listas pré-ordenadas ou fechadas nas eleições proporcionais. Isso significa que o eleitor vai votar em listas ordenadas pelos partidos e o processo dificultará a troca de legenda, como explica Barbieri.

Para que a reforma entre em vigor em 2006, o substitutivo precisa ser aprovado em dois turnos pelos Plenários da Câmara e do Senado até a última sessão do ano.

Essa não foi a primeira proposta de reforma política aprovada pelo Senado a ter uma tramitação lenta na Câmara. Em 2001, como resultado do trabalho da Comissão Especial da Reforma Política criada em 1995, o Senado acolheu pro-

jeto do então senador Sérgio Machado que incorporava sugestões sobre eleição de parlamentar ou listas partidárias em voto de legenda, fidelidade partidária e financiamento público de campanha.

Também tramita na Câmara proposta (PLS 384/03) do senador José Jorge que proíbe ao partido criar contribuição obrigatória para os filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública.

Para consolidar essas propostas, a Câmara criou em 2003 sua própria Comissão Especial da Reforma Política. Do relatório do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO)

resultaram dois projetos de lei encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara: o que trata de financiamento público, adoção de listas partidárias e federação de partidos, e o que define prazos mínimos de filiação partidária e domicílio eleitoral.

O único projeto relevante da reforma política a chegar à pauta do Plenário da Câmara até novembro de 2005 (com chance de aprovação) foi a PEC 548/02, que acaba com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias – determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Questões-chave para os pequenos partidos deixaram de ser votadas, como a chamada cláusula de barreira, criada para diminuir o número de partidos com representação no Congresso. A norma em vigor diz que, a partir da eleição de 2006, cada partido terá que obter 5% dos votos válidos para a Câmara em pelo menos nove estados, com o mínimo de 2% em cada um deles.

Caiado defende a redução da barreira para 2% dos votos totais, em um terço dos estados, mais a eleição de um representante, no mínimo, em cinco desses estados.

Comissão da Câmara aprovou adiamento do prazo para mudanças nas regras eleitorais de 2006

A minirreforma do Senado

Doações

- Doações e contribuições limitadas a 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição (pessoa física) e a 2% da receita bruta do último exercício financeiro (empresas).
- É vedado a partido ou candidato receber doação procedente de pessoa jurídica sem fins lucrativos, de sociedades beneficentes e esportivas e de organizações não-governamentais.

Contas da campanha

- É obrigatório abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

Responsabilidade

- O candidato e o gestor do comitê financeiro são ambos responsáveis pela veracidade das informações financeiras e contábeis da campanha.

Campanha eleitoral

- Começa no dia 1º de agosto e vai até dois dias antes do pleito.
- É vedada, no dia do pleito, a realização de propaganda ou a distribuição de brindes, como camisetas e bonês.
- É proibida a realização de showmícios.

Horário gratuito

- Nas emissoras de rádio e de TV, os programas serão transmitidos nos 35 dias anteriores à antevéspera das eleições.
- Os programas de rádio e de TV serão gravados em estúdio e deles somente poderão participar o candidato e filiados ao seu partido, sendo vedadas as gravações externas, montagens ou trucagens.

Pesquisas eleitorais

- É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do 15º dia anterior até as 18h do dia do pleito.



Senador José Jorge lê relatório sobre a reforma política

Maior espaço e apoio aos municípios

Senado cria subcomissão para ajudar prefeituras

É nos municípios que o poder público mais se aproxima dos cidadãos, convivendo com seus problemas e necessidades. Apesar dessa constatação, sempre enfatizada pelos políticos, muitos prefeitos se queixam constantemente da falta de apoio por parte das outras esferas do poder – uma situação que começou a se modificar em 2005.

A importância dos municípios e as dificuldades por que passam as prefeituras foram temas que ganharam destaque no Senado e mereceram, inclusive, a criação de uma subcomissão permanente destinada a debater as questões relacionadas ao municipalismo. Um espaço diário na TV Senado e na Rádio Senado FM, encontros entre prefeitos e senadores e a votação de medidas benéficas às contas das prefeituras, além da ampliação da rede de câmaras municipais interligadas por meio do Interlegis foram outras providências tomadas ao longo do ano com o intuito de valorizar os municípios e de ajudá-los a resolver seus problemas.

A Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais foi instalada em abril, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para tratar de questões que afetam todos os municípios do país. A arrecadação de tributos, os repasses do governo federal, as responsabilidades a cargo dos executivos

municipais, o ordenamento territorial e a Lei de Responsabilidade Fiscal são alguns dos temas que mais preocupam os prefeitos e que figuraram na pauta das reuniões do colegiado.

Presidida pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a subcomissão realizou audiências públicas ouvindo reivindicações e ponderações do presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e do presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Paulo Lima e Silva, prefeito do Recife. Ambos criticaram a forma como são distribuídos os tributos arrecadados pelo governo federal, reclamando que apenas 10% cabem aos municípios. Ziulkoski informou que os impostos que são cobrados pelas prefeituras, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), representam, em média, menos de 5% da receita.

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, levou à comissão dados sobre o produto interno bruto (PIB) dos municípios brasileiros que demonstram a concentração de renda em algumas cidades: os 70 municípios mais ricos detêm, agrupados, um terço do PIB nacional, enquanto os 1.272 mais pobres respondem, juntos, por uma parcela de apenas 1%.

Garibaldi Alves discursa ao assumir presidência da subcomissão, ao lado de Serys Slhessarenko, Edison Lobão e Heráclito Fortes, vice-presidente



CÉLIO AZEVEDO

III MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

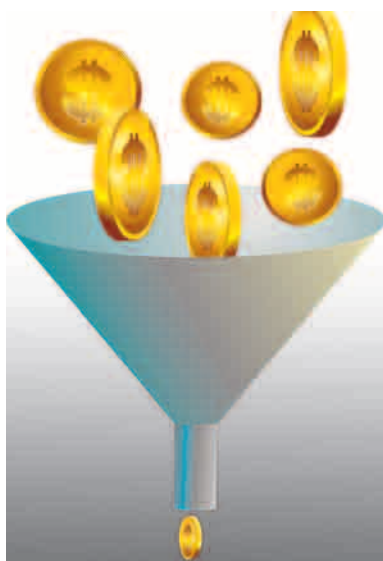
LIBERALISMO: COMPETÊNCIAS E FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O FORTALECIMENTO DO PODER LOCAL



Lula, Renan Calheiros (à sua direita) e autoridades participam de evento em defesa dos municípios: prefeitos têm melhor acolhida em Brasília

Concentração excessiva

Os **70** municípios mais ricos detêm **33,3%** do PIB nacional



Os **1.272** municípios mais pobres respondem por **apenas 1%** de toda a riqueza do país.

Fonte: IBGE

Prazo para quitar dívidas das prefeituras com INSS é dilatado para 240 meses

Entre as reivindicações dos prefeitos, uma já foi atendida graças ao empenho dos senadores: a ampliação do prazo de pagamento das dívidas dos municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com uma emenda incluída em outubro na Medida Provisória 255/05 – a MP do Bem –, o prazo, que era de 60 meses, passou a ser de 240 meses. O endividamento com a Previdência Social é considerado um dos maiores problemas das prefeituras, pois as parcelas das dívidas são abatidas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repasse federal que é a maior fonte de receita da maioria. Devido a esse abatimento, várias prefeituras ficavam sem receber os repasses que lhes cabiam, o que as impedia de realizar obras e cumprir outras obrigações. Com o alongamento da dívida, a situação se torna menos dramática.

O aumento do FPM é um dos principais pleitos das prefeituras já aprovado no Senado. O Fundo de Participação dos Municípios é composto por 22,5% de tudo o que o governo arrecada com Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos

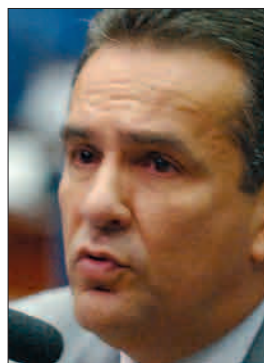
Industrializados (IPI). Os recursos são distribuídos entre os municípios de acordo com a população. Os senadores aprovaram, na reforma tributária, o aumento do percentual do FPM para 23,5% do IR e do IPI. A medida, que aguarda votação na

Câmara, pode representar R\$ 1 bilhão a mais para ser repartido entre as prefeituras.

Outra medida aprovada pelo Senado foi a autorização para que os municípios formem consórcios entre si ou com os estados e a União para baratear serviços de saúde, educação, segurança, tratamento de lixo e de esgotos e conservação de estradas.

Foi também aprovado, em dois turnos de votação,

substitutivo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/04) do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) que regulariza a situação de 53 municípios. A proposta estabelece que a Emenda Constitucional 15 – que limita a criação de novos municípios – não se aplica àqueles criados até o final do ano 2000, desde que os processos tenham observado a legislação anterior e os plebiscitos tenham sido favoráveis.



PEC de Luiz Otávio protege direitos dos novos municípios



Renan Calheiros reúne líderes partidários, em esforço para colocar em votação a MP da Super-Receita

Super-Receita vira cavalo de batalha

Impasse político derrubou MP original, exigindo a apresentação de projeto de lei

Combater a sonegação na Previdência Social e facilitar a vida do contribuinte são dois argumentos bastante convincentes. Mas a combinação perversa entre o excesso de medidas provisórias e a crise política acabou por derrubar a MP da Super-Receita. Não houve acordo para votá-la no Senado, que em novembro teve só três dias para decidir sobre o projeto de lei de conversão aprovado na Câmara.

Os partidos de oposição insistiram, em todas as etapas de tramitação da MP 258, que a unificação da fiscalização e da arrecadação fiscal e previdenciária na Super-Receita tem caráter relevante, mas não é urgente, portanto, não justificaria uma medida provisória. A solução foi o governo enviar, no final de novembro, um projeto de lei com urgência constitucional, porque a criação e a extinção de órgãos federais são de competência exclusiva do presidente da República.

Essa lição que a oposição quis dar ao governo agradou aos auditores fiscais, que se opõem à criação da Super-Receita

e enfrentam disputas funcionais e salariais com os técnicos, outra categoria da corporação. As entidades sindicais dos auditores e dos técnicos fizeram várias paralisações no segundo semestre e apertaram o cerco aos parlamentares.

Com 522 emendas na Câmara, a MP 258 foi uma das que mais suscitaram alterações no Congresso, segundo consultores do Senado. O relatório do deputado Pedro Novais (PMDB-MA) aprovado na Câmara poderá ser o ponto de partida do projeto de lei do Executivo. Predomina a avaliação de que ele melhorou a medida provisória.

Uma das principais desconfiças do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) foi resolvida no seu parecer, segundo Novais. Os recursos das contribuições previdenciárias iriam para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social e seriam usados apenas no pagamento

de benefícios, evitando que a Fazenda use o dinheiro para reforçar o superávit fiscal. Os técnicos da Receita não foram equiparados aos auditores fiscais, como pleiteiam há anos, mas ganharam atribuições próprias e foram reconhecidos no relatório como ocupantes de cargo de nível superior.

A mudança que mais agradou aos partidos foi a de estender aos estados benefício concedido às prefeituras. Pelo texto da Câmara, os estados poderão reparcelar dívidas com o INSS em até

240 meses (contra os atuais 60) no que se refere à contribuição paga pelo empregador e em até 60 meses do que foi apropriado indevidamente da contribuição dos empregados. Na consolidação da dívida seriam descontados 50% nos juros de mora. As empresas tentaram no Senado obter um benefício parecido. Mas, sem acordo para votar, tudo caiu por terra.

Com 522 emendas, a MP 258 foi uma das que mais suscitaram alterações no Congresso

Sistema de informações orçamentárias Siga Brasil ajuda CPIs e ONGs

Desde 15 de junho, qualquer cidadão com acesso à Internet pode acompanhar o que está sendo feito com os tributos que paga aos cofres federais. Basta entrar na página do Senado (www.senado.gov.br) e clicar no ícone do Siga Brasil à direita da tela. Por trás dessa sigla aparentemente simples está o Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas, poderosa ferramenta de transparência das contas públicas que tem despertado o interesse das organizações não-governamentais e ajudado o trabalho das CPIs.

Assim que o Siga Brasil foi lançado, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), uma ONG que desde 1979 avalia políticas públicas e atua na intermediação entre o Parlamento e a sociedade civil, procurou a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf). “Eles faziam manualmente o acompanhamento dos programas e ações no Orçamento voltados para a mulher”, conta Orlando de Sá Cavalcanti Neto, um dos responsáveis pela implantação do sistema.

O Siga Brasil facilitou a vida do Inesc e de todos que se interessam em saber o que o governo aplica no chamado Orçamento Mulher. A Conorf e a Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) colocaram os dados à disposição – seguindo os critérios de identificação desenvolvidos pelo Inesc –, na forma de uma consulta pronta. Também facilitaram o acesso ao orçamento dirigido à criança, ao adolescente, aos índios e quilombolas, além de programas como o Fome Zero.

Outra missão importante do Siga Brasil em 2005 foi ajudar nos trabalhos das CPIs, agilizando o cruzamento de

dados dos sigilos bancário e telefônico das pessoas físicas e jurídicas investigadas. Isso é feito, segundo Cavalcanti, por um módulo de acesso restrito aos técnicos das comissões de inquérito.

O Siga identificou, por exemplo, os repasses que o empresário mineiro Marcos Valério fez aos acusados de receber pagamentos do PT em troca de apoio ao governo. O sistema, segundo Cavalcanti, já cruzou dados de 15 milhões de telefonemas.

Recentemente, um seminário em Santiago do Chile sobre planejamento público na América do Sul revelou o pioneirismo do sistema. Após exposição do chefe da Conorf, Fábio Gondim, argentinos, bo-

Vasculhando operações

Uma missão importante do Siga Brasil este ano foi auxiliar os técnicos das comissões parlamentares de inquérito no cruzamento de dados referentes aos sigilos bancário e telefônico. Foi o sistema que localizou os repasses do chamado valerioduto. O Siga já cruzou dados de 15 milhões de ligações telefônicas investigadas pelas CPIs.

livianos, paraguaios e chilenos pediram senha de acesso para se familiarizar e avaliar o sistema.

Os governos de São Paulo e Mato Grosso também já procuraram o Prodasen. E estão sendo feitos estudos para colocar o Siga à disposição de estados e municípios que quiserem dar transparência a seus orçamentos, informa Gondim.

– O objetivo é criar área de desenvolvimento e elaborar manual operacional para que a informática desses governos atue com independência, decidindo o que vai divulgar pela Internet – explica. Não será tarefa difícil: o Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem) é uma versão do sistema federal (Siafi), uma das principais bases de dados do Siga Brasil.

Senado ajudou microempreendedores

O modelo de microcrédito mudou este ano, voltando a priorizar financiamentos de baixo valor. O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, instituído pela MP 226/04 – que passou pelo crivo do Senado em março, quando foi aprovado relatório de Ideli Salvatti (PT-SC) –, aperfeiçoa o modelo da década de 1970.

Em 2003, o governo passou a dar prioridade à inclusão bancária, popularizando o crédito de uso livre. A oposição apoiou o retorno do microcrédito, mas criticou o uso de MP para assunto tão relevante. Houve acordo para retomar as discussões em audiências com instituições ligadas ao microcrédito e Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos principais envolvidos no acordo, acenou com a criação de uma subcomissão, como sugeriu Heráclito Fortes (PFL-PI), o que ainda não foi concretizado.

Orçamento deverá ter novas regras

O novo regimento para a tramitação dos orçamentos federais deve ser definido em 2006, se depender do presidente do Senado, Renan Calheiros. A seu pedido, foram elaborados dois pareceres ao projeto do deputado Ricardo Barros (PP-PR) que altera o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento e a tramitação das propostas orçamentárias. Os dois relatores – o senador Eduardo Siqueira Campos e o deputado Eduardo Gomes, ambos do PSDB do Tocantins – já entregaram seus pareceres, divergentes em relação ao ponto que emperrou o trabalho da comissão especial: a participação do Senado. Gomes reduz as emendas de bancada para um total de 12 – atualmente elas vão de 18 a 23. Já o senador assegura, para bancadas com mais de 18 integrantes, três emendas de iniciativa de senadores.

MÁRCIA KALUME



No lançamento do Siga Brasil, o consultor-geral de Orçamento do Senado, Fábio Gondim (E), apresenta o novo sistema. A seu lado, a senadora Serys Slhessarenko e o 1º secretário do Senado, Efraim Morais



Depoimento de Palocci fecha ciclo na CAE

Ministro Palocci fala na CAE, ao lado do presidente Luiz Otávio: ouvir autoridades da área econômica é uma das mais importantes atribuições da comissão, que em 2005 teve intensa atuação

Comissão discute
juros, política fiscal
e retomada do
crescimento

A atenção do país esteve voltada para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 16 de novembro. A convite, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, prestou depoimento por quase dez horas. Rebateu denúncias acerca de sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto (SP) e coordenador da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Principalmente, reafirmou sua crença na política de equilíbrio fiscal e assegurou que estaria “forte, firme e presente” para manter esse projeto no comando da economia.

Momentos como esse realçaram para o país a importância que a CAE desempenha no Senado, como a de ouvir autoridades da área econômica sobre políticas e decisões adotadas. Palocci já passara pelo colegiado no início do ano e foi muito cobrado sobre medidas para reduzir a carga tributária. O mesmo ritual foi cumprido pelo presidente do Banco Central (BC), Henrique Meireles. Em audiências conjuntas da CAE e outras comissões do Senado e da Câmara, Meireles ouviu reiteradas críticas aos juros altos.

– As audiências permitem que senadores e outros convidados possam fazer chegar às autoridades preocupações e pontos de vista que muitas vezes elas desconhecem, pois não raro ficam fechadas no círculo de seus assessores diretos – argumentou o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

As atividades da CAE em 2005, no entanto, foram bem mais amplas e diversificadas. Em novembro, por exemplo, organizou seminário internacional para discutir a importância e atualidade da obra de Celso Furtado. Marco da passagem do primeiro ano da morte do economista, o evento reuniu autoridades, gestores públicos e acadêmicos, que, em sua maioria, defenderam a retomada do crescimento via investimentos públicos.

Com regularidade, o colegiado também votou pedidos de autorização para operações de crédito externo, matéria de competência exclusiva do Senado em que se exige prévio exame da CAE antes da manifestação do Plenário. Na lista, empréstimo junto ao Banco Mundial de meio bilhão de reais e também a concessão pela União de garantia para operações destinadas a estados, municípios e empresas públicas.

Nem o conturbado período em que o Senado se viu sobrecarregado com cinco comissões de inquérito conseguiu frear as atividades. No momento em que houve esse risco, a CAE definiu estratégia para compensar pendências: a votação em bloco de matérias fruto de acordo entre os líderes partidários. Em setembro, os senadores apoiaram o parecer dos relatores em 18 proposições.

Algumas matérias, no entanto, exigiram muito debate. Esse foi o caso do projeto do Executivo destinado a regulamentar a gestão de florestas públicas. Em seu ponto mais polêmico, o PLC 62/05 previa o arrendamento de áreas florestais, apenas para empresas brasileiras, por até 40 anos.

Embora a proposta tramitasse em regime de urgência a pedido do governo, a CAE não abriu mão de realizar três audiências públicas para instruir a decisão – que só foi possível graças a um acordo, no último momento, para que fossem retiradas diversas emendas.

Comissão discute prós e contras da autonomia do Banco Central

Intenso debate também se registrou nas duas audiências públicas organizadas para discutir a autonomia do Banco Central (BC). Uma das reuniões contou, inclusive, com a presença do presidente do Banco Central do Chile, Vittorio Corbo. Ao colocar o tema em pauta, a comissão se adianta ao que possa vir à frente. Ou seja, a possibilidade de que a idéia tome a forma de proposta legislativa. A iniciativa tem de partir do Executivo, mas a palavra final caberá ao Congresso.

Corbo afirmou que o processo de autonomia da instituição que preside, implantado em 1989, marcou o início de um período de significativa redução inflacionária no país. Segundo ele, depois de décadas de alta inflação, a economia chilena experimenta hoje um prolongado período de inflação baixa e estável, e ambiente favorável ao crescimento e à redução da pobreza.

– Antes de 1989, a inflação anual no Chile estava na casa dos 30% e, aos poucos, foi sendo reduzida, até chegar ao patamar de 3% ao ano,



Flexa Ribeiro



Para Eduardo Suplicy, audiência na CAE sobre Banco Central mostrou que Brasil tem o que aprender com experiência chilena

índice alcançado repetidamente nos últimos quatro anos – disse.

Presidente do Banco Central chileno há dois anos, Corbo disse que a autonomia dos bancos centrais aumenta a credibilidade na instituição, o que ajuda a reduzir a taxa inflacionária.

Na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o Brasil tem muito a aprender com o Chile, pelas conquistas alcançadas após a autonomia do Banco Central. Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a exposição do presidente do Banco Central chileno foi importante para que o Senado brasileiro possa aprofundar as discussões e estudos em torno dos projetos que tramitam na Casa para tornar o BC brasileiro uma instituição autônoma.

Presidente do Banco Central chileno, Vittorio Corbo, participa de audiência pública na CAE: grandes temas discutidos em profundidade





Ladeado pelo vice-presidente José Alencar e pelo presidente do STF, ministro Nelson Jobim, o senador Antonio Carlos Magalhães coordena reunião da CCJ para debater a ampliação da aposentadoria compulsória no serviço público para 75 anos

Pelo crivo constitucional dos senadores

Em 2005, CCJ votou 232 propostas, sabatinou autoridades e aprovou reforma política

Em 2005, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou 38 reuniões e apreciou 232 proposições até o final da primeira quinzena de novembro. Outras 1.694 matérias continuam tramitando na comissão, sendo que, desse total, 946 já estão prontas para inclusão na pauta de votação. A comissão também sabatinou e aprovou o nome dos 13 integrantes nomeados para a primeira composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos 15 para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgãos criados em 2004. Outras quatro autoridades foram sabatinadas e aprovadas pela CCJ neste ano: dois ministros do Superior Tribunal Militar, o defensor público-geral da União e o

procurador-geral da República.

A comissão promoveu ainda quatro audiências públicas em 2005. A primeira foi para instruir o projeto de decreto legislativo do senador Marco Maciel (PFL-PE) que sustava o decreto da União que declara calamidade pública no setor hospitalar do Rio de Janeiro. A segunda audiência teve por finalidade instruir a proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que aumentava de 70 para 75 anos o limite máximo de idade para aposentadoria compulsória de servidores públicos. As duas últimas audiências foram realizadas para discutir o projeto de lei (PLC 62/05) do Poder Executivo que regulamenta a gestão de florestas públicas.

Reforma política em curso

Entre as matérias mais importantes aprovadas pela CCJ em 2005, está substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) a projeto de lei (PLS 275/05) do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que estabelece normas para as eleições. Foram apresentadas 99 emendas à proposta original, que visa reduzir os custos das campanhas, conferir maior transparência aos financiamentos e aumentar as penas por irregularidades.

A CCJ acolheu ainda projeto de lei do senador José Jorge (PFL-PE) que veda aos partidos políticos cobrar contribuição obrigatória de filiado ocupante de cargo público (PLS 384/03). Outro destaque foi a aprovação de substitutivo de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto de lei (PLS 76/03) do próprio senador que proíbe a compra de votos, nas eleições, “desde a escolha do candidato na convenção partidária” e não mais “a partir do registro da candidatura”, como diz a legislação eleitoral em vigor.

O voto em trânsito também foi deliberado pela CCJ em 2005. Pelo substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), elaborado com base em quatro projetos de lei, os eleitores que estiverem fora do domicílio eleitoral no dia da eleição serão obrigados a votar caso estejam em localidade atendida pela Justiça Eleitoral.



César Borges: prioridade na Justiça para doentes

Discriminar aids é crime

Na área da saúde, a CCJ aprovou, em 2005, importantes projetos. Um deles determina que a discriminação contra portadores do vírus HIV e doentes de Aids poderá se tornar crime, punível com multa e prisão de um a quatro anos. A proposta (PLS 51/03) é de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), mas foi acolhida por meio de substitutivo do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ainda na área de saúde, a CCJ aprovou proposta (PLS 145/04) do senador César Borges (PFL-BA) para que os portadores de doenças graves tenham prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais.

EDSON RODRIGUES/SECOM-MT



O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social deverá beneficiar famílias de baixa renda

Nova política de habitação popular recebeu aval do colegiado

Ainda no primeiro semestre, a CCJ aprovou projeto de lei de iniciativa popular (PLC 36/04) que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Já sancionada pelo presidente Lula, a Lei 11.124/05 autoriza o Executivo a criar comitê para gerir os recursos do fundo, que poderá ser usado na compra de lotes em áreas regularizadas, assim como na melhoria de casas de pessoas de baixa renda.

A elevação de penas para quem realizar loteamento urbano sem autorização também foi aprovada pela comissão. O PLS 264/03, do senador Paulo Octávio (PFL-DF), com emendas do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), dobra as penas previstas, para dois a oito anos de reclusão.

Merece destaque o projeto de lei do Executivo que regulamenta a exploração de florestas públicas para a produção sustentável (PLC 62/05).



Projeto de Aelton Freitas regula consórcios

A matéria foi considerada polêmica porque permite a exploração privada de florestas públicas por até 40 anos, por meio de concessão.

Outras matérias aprovadas em 2005 foram o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), do senador Paulo Paim (PT-RS), e o PLS 62/03, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), com substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães, que obriga as concessionárias de serviços públicos a informar os clientes, com 15 dias de antecedência, sobre interrupção do fornecimento em caso de inadimplência.

Foi aprovado ainda o PLS 76/02, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que prorroga por mais cinco anos – além dos cinco originais – o prazo para a instituição do número único de registro da identidade civil, determinado pela Lei 9.454/97.

A CCJ aprovou ainda substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto de lei (PLS 533/03) do senador Aelton Freitas (PL-MG) que regula o sistema de consórcios.

Senadores também aprovaram o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria de Paulo Paim



Paulo Paim, o relator Heráclito Fortes, o governador gaúcho Germano Rigotto, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi participam de audiência pública em Camaquã (RS) para discutir a convenção-quadro do tabaco. Senado aprovou projeto após assegurar proteção aos produtores nacionais

Convenção restringe tabaco no país

Após intensos debates, Senado aprova acordo que prevê redução gradual da produção nacional



Tratoração na Esplanada dos Ministérios: problemas dos agricultores brasileiros agora têm novo fórum de discussão dentro do Senado Federal

A principal matéria debatida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em 2005 foi a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco (PDS 602/05), assinada pelo Brasil em junho de 2003 e ratificada pelo Plenário do Senado no dia 27 de outubro deste ano. Encarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o primeiro tratado internacional para a redução mundial do consumo de cigarros, a convenção prevê a substituição gradativa do plantio de fumo por culturas alternativas, que ainda serão definidas pelas autoridades públicas e fumicultores, além da adoção de políticas tributárias e de preços que incentivem o combate ao tabagismo. Essas medidas ainda passarão pelo debate público em conferência internacional que será realizada em fevereiro de 2006, aqui no Brasil.

A convenção teve como relator na CRA o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) e passou por uma série de audiências públicas promovidas nas cidades de Irati (PR), Florianópolis (SC),

Camaquã (RS) e Cruz das Almas (BA), nas quais se concentra a produção nacional de fumo. Além dos senadores dos estados mais diretamente afetados, as reuniões contaram com a participação dos fumicultores, que se opunham à ratificação do acordo, e autoridades sanitárias antitabagistas, que defendiam a convenção sob o argumento de que o fumo mata anualmente cerca de 5 milhões de pessoas em todo o mundo, das quais 200 mil no Brasil, de acordo com dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

A convenção foi ratificada pelo Senado após o governo federal ter apresentado documento – assinado pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e subscrito por mais cinco ministros – se comprometendo a garantir a atividade dos fumicultores.

Atualmente, o Brasil é o maior exportador mundial de fumo e o segundo maior produtor, com 850 mil toneladas anuais, cultivadas por 236 mil famílias que se concentram na região Sul. Em 2005, segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), a atividade movimentou R\$ 4,2 bilhões em exportações e R\$ 9,7 bilhões de



Sérgio Guerra preside a nova comissão do Senado

faturamento interno, dos quais R\$ 6,5 bilhões na forma de tributos.

A CRA era uma antiga reivindicação dos senadores e foi instalada no dia 1º de março de 2005, um mês depois de o Plenário ter aprovado substitutivo a projeto de resolução com esse objetivo, do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Anteriormente, os assuntos relacionados à agricultura eram debatidos no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Presidida pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) e tendo como vice o senador Flávio Arns (PT-PR), a nova comissão, formada por outros 15 senadores e 17 suplentes, tem a atribuição de opinar sobre política agrícola e fundiária, cooperativismo rural, uso e

posse da terra, direito agrário, irrigação, drenagem, agricultura familiar e segurança alimentar, entre outros temas.

Em 2005, o colegiado aprovou matérias que beneficiaram diretamente os agricultores, como o projeto de lei (PLS 36/03) do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que dá preferência aos pequenos produtores rurais nas compras do governo para programas de distribuição de alimentos e para a merenda escolar; e o projeto (PLS

217/01) do senador licenciado Luiz Pontes (PSDB-CE) que determina que os órgãos federais que executam programas de reforma agrária poderão ser obrigados a construir creches nos assentamentos rurais.

A CRA também discutiu em audiências públicas as consequências dos novos índices de desmatamento na Amazônia e temas como a citricultura, a crise enfrentada pelos produtores de arroz, a produção familiar de biodiesel, a agricultura orgânica, os produtos geneticamente modificados, o cooperativismo e os defensivos agrícolas genéricos.

Convenção do tabaco foi ratificada pelo Senado após governo federal prometer solução para produtores

Amaral (PT-MS) que dá preferência aos pequenos produtores rurais nas compras do governo para programas de distribuição de alimentos e para a merenda escolar; e o projeto (PLS

O que prevê o acordo antitabaco

Fonte: Instituto Nacional do Câncer, órgão do Ministério da Saúde



Redução da demanda

- aplicação de políticas tributárias e aumento de preços
- proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em ambientes fechados
- regulamentação dos conteúdos e emissões dos produtos derivados do tabaco
- divulgação de informações relativas a esses produtos
- desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os malefícios do tabagismo
- proibição da publicidade, promoção e patrocínio
- implementação de programas de tratamento da dependência da nicotina

Redução da oferta

- eliminação do contrabando
- restrição ao acesso dos jovens ao tabaco
- substituição do tabaco por outras culturas agrícolas
- restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura do tabaco

Responsabilidade civil

- inclusão das questões de responsabilidade civil e penal nas políticas de controle
- estabelecimento das bases para a cooperação judicial nessa área.

Pesquisas e programas de cooperação

- elaboração de pesquisas nacionais relacionadas ao tabaco e seu impacto sobre a saúde pública
- coordenação de programas de pesquisas regionais e internacionais
- estabelecimento de programas de vigilância do tabaco
- cooperação nas áreas jurídica, científica e técnica

Proteção do meio ambiente

- Garantir que o cultivo do tabaco e a produção de fumo respeitem o meio ambiente



Cinlo



ELZA FIUZAVAR

Comissão debateu corte de verbas da ANP, que prejudicou fiscalização no setor de abastecimento de combustíveis, além de atrasar o repasse de *royalties* para estados e municípios produtores de petróleo

Setor energético no centro dos debates

Comissão discutiu repasse de recursos e definição de políticas estratégicas

Os problemas relacionados ao setor energético do país foram um dos principais assuntos discutidos pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em 2005, como a elaboração de uma política nacional para o uso do gás e a proteção às reservas de petróleo. Uma audiência pública analisou os graves problemas gerados pelo contingenciamento de verbas orçamentárias da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O contingenciamento, além de prejudicar as atribuições da ANP, compromete o repasse de *royalties* aos dez estados e 790 municípios brasileiros exploradores de petróleo, além de favorecer o aumento da sonegação de impostos e a adulteração de combustíveis, alertou o diretor-geral da autarquia, Haroldo Lima.

– O governo age de má-fé e não é

honesto nessa relação. O Congresso Nacional tem que ser mais duro no relacionamento com os governos, não só o atual. A retenção de verbas prejudica o próprio desempenho da agência – protestou o presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

A proposta da ANP para o Orçamento de 2005, segundo Lima, era de R\$ 433,2 milhões, mas a contrapartida apresentada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) foi de R\$ 187,4 milhões. O presidente da agência também assinalou que o bloqueio das verbas para estudos geológicos (essenciais à abertura de novas áreas para prospecção) atingiu R\$ 45,7 milhões.

A CI também analisa projetos que definem uma política nacional para o gás. O primeiro (101/04), do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), instituiu o

Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás e contém as diretrizes e metas que deverão orientar o Programa Nacional do Gás (Progás), definido no Projeto 100/04. Tramitam conjuntamente com o PLS 226/05, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), sobre o mesmo assunto. As propostas serão examinadas em caráter terminativo, ou seja, cabe à comissão a decisão final sobre elas, a não ser que requerimento assinado por pelo menos nove senadores peça sua votação em Plenário.

O Plano Setorial deverá vigorar por um período de dez anos e tem por objetivo dar transparência ao setor e

estimular a maior participação do gás na matriz energética brasileira. Caberá ao Legislativo, conforme o projeto, acompanhar a execução do plano por meio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

O Progás, de acordo com a justificativa da proposta, considera que o setor de petróleo e gás já não é mais completamente dominado pelo Estado, como foi no passado.

– O Poder Executivo precisa atuar com firmeza, sinalizando para os agentes do mercado os caminhos a seguir. O mercado por si só é incapaz de assegurar a confiabilidade de abastecimento e a

eficiência alocativa que o país requer – explicou Crivella.

A CI aprovou também este ano projeto que cria um canal de televisão para o Poder Executivo. O canal, obrigatório e gratuito, entrará na grade das operadoras de TV a cabo e será operado pela Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás).

Em audiência pública requerida pelo senador César Borges (PFL-BA), a comissão debateu a situação financeira da Viação Aérea Rio-Grandense (Varig), cujas dívidas com a Infraero e com a BR-Distribuidora poderiam impedir seus aviões de decolar.

Aparelhos poderão ajudar a controlar o consumo telefônico

As operadoras de telefonia fixa e móvel ficam obrigadas a disponibilizar a seus assinantes aparelhos para registro e medição do consumo do serviço. A mudança consta de projeto de lei do Senado (PLS 39/02) aprovado em caráter terminativo na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e deverá ainda permitir aos usuários se protegerem de cobranças abusivas, muitas vezes facilitadas pela inexistência de mecanismos de controle.



Para Tourinho, uso de medidores pode trazer ganhos tanto para usuários quanto para operadoras

Caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentar as normas técnicas e definir as punições e penalidades às empresas, conforme substitutivo do relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A gratuidade da instalação do equipamento também deve ser analisada pela Anatel, segundo sugestão do senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Para Tourinho, a proposta traz ganhos tanto para os usuários quanto para as operadoras. Os consumidores, segundo o senador, ganham transparência na cobrança e no faturamento dos serviços de telefonia, e a operadoras terão como contestar eventuais reclamações improcedentes dos usuários, mediante a apresentação dos dados coletados pelo medidor.

– A possibilidade de verificar o consumo aferido por aparelho próprio do usuário e confrontá-lo com a fatura que lhe é apresentada propicia melhores condições de impugnar eventuais cobranças indevidas – observou Tourinho.

Consumidora de Brasília usa orelhão: projetos ampliam mecanismos de controle dos serviços telefônicos



LINDOMAR CRUZ/ABR

Fim da assinatura básica ainda será avaliado pela CCJ

A CI também aprovou o PLS 91/04, que impede a cobrança de assinatura básica de serviços telefônicos. A proposta foi apresentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (MG) à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que acolheu a sugestão e apresentou o projeto de lei que proíbe às prestadoras de serviços telefônicos a cobrança do consumidor de qualquer valor que ultrapasse a tarifa correspondente ao efetivo consumo.

A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por sugestão do relator do projeto, senador Delcídio Amaral (PT-MS). O senador recomendou o exame da constitucionalidade e da juridicidade do projeto, pois, na hipótese de sua aprovação, poderá haver quebra de contratos de concessão já assinados com as operadoras de telefonia.

A partir de janeiro de 2006, o regulamento do serviço de telefonia celular será alterado para ampliar as ações de combate à clonagem e para melhorar o atendimento ao usuário, assegurou o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Chaves Gurgel do Amaral, em audiência pública na CI. Ele registrou o “aumento expressivo” dos índices de clonagem de celulares – cem mil por mês.

Vagas para alunos da rede pública

Sistema de cotas nas universidades federais agora depende da Câmara

Pelo menos metade dos alunos das universidades federais deverá ser selecionada entre os estudantes de escolas públicas de ensino médio, tornando mais democrático o acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior. Esta foi uma das principais medidas aprovadas pela Comissão de Educação (CE) ao longo de 2005, ano em que cresceu o debate a respeito da proposta de reforma universitária que o Poder Executivo pretende submeter ao Congresso Nacional.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto estabelecia inicialmente a destinação aos estudantes da rede pública de um percentual de vagas nas universidades proporcional ao do número de alunos matriculados nas escolas públicas de nível médio. Mas acabou aprovado por unanimidade substitutivo do relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que institui a cota

mínima de 50%. A maior preocupação de Cabral é que o atual projeto fique parado na Câmara dos Deputados, assim como proposta de sua autoria, de teor semelhante, aprovada em 2004.

– Quem perde com isso é a cidadania brasileira, pois a essência da proposta é a de valorizar o ensino público – adverte Cabral.

A proposta de reforma universitária ainda não chegou ao Congresso por falta de consenso dentro do próprio governo em torno do tema. Mesmo assim, a reforma já começou a ser debatida na CE. O então ministro da Educação Tarso Genro ressaltou, em audiência pública realizada no primeiro semestre, aspectos da reforma que seriam indutores da inclusão social, como a abertura de cotas para afrodescendentes e a ampliação da oferta de cursos noturnos, para beneficiar os que trabalham durante o dia.

Frenesi no resultado do vestibular: metade das vagas oferecidas pelas universidades federais poderá ser destinada a estudantes do ensino médio público





Espectáculo teatral em universidade paulista: comissão estuda ampliar benefícios da Lei Rouanet

Ministro anuncia TV digital para Copa do Mundo de 2006

Outro caminho para a inclusão social – segundo anunciou em audiência pública o ministro das Comunicações, senador licenciado Hélio Costa (o tema também foi discutido pelo Conselho de Comunicação Social. *Confira na página 50*) – será a implantação do sistema brasileiro de televisão digital. As primeiras transmissões pelo novo sistema, cuja elaboração envolveu a participação de mais de 1.200 cientistas de instituições de pesquisa de todo o país, deverão ocorrer em junho de 2006, durante a Copa do Mundo da Alemanha.

Ao contrário da opção feita pelos países desenvolvidos, informou o ministro durante audiência na Comissão de Educação, o modelo brasileiro não dará prioridade total à televisão de alta definição (HDTV), capaz de garantir uma imagem de cinema ao telespectador. Para transmitir uma imagem em HDTV, observou, são necessários quatro canais simultâneos. No Brasil, as imagens de alta definição poderiam ser transmitidas apenas em horários nobres. Em outras faixas de horário, como pela manhã, os canais suplementares poderiam ser utilizados, por exemplo, para a transmissão de programas educativos.

Ao mesmo tempo em que aguardam a chegada da imagem de alta qualidade da TV digital, os bra-

sileiros que vivem longe dos grandes centros poderão ficar mais próximos do cinema propriamente dito. A CE aprovou parecer favorável a projeto de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que estende os benefícios fiscais da Lei Rou-

anet, de incentivo à cultura, às doações e patrocínios destinados à construção e à manutenção de

salas de cinema e teatro em municípios com menos de 100 mil habitantes. Também recebeu parecer favorável projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que permite a dedução do Imposto de Renda Pessoa Física de doações de livros a bibliotecas públicas.

A necessidade de prorrogação de

incentivos fiscais previstos na Lei do Audiovisual obteve consenso na comissão durante audiência pública sobre a situação do cinema no país, promovida pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Os atuais incentivos vencem ao final de 2006 e podem ser prorrogados até 2016.

Em outra audiência pública da CE, em conjunto com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, o governo admitiu que a indefinição a respeito do modelo de gestão dos recursos tem impossibilitado aplicar os R\$ 4 bilhões arrecadados para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust). “O Ministério das Comunicações não fez o seu dever de casa”, admitiu, no evento, o secretário de Comunicação Eletrônica da pasta, Joanilson Barbosa.

Audiências públicas deram subsídios para concessão de benefícios fiscais a cinema, teatro e bibliotecas

CÉLIO AZEVEDO



Comissão de Educação, presidida pelo senador Gerson Camata, tem quatro subcomissões temáticas

Fiscalização do Procon em ação: propostas aperfeiçoam leis contra práticas abusivas na oferta de produtos



Mudanças fortalecem consumidor

Consenso entre governo e sociedade é de que abusos não podem continuar



Valadares: pagamento à vista deve ter desconto

Por meio de quatro projetos de lei aprovados em decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Código de Defesa do Consumidor, após 15 anos de vigência, foi alterado para melhor. As propostas ainda serão submetidas à Câmara dos Deputados.

Apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), um dos projetos (PLS 191/05) define como prática abusiva a oferta ou a comercialização de produtos ou serviços pelo mesmo preço nas vendas à vista e a prazo e inclui no rol de práticas abusivas do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) a recusa de concessão de desconto em caso de antecipação de parcelas de compras feitas a prazo. Pela decisão da comissão, a prática deve passar a ser considerada infração penal.

Outra proposta (PLS 349/05), esta do senador Demostenes Torres (PFL-GO), recebeu substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e determina que o fornecedor coloque à disposição do consumidor, no momento da reclamação, outro objeto idêntico ou similar, enquanto o produto adquirido

estiver em reparo.

Já o PLS 192/05, do senador Paulo Paim (PT-RS), obriga a impressão dos contratos de adesão em caracteres superiores aos de corpo dez, para facilitar a compreensão das obrigações assumidas pelo consumidor. Finalmente, de acordo com projeto (PLS 31/05) do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), a comissão decidiu proibir que as empresas veiculem propaganda aos consumidores que fizerem ligação telefônica e esperam atendimento ao telefone.



João Alberto: combate à propaganda indesejada

Assuntos relacionados ao meio ambiente e à defesa do consumidor passaram neste ano a integrar as competências da anteriormente denominada Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

Em março, a CMA, presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), realizou audiência pública sobre direitos do consumidor. O diretor do Departamento de

Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, informou aos senadores que os problemas mais comuns registrados nas procuradorias de defesa do consumidor (Procons) são cobranças indevidas ou abusivas, além de produtos entregues com defeito. Participaram também do debate o coordenador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Sezifredo Paz, e a assessora jurídica do Procon-DF, Alessandra de Almeida Camargo.



Ana Júlia apoiou projeto do governo para florestas

Os índices de desmatamento da Amazônia divulgados pelo governo federal também foram abordados em audiência

pública com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, realizada em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Marina destacou dados divulgados pelo governo federal segundo os quais, entre agosto de 2003 e agosto de 2004, mais de 26 mil km² de florestas foram devastados.

Em outras duas audiências públicas, os senadores obtiveram informações e debateram o PLC 62/05, sobre a gestão das florestas públicas brasileiras. Após os debates, a comissão aprovou, em

setembro, parecer da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) favorável ao projeto do Poder Executivo que regulamenta a exploração de florestas pela iniciativa privada, institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento

Florestal e cria, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro. O projeto, aprovado pela Câmara, ainda vai tramitar na CCJ e no Plenário do Senado.



Demostenes Torres propõe garantia de reposição

O que é o Código do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) foi criado em 1990 e é a principal lei de amparo para os consumidores. A lei estabelece as regras das relações de consumo em todas as esferas: civil, definindo as responsabilidades e os mecanismos para a reparação de danos causados; administrativa, criando os mecanismos para o poder público atuar nas relações de consumo; e penal, estabelecendo novos tipos de crimes e as punições para os mesmos.

Para executar a Política Nacional das Relações de Consumo, a lei criou promotorias de Justiça de defesa do consumidor, no âmbito do Ministério Público, de delegacias de polícia especializadas no atendimento a vítimas de infrações penais de consumo e de juizados especiais de pequenas

causas e varas especializadas para a solução de litígios de consumo.

A lei estabelece penalidades, desde a aplicação de multas à pena de prisão. Constituem crimes contra as relações de consumo, entre outras infrações, omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade (detenção de seis meses a dois anos ou multa), e a afirmação falsa ou enganosa, a omissão de informação relevante sobre natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços (três meses a um ano de prisão).



OSÉ CRUZ

Alessandra Camargo, senador Leomar Quintanilha e Ricardo Morishita debatem, em audiência pública, cobranças indevidas



A nova Sudene, segundo o projeto

Finalidade

- Promover o desenvolvimento “inclusivo e sustentável” nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e em alguns municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Administração

- Conselho deliberativo formado pelos governadores de sua região de atuação, um representante da Presidência da República e de três ministérios – Fazenda, Integração Nacional e Planejamento. Os demais ministros seriam membros consultivos, sem direito a voto. Diretoria indicada pelo presidente.

- Caberá ao conselho, e não mais ao Ministério da Integração, definir os critérios de aplicação dos recursos dos fundos setoriais e de desenvolvimento (FNE e FDNE).

Formato legal

- Autarquia especial, com autonomia administrativa e financeira e vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Recife.

Investimentos

- Com a criação de uma carteira de investimento denominada BNBPar, o Banco do Nordeste poderá, a exemplo do BNDES, participar acionariamente de empreendimentos estratégicos para a região.



Um primeiro passo para recriar a Sudene

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprova projeto para ressuscitar órgão

As regiões Norte e Nordeste receberam atenção especial da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em seu primeiro ano de funcionamento. O principal tema discutido foi a proposta do Poder Executivo de recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O debate culminou com a aprovação, em 10 de novembro, de substitutivo a projeto (PLC 59/04) apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e que ainda será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, pelo Plenário.

A Sudene terá a finalidade, de acordo com a proposta, de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável da sua área de atuação – os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas,

GERALDO MAGELA



Garibaldi Alves, Tasso Jereissati e Marco Maciel em videoconferência sobre o Nordeste, no Interlegis

Sergipe, Bahia e alguns municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. A instituição também tem o objetivo de integrar a base produtiva da região de forma competitiva na economia em nível nacional e internacional.

Pela proposta, a Sudene será instituída como autarquia especial, com autonomia administrativa e financeira e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A sede será no Recife, mas representantes regionais podem atuar em atividades desenvolvidas com os governos estaduais.

Para estudar profundamente os problemas relacionados ao Nordeste, a CDR, que é presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), promoveu em junho videoconferência por meio da comunidade virtual do Legislativo – Programa Interlegis –, com a participação de mais de 20 assembleias legislativas. Antonio Carlos Magalhães também fez explicações sobre a criação da Sudene.

O tema foi ainda debatido em audiências públicas com os ministros

da Integração Nacional, Ciro Gomes; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega; e com o pre-

sidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Roberto Smith, entre outros.

Na região Norte do país, municípios do entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, localizado no estado do Amapá, podem ser beneficiados com projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) aprovado em decisão terminativa na CDR. A proposta (PLS 107/04) institui plano de desenvolvimento regional para a área – que representa 27% do território daquele estado – e determina que instituições de assistência técnica e de crédito federais e as que recebam recursos da União ofereçam tratamento preferencial a programas e empreendimentos ecologicamente sustentáveis em municípios ao redor do parque.

O ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, em audiência pública realizada em março, discutiu com os senadores os programas do governo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Walfrido informou que o turismo, conforme dados do Banco Central, é o terceiro item de exportações do Brasil, atrás apenas da soja e do minério de ferro.

Projeto que regulamenta a profissão de turismólogo (em curso superior ou profissionalizante de Turismo), enviado pela Câmara dos Deputados, recebeu

parecer favorável da comissão em setembro.

Em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a CDR deu ainda parecer favorável a projeto (PLC 62/04) da Presidência da República que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Pela proposta, a Anac terá como competência regular e fiscalizar a aviação civil e a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária. O senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator da matéria, destacou que o Brasil possui dimensões continentais, o que torna a aviação indispensável como fator de integração nacional e de desenvolvimento econômico.

A crise no setor aéreo e a proposta de criação da Anac foram tratadas em audiência pública com o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar Gomes da Silva; e com o ministro do Turismo Walfrido Mares Guia. O projeto passou também pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), além do Plenário. Em setembro, foi transformado na Lei 11.182/05, sancionada pela Presidência da República com veto parcial.



Antonio Carlos assina substitutivo que recria a Sudene

Pela proposta aprovada na CDR, a nova Sudene terá autonomia administrativa e financeira

Idéias que não serão esquecidas

O primeiro ano da morte do grande economista brasileiro Celso Furtado foi marcado por debate de dois dias. A pedido do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos reuniu, no final de novembro, uma dezena de especialistas para destacar as mazelas denunciadas pelo economista e mostrar como sua análise continua atual.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs que o Congresso aprove o mais rápido possível a recriação da Sudene, órgão idealizado em 1959 por Celso Furtado e que foi extinto em 2001, depois de denúncias de irregularidades. Calheiros entende

que a recriação será a melhor homenagem ao economista paraibano. O projeto já foi aprovado pela CDR e agora passa pela CCJ, antes de ir ao Plenário.

No encontro, a economista Maria da Conceição Tavares lamentou que o subdesenvolvimento da América Latina, motivo de longos estudos de Furtado, esteja se aprofundando. A causa, disse, é o convencimento das elites do acerto do neoliberalismo, que deixa os governos endividados.



Celso Furtado, em foto de 1963, ao lado do presidente João Goulart, de quem foi ministro do Planejamento

Isso, confirmou o economista Carlos Lessa, provoca no Brasil o absurdo de se gastar R\$ 140 bilhões anuais com juros, contra R\$ 7 bilhões com o Bolsa-Família.

A riqueza natural da Amazônia

Enorme potencial econômico da região esteve em debate no Senado

As grandes riquezas naturais das florestas tropicais – cujo potencial econômico tem motivado repetidos debates a respeito da ameaça de internacionalização da Amazônia – podem patrocinar novo impulso ao crescimento dos países em desenvolvimento a partir de 2006. A boa notícia foi apresentada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pela ministra do Meio Ambiente, senadora licenciada Marina Silva, durante discussão em que esteve acompanhada do secretário-executivo da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, Hamdallah Zedan.

Os dois estiveram na CRE para pedir o apoio da comissão e do Senado à realização em março de 2006, em Curitiba, da 8ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica. A justa partilha dos recursos genéticos está estabelecida na convenção, firmada durante a Rio-92, conferência mundial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU). E pode começar a ser efetivamente implantada a partir da reunião de Curitiba.

A garantia legal de compensação pelo uso dos recursos genéticos das florestas poderá fornecer novos elementos ao debate a respeito da soberania da Amazônia. O assunto foi amplamente discutido na CRE após declarações do então comissário da União Européia, Pascal Lamy, em defesa de uma “gestão coletiva” da Amazônia. O governo brasileiro

rapidamente emitiu uma nota de repúdio às declarações, segundo lembrou o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, durante a audiência que discutiu o tema “A internacionalização da Amazônia, risco real ou temor infundado”.

A atitude do governo provocou reações opostas. O senador Jefferson

Péres (PDT-AM) disse que o Itamaraty havia dado importância demasiada às declarações de Lamy, em uma “postura subdesenvolvida em relação ao Primeiro

Mundo”. Valdir Raupp (PMDB-RO) – foto –, por sua vez, julgou pertinentes as preocupações do governo. Ele recordou que o Iraque foi invadido em parte por causa de seu petróleo e ponderou que as riquezas da Amazônia poderiam inspirar uma tentativa de ocupação militar.



Valdir Raupp

Outra preocupação da CRE durante o ano foi com a situação dos brasileiros residentes no exterior, que enviam aproximadamente US\$ 6 bilhões anuais ao país, mas enfrentam muitas vezes grandes dificuldades. Durante a audiência pública sobre a “diáspora brasileira”, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), então presidente da comissão, alertou para o fato de estarem sendo exportadas as “esperanças dos brasileiros”. Cristovam foi substituído por Roberto Saturnino (PT-RJ) no comando da comissão, depois de trocar o PT pelo PDT.

A CRE promoveu ainda audiência sobre o cumprimento das Metas do Milênio no combate à pobreza, definidas pela ONU. O economista norte-americano Jeffrey Sachs, coordenador do Projeto do Milênio, aconselhou o Brasil a pressionar os países ricos para que eles destinem pelo menos 0,7% de seu produto interno bruto (PIB) ao combate à pobreza no mundo. Sachs lembrou a repercussão de declarações contra a fome feitas pelo presidente Lula. E sugeriu que o Brasil amplie seus esforços diplomáticos para obter uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, pediu apoio para Convenção da Diversidade Biológica



JANE ARAÚJO

Quando presidiu a CRE, Cristovam alertou para a exportação de “esperanças dos brasileiros”



ROOSEVELT PINHEIRO

Jefferson disse que reação do governo à declaração da União Européia refletiu “postura subdesenvolvida”

Perto de um parlamento

Proposta em discussão prevê eleição direta, em 2010, dos primeiros deputados do Legislativo do Mercosul

Até o final de 2010 deverão ser diretamente escolhidos – pelos eleitores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – os deputados que integrarão o Parlamento do Mercosul, conforme projeto discutido, no segundo semestre deste ano, na Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Até lá, a proposta prevê um processo de transição, durante o qual seriam indicados para compor o novo parlamento – desde a sua criação – deputados ou senadores dos quatro países que compõem o bloco. O Parlamento do Mercosul deverá ser estabelecido até o fim de 2006.

De acordo com o projeto, o Parlamento do Mercosul será um “órgão de representação de seus povos, independente e autônomo, o qual passa a integrar a estrutura institucional do Mercosul, em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta”.

A partir de 2011, conforme a proposta,

os deputados eleitos no ano anterior passariam a trabalhar na sede do organismo, em Montevidéu, no Uruguai, criando um palco definitivo de debates sobre o processo de integração regional.

A necessidade de se incorporar a sociedade ao debate do processo de integração regional foi ressaltada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – foto –, presidente da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ele admitiu que a integração precisa ser construída por etapas, mas indicou como exemplo a ser seguido o do Parlamento Europeu, que já reúne representantes de 27 países.

– Não há dúvidas de que, 14 anos após o Tratado de Assunção, estão dadas as condições para que se avance no processo de consolidação da integração. O Parlamento do Mercosul é imprescindível para a integração do Cone Sul e, posteriormente, da América do Sul – afirmou Zambiasi.

Para o deputado uruguaio Roberto Conde, presidente interino da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a criação do Parlamento do bloco continental poderá resolver o “grande déficit institucional” do processo de integração regional. Ele sugeriu a adoção da “primazia do político sobre o econômico” pelos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

– Não cremos em um processo de integração verdadeiro que seja apenas econômico. Ou seremos capazes de estabelecer integração política, ou simplesmente não haverá integração – advertiu Conde, ligado à Frente Ampla do presidente uruguaio, Tabaré Vázquez.



Roberto Conde

Ainda não há consenso a respeito do critério de representatividade a ser empregado na criação do Parlamento. O atual anteprojeto destina 16 vagas ao Paraguai e 16 ao Uruguai, com populações, respectivamente, de 5,6 milhões e 3,4 milhões de habitantes. Ainda pelo anteprojeto, a Argentina – com população de 38,4 milhões – ficaria com 31 cadeiras. E o Brasil, com seus 176,6 milhões de pessoas, teria direito a eleger 36 deputados para o Parlamento do Mercosul.

Outra tarefa da Comissão do Mercosul

foi buscar esclarecimentos a respeito da cooperação militar entre Paraguai e Estados Unidos, que poderia resultar na construção de bases militares norte-americanas no país vizinho. Órgãos de informação das Forças Armadas brasileiras revelaram que já estariam sendo abertas pistas de pouso perto da fronteira.

A comissão decidiu manifestar à embaixada do Paraguai em Brasília preocupação diante das notícias, agravadas com a visita do secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, ao presidente paraguaio, Nicanor Duarte, em agosto.



Deputado Aroldo Cedraz, senador Sérgio Zambiasi e o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, debatem criação do Parlamento do Mercosul durante seminário no Senado

J. FREITAS

Maior proteção ao trabalho dos jovens

Adolescente participa de programa que incentiva o primeiro emprego: preocupação do projeto é evitar exploração da mão-de-obra juvenil

CDH aprova projeto que disciplina presença de menores entre 14 e 18 anos em postos de trabalho nas empresas

Para evitar a exploração da mão-de-obra juvenil no país, projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) regulamentando com maior precisão o trabalho dos adolescentes de 14 até 18 anos foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A matéria (PLS 226/03) tramita agora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será

relatada pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE).

Pela legislação, considera-se menor o trabalhador de 14 anos até 18 incompletos. Os menores de 16 anos são considerados aprendizes e só podem ser contratados nessa condição a partir dos 14 anos. Pelo projeto, o horário de trabalho do menor será sempre compatível com o horário escolar, não podendo exceder quatro horas diárias nem 20

horas semanais. Atualmente, esse limite é de 48 horas semanais.

Fica mantida a permissão para prorrogar, em até mais duas horas, a jornada diária de trabalho, mediante convenção ou acordo coletivo, contanto que o total de horas semanais não extrapole o que foi estabelecido.

Outra mudança, no que tange ao trabalho extra dos adolescentes em casos excepcionais e de força maior, é a que proporciona acréscimo de pelo menos 25% sobre o valor da hora normal de trabalho até o máximo de oito horas, mas somente e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento. Hoje, esse acréscimo é de 25%, mas a legislação permite o trabalho excedente em até 12 horas diárias.

Os responsáveis legais de menores empregados ou contratados que deixarem de cumprir os deveres que lhes são impostos, conforme estabelece o projeto, poderão ser destituídos do pátrio poder.

Camata também incluiu propostas para alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente: obrigatoriedade de coincidência das férias no trabalho e escolares dos jovens empregados; definição de um período mínimo e máximo para o contrato de estágio a fim de viabilizar o desenvolvimento profissional e evitar a exploração da mão-de-obra; e admissão de aprendizes somente para os que tiverem concluído no mínimo o primeiro grau ou possuírem conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional, além de aptidão física e mental verificada por processo de seleção.

– É gritante a exploração da mão-de-obra juvenil no país, muitas vezes utilizada em substituição à força de trabalho dos adultos para reduzir custos da empresa. Esse tipo de manobra dificulta a escolarização e a profissionalização adequada aos jovens – assinala Camata.



Cristovam Buarque, presidente da CDH

Emigração sensibiliza o Congresso

Comissão pôde esclarecer por que muitos se arriscam a viver ilegalmente em outros países

Terror na fronteira

Agenciadores cobram até

US\$ 15 mil

para fazer uma pessoa atravessar a fronteira México-EUA



Há mais de **20 mil** brasileiros presos nos EUA por tentar entrar clandestinamente no país

CPI da Emigração Ilegal acompanhou dramas como o do emigrante mineiro Jean Charles de Menezes, morto pela polícia britânica

JANE DE ARAÚJO



Marcelo Crivella (D), na foto ao lado do embaixador Manoel Gomes Pereira, sugeriu 0800 para atender brasileiros em dificuldades no exterior

Submeter-se a uma aventura perigosa, que pode resultar em prisão ou morte, tornar-se devedor de bandidos, enfrentar dificuldades com a língua, esconder-se da polícia para evitar prisão e deportação. Esses são aspectos do drama dos cidadãos que saem do Brasil para morar ilegalmente em outros países. Isso sensibilizou o Congresso e resultou na criação da CPI da Emigração Ilegal.

2005 foi o ano do assassinato, pela polícia britânica, do mineiro Jean Charles de Menezes; foi o ano da deportação de centenas de imigrantes presos nos EUA e o ano da novela *América*, que mostrou as dificuldades dos brasileiros no exterior.

Em funcionamento desde junho, a CPI somou-se à Polícia Federal no combate às quadrilhas de agenciadores que levam pessoas para os EUA clandestinamente e assumiu a missão de elaborar leis que coibam essa atividade, tipificando-a

como crime, e garantam a cidadania dos brasileiros que vivem no exterior.

Presidida por Hélio Costa (PMDB-MG) e depois por Marcelo Crivella (PMR-RJ), quando Costa assumiu o Ministério das Comunicações, a CPI realizou audiências em Governador Valadares e Poços de Caldas (MG), onde atuam agenciadores de emigrantes, e Criciúma (SC).

A comissão apurou que os agenciadores iludem os jovens com relação às reais condições de vida que terão no exterior. As investigações apontam ainda o envolvimento de autoridades públicas, como prefeitos e policiais. As quadrilhas cobram de US\$ 10 mil a US\$ 15 mil para ajudar uma pessoa a cruzar a fronteira, mas a maioria não sabe que pode ter que atravessar um deserto a pé, um rio a nado, ou correr risco de prisão ou morte.

Por sugestão da CPI, o Ministério das Comunicações prepara-se para criar o telefone 0800 que atenderá brasileiros em dificuldades fora do país. Também negocia com autoridades norte-americanas a ampliação do número de vistos concedidos a brasileiros dos atuais 6 mil por ano para 30 mil.



EDUARDO MARTINO/FOLHA IMAGEM

Na dianteira da revolução tecnológica

Conselho de Comunicação Social se dedica à análise de temas como TV digital e convergência tecnológica

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) chega ao final de 2005 debruçado sobre dois grandes temas, que vêm mobilizando discussões em diversos âmbitos da sociedade, devido ao seu alto potencial de mudança e de abertura de novas possibilidades.

A TV digital, assunto abordado pelo ministro das Comunicações e senador licenciado Hélio Costa em audiência pública, vem atraindo a atenção do conselho desde o início do ano. De acordo com o ministro, o modelo brasileiro, que está sendo elaborado pelos grupos de desenvolvimento a partir de uma combinação das tecnologias



Maguito Vilela

internacionais disponíveis, deverá ser concluído até o final de dezembro, e a expectativa é que seja testado já na Copa do Mundo de 2006. Esse sistema de TV proporciona melhora na qualidade de som e imagem, interatividade e reprodução de um maior número de canais, além de permitir que cada canal seja dividido em até quatro.

A convergência tecnológica dos meios, por sua vez, já é realidade. Trata-se da utilização de uma mesma plataforma de telecomunicações para transporte de diferentes serviços, como telefonia, vídeo, música e Internet, consequência do novo contexto da comunicação, criado pelas inovações tecnológicas.

Uma das incongruências da legislação sobre comunicação social no Brasil é que ela impõe limites à participação do capital estrangeiro nas empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens, mas nada diz a esse respeito no que se refere à Internet.

Esse assunto também foi debatido no conselho, que aprovou



Hélio Costa, ministro das Comunicações (à direita, ao lado de Arnaldo Niskier), debate TV digital no Conselho de Comunicação



DIGEO/DIVULGAÇÃO

Cronograma da TV digital

O governo escolherá entre os padrões tecnológicos americano, europeu ou japonês para as transmissões da TV digital brasileira. A decisão deve sair no início do próximo ano.

Dezembro – O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD), responsável pela análise dos estudos feitos por universidades, entrega relatório final sobre a TV digital.

Janeiro – Governo anuncia decisão sobre o padrão tecnológico.

Junho – Primeiros testes comerciais da TV digital.

Acessível ao consumidor

Segundo o Ministério das Comunicações, o consumidor brasileiro deverá gastar entre R\$ 40 e R\$ 150 para assistir à TV digital sem precisar comprar televisão nova. O governo poderá licitar novos canais com a chegada da TV digital onde houver disponibilidade. O levantamento sobre a distribuição de canais está sendo feito pela Anatel.

Para iniciar as transmissões digitais, as emissoras terão direito a um canal paralelo. Após dez anos, a concessão do canal analógico deve ser devolvida ao governo.



relatório sobre proposta de emenda à Constituição (PEC 55/04) do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). A proposição visa incluir no artigo 222 da Carta Magna – que restringe a propriedade dos veículos aos brasileiros – empresas de acesso e de provimento de conteúdo eletrônico.

O Conselho de Comunicação Social reúne-se mensalmente no Congresso e tem a atribuição de realizar estudos, pareceres e recomendações sobre assuntos de sua competência. É composto por 26 membros, representantes de empresas ligadas ao setor, profissionais da área e entidades da sociedade civil.

Senado vai a Rondônia investigar corrupção

Comissão especial apurou denúncias de vendas de votos por deputados estaduais, além de exploração irregular e grilagem de terra com conivência do governador

Em 15 de maio de 2005, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, exibiu um vídeo em que deputados estaduais de Rondônia exigiam dinheiro do governador Ivo Cassol em troca de apoio político. A gravação – que não foi exibida naquele estado devido a uma decisão judicial – provocou protestos de estudantes, que tentaram invadir a Assembléia Legislativa e o Palácio do Governo, em Porto Velho. Além dos deputados, o próprio Ivo Cassol está envolvido em uma série de denúncias que abrangem desde o tráfico ilegal de diamantes até a grilagem de terras. O governador depôs duas vezes no Congresso: em 22 de junho, na CPI da Terra, e em 8 de novembro, na comissão externa criada pelo Senado para investigar o caso.

Em junho, a TV Bandeirantes exibiu outro vídeo sobre tentativa de suborno. Dessa vez, era Cassol o autor da proposta, que teria oferecido pagamento mensal de R\$ 50 mil a um deputado estadual em troca de apoio político. Cassol afirmou que o diálogo se tratava de uma “simulação” com a intenção de mostrar como os parlamentares de seu estado vêm atuando.

A comissão especial externa do Senado, presidida por Sibá Machado (PT-AC), ouviu Cassol e os deputados



JOSE CRUZ



MÁRCIA KALUME

Demostenes Torres, Fátima Cleide, Sibá Machado e Magno Malta acompanharam as investigações em Rondônia e ouviram os envolvidos, entre eles o governador de Rondônia, Ivo Cassol (E), autor das denúncias

estaduais denunciados. Em setembro, o relator da comissão, Demostenes Torres (PFL-GO), anunciou que a comissão iria recomendar

ao Ministério da Justiça e à Procuradoria Geral da República a intervenção federal no estado, o que resultaria no afastamento de Cassol. Segundo Demostenes, há “provas contundentes” contra 22 deputados e indícios contra o governador.

As acusações de extração ilegal de diamantes foram reveladas no depoi-

mento do contrabandista Marcos Glikas à Justiça Federal. Preso pela Polícia Federal, ele disse agir com consentimento de Cassol, com quem apareceria em fotografias. A exploração irregular ocorre na Reserva Roosevelt, onde, em 2004, mais de 20 garimpeiros foram mortos em conflito com indígenas que habitam o local.

O governador é acusado ainda de tentar expulsar agricultores de um assentamento em Alta Floresta do Oeste para grilar o terreno. Segundo o deputado federal Anselmo de Jesus Abreu (PT-RO), o filho de Cassol teria ameaçado os assentados e metralhado plantações. Cassol negou a denúncia na CPI da Terra.

Imagens 2005



GERALDO MAGELA

Um dia após ser eleito presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros abre em 15 de fevereiro os trabalhos da 3ª Sessão da 52ª Legislatura, em solenidade em frente à sede do Poder Legislativo



JOSÉ CRUZ/ABR

Roseana Garcia, viúva do ex-prefeito de Campinas (SP) Toninho do PT, é cumprimentada por Aloizio Mercadante antes de depor à CPI dos Bingos

Almoço em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, na residência oficial, contou com a presença da ex-embaixatriz Lúcia Flecha de Lima (C), entre Renan Calheiros e sua esposa, Verônica



GERALDO MAGELA

Parlamentares do Vietnã, Hoang Kim Phung (E) e Nguyen Thi Hoai Thu são recebidos por Renan (C), Cristovam Buarque e o embaixador Pedro Bretas



JANE ARAÚJO

LINDOMAR CRUZ/ABR



A Marcha Zumbi + 10 reuniu em Brasília milhares de cidadãos em protesto contra o racismo. As cruzes simbolizam os negros vítimas da desigualdade social, retratada em livro da Fundação Palmares (foto) com textos dos principais teóricos do movimento negro

JOSÉ CRUZ



Nelson Jobim, presidente do STF, Renan Calheiros e Antonio Palocci, ministro da Fazenda, participam do fórum "Reforma das instituições do Estado Brasileiro", a convite de João Paulo dos Reis Velloso (D), do Instituto Nacional de Altos Estudos

CÉLIO AZEVEDO



Iris de Araújo e Heloísa Helena somam forças em defesa do Brasil. As duas senadoras são críticas severas da política de juros altos do governo federal



Sessão solene sobre a abolição da escravatura teve a participação do jogador Grafite. Dias antes ele denunciara à polícia o argentino De Sábato, que passou duas noites na prisão por prática de racismo

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles (segundo à esquerda), vai à Comissão Mista de Orçamento, presidida por Gilberto Mestrinho (D), ao lado de Leomar Quintanilha

JOSÉ CRUZ



CÉLIO AZEVEDO

Ao lado de Leonel Pavan e Aelton Freitas, Sérgio Cabral propõe a discussão do contingenciamento, pelo governo federal, de recursos do Orçamento destinados ao Ministério da Cultura



CÉLIO AZEVEDO

MOREIRA MARIZ



O senador Geraldo Mesquita Júnior defende que a educação na Amazônia seja voltada para superar os desafios da região



JOSÉ CRUZ

Agricultores enchem de tratores a Esplanada dos Ministérios no fim de junho para o "Tratoração: o Alerta do Campo", protesto em defesa de mais financiamento agrícola e pelo refinanciamento das dívidas do setor



ASSUNÇÃO COSTA

Romero Jucá, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Ana Júlia e Rodolpho Tourinho na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo: preocupação com a região Nordeste e a redução das desigualdades



J. FREITAS

César Borges critica a política econômica atual, marcada pelas altas taxas de juros e inibição dos investimentos. "Essa política suicida está sacrificando o país", diz



ROOSEVELT PINHEIRO

O senador José Maranhão homenageia o Dia do Aviador e o da Força Aérea Brasileira, no final de outubro, durante sessão solene no Plenário do Senado



JANE ARAÚJO

Senador Eduardo Siqueira Campos (D) recebe o vice-ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, senador Sanzo Hosaka (C) e o embaixador no Brasil, Takahiko Horimura



Após denunciar corrupção no governo federal, o primeiro depoimento oficial do ainda deputado Roberto Jefferson paralisou o Congresso e o país



Antero Paes de Barros (à direita, ao lado de Mão Santa e à frente de Luiz Otávio) requer informações sobre a extradição de João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, do Uruguai para o Brasil

O senador Paulo Octávio discursa em homenagem aos 45 anos da inauguração de Brasília. A sessão solene foi realizada em Plenário por sua iniciativa, na véspera do aniversário da cidade, 21 de abril



Na sessão especial em comemoração aos 80 anos do jornal *O Globo*, o presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho (E), o senador Renan Calheiros, o ministro Edson Vidigal, presidente do STJ, e o ministro Max Hoertel, presidente do STM

Na esteira de denúncias de grampo telefônico por membros das CPIs, o senador João Ribeiro denuncia que a prática é corriqueira em seu estado, o Tocantins, e atinge especialmente políticos e outras autoridades



Os senadores Efraim Morais, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Renan Calheiros, Luiz Otávio, Papaléo Paes, Delcídio Amaral, Sérgio Cabral e Ney Suassuna e o diretor-geral Agaciel Maia posam antes de partida de futebol contra a Câmara





CÉLIO AZEVEDO

Flávio Arns prestigia a sessão pelo Dia da Mulher, quando o diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi entregue, entre outras, a Maria da Penha Fernandes (C), vítima de violência, e Zilda Arns, da Pastoral da Criança



JANE ARAÚJO

Reginaldo Duarte (D) e Sérgio Zambiasi apuram os votos na eleição de Gerson Camata para presidente da Comissão de Educação, no lugar de Hélio Costa



MÁRCIA KALUME

Senador José Sarney participa do lançamento do documentário da TV Senado Lévi-Strauss: Saudades do Brasil, que reconstituiu a passagem por nosso país do pensador francês, atualmente com quase cem anos de idade

O vice-presidente do Senado, Tião Viana, cumprimenta o senador Eduardo Azeredo (D), presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência



JOSÉ CRUZ

ANTÔNIO CRUZ/ABR



Roseana Sarney, Ana Júlia Carepa, a primeira-dama Marisa Silva, Serys Shlessarenko e Heloisa Helena inauguram a Galeria das Senadoras



Ney Suassuna, José Agripino, Flexa Ribeiro e Fernando Bezerra testemunham a entrega ao senador Renan Calheiros pelo presidente da CNI, Armando Monteiro (C), de documento com reivindicações da indústria

GERALDO MAGELA

J. FREITAS



Senador Edison Lobão (D) recebe representante do rei de Marrocos e ministro de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Mohamed Elyazghi



ROOSEVELT PINHEIRO

Logo no início dos trabalhos da CPI do Mensalão, o senador João Batista Motta destacou-se ao propor a quebra de sigilos de todos os parlamentares para evitar suspeitas

GERALDO MAGELA



A cantora Margareth Menezes, a secretária municipal de Educação, Olívia Santana, e os senadores Paulo Paim e Rodolpho Tourinho debatem, em audiência pública em Salvador, o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em novembro pelo Senado



ROOSEVELT PINHEIRO

Ramez Tebet (D) conversa com Papaléo Paes em sessão solene pela passagem dos 26 anos da Lei da Anistia Política

Renan Calheiros recebe do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, manifesto de apoio à Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa

GERALDO MAGELA



Senado • Dezembro de 2005 57



CÉLIO AZEVEDO

Fátima Cleide, Leonel Pavan e Papaléo Paes acompanham a aprovação, na Comissão de Educação, de projeto que amplia o rol de trabalhadores considerados profissionais de educação



J. FREITAS

Presidente da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, senador Renan Calheiros solta a pomba da paz na Esplanada, em ato pelo "sim" à proibição da venda de armas e munições



JOSÉ CRUZ

Vendada, a senadora Serys Slhessarenko toca obra de arte, durante a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência



ROSE BRASILI/ABR

Manifestante a favor das pesquisas com células-tronco observa, do Plenário da Câmara, os debates sobre a Lei de Biossegurança

Renan Calheiros recebe membros do Sindilegis, mobilizado para derrubar o veto presidencial ao reajuste de 15% para os servidores do Legislativo



LINDOMAR CRUZ/ABR

Durante marcha na Esplanada dos Ministérios por melhores salários e condições de trabalho, servidores públicos federais lavam a rampa de acesso do Congresso Nacional



GERALDO IMAGELA



ASCOM/MP

JANE ARAUJO

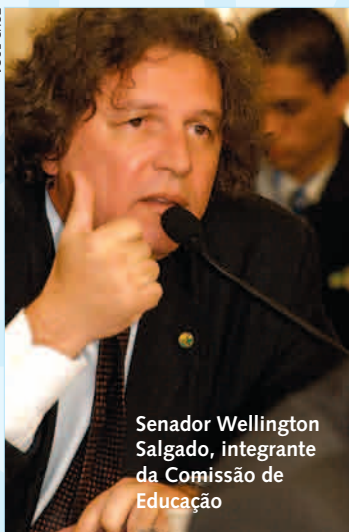
Cortador de cana no interior do país: ao homenagear a memória do ex-governador pernambucano Miguel Arraes, senadores destacaram sua luta de décadas pela libertação do homem do campo



Tião Viana (*de gravata*) conversa com a presidente da Associação Brasileira dos Portadores da Talidomida, Cláudia Maximino, e o vice-presidente, Flavio Scvasin, acompanhados de outras vítimas da doença



JOSÉ CRUZ



Senador Wellington Salgado, integrante da Comissão de Educação

CÉLIO AZEVEDO



Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Roberto Saturnino recebe a embaixadora da Costa do Marfim, Colette Lanbin



MOREIRA MARIZ

WILSON DIAS/ABR



Ao lado da esposa, João Capiberibe discursa e, emocionado, se despede do Senado após o Supremo Tribunal Federal ter confirmado a perda do seu mandato



Diante do Congresso Nacional, manifestantes desfraldam bandeiras do arco-íris da 8ª Parada do Orgulho Gay, em junho

VOLUNTARIADO



OSÉ CRUZ

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, deputado Aldo Rebelo, e o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, comparam carrinhos de compras feitas com o salário mínimo previsto no Orçamento de 2006, de R\$ 321, e com o reivindicado pela 2ª Marcha Nacional em Defesa do Salário Mínimo, de R\$ 400



Senadores José Jorge, Jorge Bornhausen e José Agripino participam de entrevista à imprensa organizada pelo PFL para detalhar a posição do partido em relação às CPIs



J. FREITAS

Em seminário no auditório do Interlegis, Douglas de Felice, assessor de imprensa da Presidência do Senado, o professor Laurindo Lalo Leal Filho (USP), o jornalista Deraldo Goulart, o diretor-executivo do Interlegis, Víctor Guimarães Vieira, e o vice-reitor da Unilegis, professor Heitor Gurgulino

GERALDO MAGELA



Luiz Otávio, Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho, Alvaro Dias, Jefferson Péres, Fernando Bezerra e Ney Suassuna ouvem Renan Calheiros, no lançamento da Frente Nacional de Desburocratização

Negociação entre os líderes Aloizio Mercadante (PT), Arthur Virgílio (PSDB) e José Agripino (PFL): Plenário trabalhou madrugadas adentro para superar congestionamento de MPs



JANE ARAÚJO

ROOSEVELT PINHEIRO



Oficiais da Aeronáutica ocupam as cadeiras reservadas aos senadores durante sessão solene em homenagem ao Dia do Avião e ao Dia da Força Aérea Brasileira



JANE ARAÚJO

Logo após a sua posse, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se na residência oficial com jornalistas para um café da manhã



JOSÉ CRUZ

Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo preparam a eleição para presidente e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22 de fevereiro



JOSÉ CRUZ

Senador Aloizio Mercadante, entre participantes do seminário, debate a obra e o pensamento do economista Celso Furtado no auditório do Interlegis



JANE ARAÚJO

Senador Valmir Amaral participa da tomada de depoimentos na CPI dos Bings

ROOSEWELT PINHEIRO



Senador Teotônio Vilela Filho alertou, em discursos, para os mitos criados em torno do projeto de transposição das águas do São Francisco



GERALDO MAGELA

Arthur Virgílio, Antonio Carlos Magalhães e José Agripino examinam documento sobre as investigações realizadas pelas CPIs



Acompanhado do senador Paulo Octávio (D), o arquiteto Oscar Niemeyer recebe do senador Renan Calheiros o título de patrono da arquitetura brasileira, aprovado pelo Plenário



Tião Viana, ministro Nelson Jobim, Renan Calheiros, governador Aécio Neves, João Alberto e Eduardo Siqueira Campos na homenagem aos 20 anos da redemocratização

Revelações históricas em Plenário

Homenagens a grandes vultos políticos emocionam o Plenário

O Senado realizou dez sessões de homenagens ao longo do ano legislativo e, em algumas delas, a distância histórica permitiu que viessem a público informações inéditas sobre momentos políticos decisivos para o país. Na sessão comemorativa pelos 20 anos da redemocratização, no dia 15 de março, por exemplo, o senador José Sarney (PMDB-AP) disse que foi informado às 3h da madrugada do dia 15 de março de 1985 que, horas depois, tomaria posse como presidente da República.

Segundo Sarney, a informação lhe foi transmitida pelo general Leônidas Pires Gonçalves, escolhido como ministro do Exército pelo presidente eleito no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves. Doente, Tancredo não poderia tomar posse, e a negociação política que se seguiu indicou o vice-presidente eleito para tomar posse, em vez do então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.

Sarney revelou ainda que, em seu mandato, a democracia esteve em risco em vários momentos. "Pensei que a democracia fosse morrer em minhas mãos. Não morreu; ao contrário, floresceu", afirmou o senador, que lembrou ter recebido de Tancredo três diretrizes para a transição:

1) seria feita com os militares, e não contra eles; 2) não haveria qualquer tipo de revanchismo; e 3) não haveria mais as chamadas ordens do dia, em que os militares opinavam sobre todos os aspectos da vida nacional.

Também falaram o presidente do Senado, Renan Calheiros, que destacou a maturidade demonstrada pelo país durante o processo de transição, Marco Maciel (PFL-PE), Jorge Bornhausen (PFL-SC), João Capiberibe (PSB-AP), Pedro Simon (PMDB-RS), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Garibaldi Alves

Filho (PMDB-RN). Os senadores lembraram a condução do processo por Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, os grandes líderes da transição.

Os parlamentares prestaram homenagem também ao papa João Paulo II, morto em abril; aos 30 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog; aos 26 anos da Lei da Anistia; aos cem anos de nascimento do escritor gaúcho Érico Veríssimo; ao ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, morto em agosto; aos 40 anos da Rede Globo de Televisão; à concessão do título de Patrono da Arquitetura a Oscar Niemeyer; e aos cem anos de nascimento de Afonso Arinos de Mello Franco.



José Sarney

Trajatória de Arraes

Na sessão em homenagem a Miguel Arraes, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) revelou que, em 13 de outubro de 1963, Arraes, então governador de Pernambuco, o procurou em Salvador, em busca de apoio contra o estado de sítio proposto pelo presidente João Goulart.

Discursaram, na sessão solene de 15 de agosto, os senadores Marco Maciel, José Jorge (PFL-PE), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e José Sarney. Todos relembrou a atuação de Arraes como defensor do homem do campo e a importância histórica que teve não só em Pernambuco, mas na política nacional.

26 anos da anistia

Realizada por requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a sessão em homenagem aos 26 anos da Lei da Anistia, no dia 29 de agosto, teve como tônica dos discursos a evidência de que a agenda do Brasil mudou: hoje a busca é por justiça social, distribuição de renda e combate à corrupção. Foi o que disseram os senadores Suplicy, o presidente Renan Calheiros e João Capiberibe. Suplicy pediu ainda a abertura dos arquivos do regime militar, para que o Brasil tenha enfim um encontro com sua própria história.

Vladimir Herzog

Eduardo Suplicy voltou a pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a abertura dos arquivos do regime militar durante a sessão especial pelos 30 anos

do assassinato do jornalista Vladimir Herzog. O presidente do Senado, Renan Calheiros, recordou que, na época, o grande medo nacional eram as baionetas, os agentes infiltrados, as prisões sem mandado ou sem processo, a tortura e o assassinato político.

40 anos da Globo

A mais longa das sessões de homenagens ocorreu no dia 3 de maio, pelos 40 anos da Rede Globo. O requerimento para a sessão especial foi do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que confessou enorme admiração pelo fato de que, quando criou a TV Globo, Roberto Marinho já era um homem de mais de 60 anos, mas com incomparável vigor e vontade de realizações. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) enfatizou o caráter nacional da TV Globo. O senador Antonio Carlos Magalhães disse que Roberto Marinho, apesar do poder da Globo e do jornal *O Globo*, nunca fez perseguições pessoais ou ideológicas. Dois senadores que participaram da sessão como oradores foram funcionários das Organizações Globo: Edison Lobão (PFL-MA) e Hélio Costa (PMDB-MG).

Afonso Arinos e Érico

Em homenagem aos cem anos do nascimento do senador, chanceler, advogado e escritor Afonso Arinos de Mello Franco, em 23 de novembro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a Casa acabara de aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que imediatamente remetia à memória de Arinos, autor da primeira lei em todo o mundo contra o



Legado de Afonso Arinos foi reverenciado pelos senadores no dia 23 de novembro

racismo, de 1951.

O senador Arthur Virgílio disse que hoje em dia é impossível falar de luta contra a discriminação e não lembrar de Arinos, que ao criar a lei que leva seu nome, em 1951, primeira lei anti-racista do Brasil, tornou a prática do racismo uma contravenção penal. O senador amazonense também ressaltou as qualidades do acadêmico, homem de letras, orador, democrata e “notável constitucionalista”. Destacou ainda sua atuação na elaboração da Constituição de 1988, a quem considera “um dos cernes da Carta que cometeu erros e acertos”.

– Não se pode esquecer o papel essencial, quase que de guru, de Afonso Arinos – afirmou.

No dia 24 de agosto, o Senado homenageou o centenário do escritor gaúcho Érico Veríssimo e abriu a exposição itinerante *Por Amor à Vida – Érico Veríssimo 100 anos*. O senador Pedro Simon lembrou que, apesar da obra literária gigantesca, Érico sempre se referiu a si próprio como um “modesto contador de histórias”.

Morte de João Paulo II

Seis senadores discursaram na sessão especial pela morte do papa João Paulo II: o presidente Renan Calheiros, Marco Maciel, Pedro Simon, Paulo Paim (PT-RS), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Delcídio Amaral (PT-MS). Renan disse que o considera um dos maiores líderes humanitários do mundo contemporâneo e um grande missionário, em favor das liberdades democráticas, da justiça social e da força da Igreja Católica.



O senador Pedro Simon (C) e o filho de Érico Veríssimo, o também escritor Luis Fernando Veríssimo, abrem a exposição em homenagem ao romancista gaúcho

CÉLIO AZEVEDO



Marcos Valério



Delúbio Soares



Sílvio Pereira



Maurício Marinho



Duda Mendonça



Carla Cico



Daniel Dantas

Caixa 2, propina, mensalão...

Funcionário dos Correios flagrado recebendo R\$ 3 mil iniciou crise política que revelou ao país variados esquemas de corrupção

Um funcionário dos Correios recebe propina e acusa o PTB de comandar um esquema de corrupção nas estatais. O então presidente do partido, deputado Roberto Jefferson (RJ), joga a responsabilidade de volta para o governo, que pagaria uma mesada a deputados de partidos da base aliada, o “mensalão”. Estava pronta a fórmula para que o Congresso instalasse a primeira CPI para investigar corrupção no governo Lula. Nem mesmo as tradicionais manobras usadas para evitar a criação da CPI dos Correios e limitar as investigações surtiram efeito. Daí para a frente, a crise política se transformaria em uma bola de neve, com duas outras CPIs instaladas (veja págs. 10 e 11) e escândalos em série.

As primeiras denúncias ficaram menores diante da distribuição de verbas a parlamentares, envolvendo o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério, batizada de valerioduto. Roberto Jefferson e José Dirceu acabaram cassados, outros renunciaram e mais 12 deputados aguardam julgamento no Conselho de Ética da Câmara.

No começo dos trabalhos, a CPI dos Correios ouviu o ex-funcionário da estatal Maurício Marinho, que apareceu em vídeo recebendo R\$ 3 mil. Os responsáveis pela gravação que originou a crise negaram interesses políticos. A essa altura, porém, a expectativa já se concentrava em torno do que

Roberto Jeffersonalaria à comissão, depois de ter denunciado, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, comandava o “mensalão”.

O deputado carioca acusou Marcos Valério, dono das agências de publicidade SMP&B e DNA, de ser o operador de pagamentos aos aliados do PT, em malas de dinheiro, com recursos desviados dos cofres públicos.

Mais tarde, dados apurados pelo relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), indicaram que a Visanet, da qual o Banco do Brasil é sócio, repassou R\$ 10 milhões para a DNA, sem comprovação de serviço realizado, bem como irregularidades em contratos nos Correios.

Valério foi ouvido em julho sob holofotes e a proteção de *habeas corpus*. Ele negou superfaturamento nos contratos de publicidade ou vantagens em licitações por ter ajudado o PT. Mas admitiu, em sintonia com Delúbio, que tomou empréstimos

junto aos bancos BMG e Rural para o PT. O dinheiro, cerca de R\$ 55 milhões, serviu para pagamentos “não contabilizados” de gastos de campanhas – ou caixa dois. Delúbio assumiu a responsabilidade pela operação, isentando figuras do governo e do PT, entre eles José Dirceu. Mas, assim como Jefferson, Valério e sua esposa, Renilda, sugeriram que o ex-ministro sabia dos

CPI pediu indiciamento de Delúbio e Valério por lavagem de dinheiro, fraude contábil e tráfico de influência

15 de junho



Delcídio Amaral é eleito presidente e Osmar Serraglio escolhido relator

MÁRCIA KALUWE

O clima de enfrentamento entre governo e oposição é visível: a senadora Heloísa Helena e o deputado Maurício Rands se acusaram mutuamente de agressão



J. FREITAS

11 de agosto

O marqueteiro da campanha de Lula, Duda Mendonça, presta depoimento e confessa ter recebido pagamentos em bancos em paraísos fiscais



VALTER CAMPANATO/ABR

negócios de Delúbio.

Também acusado por Roberto Jefferson, Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, disse desconhecer o “mensalão” e as dívidas do partido. Depois de admitir ter sido presenteado com um veículo Land Rover por um empresário com contratos milionários com a Petrobras, Pereira deixou o PT, devolveu o carro e saiu de cena.

O sub-relator de Fontes Financeiras da CPI, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), entende que a tese dos empréstimos é fantasiosa. Depois de auditoria nas 75 contas que movimentaram o valerioduto, Fruet identificou a “conta-mãe” de Valério no Banco Rural. Empresas e prefeituras mineiras, todas com contratos com a DNA e a SMP&B, teriam abastecido essa conta. A CPI já pediu ao Ministério Público e à Polícia Federal que indiciem Delúbio e Valério por lavagem de dinheiro, fraude contábil e tráfico de influência.

A oposição parecia longe da crise, mas Valério revelou o uso do esquema em 1998 na campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB) à reeleição ao governo mineiro. Azeredo negou as irregularidades e culpou a coordenação de sua campanha pelo caixa dois, confirmado por Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha. Azeredo afastou-se da presidência do PSDB.

O partido também foi atingido quando a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) informou à CPI que o prédio onde funciona a SMP&B pertence a Ronaldo de Souza e Ricardo Sérgio de Oliveira, este último tesoureiro de campanhas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do atual prefeito de São Paulo, José Serra, ambos do PSDB. Ideli salientou que a DNA, de Valério, é



Ideli aponta relação de Valério com o PSDB



MÁRCIA KALUME

Depoimento de Jefferson à CPI dos Correios, presidida por Delcídio Amaral (E), deixou escândalo na estatal em segundo plano, deslocando os holofotes para Marcos Valério e Delúbio Soares

desde 1994 responsável pelo *marketing* do Banco do Brasil, que tinha Ricardo Sérgio como diretor.

A crise atingiu o auge quando o publicitário Duda Mendonça, apontado pela diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, como beneficiário de R\$ 15 milhões do valerioduto, foi à CPI. Ao lado de sua sócia Zilmar Fernandes, Duda admitiu crime fiscal por ter recebido R\$ 10 milhões do PT em conta no exterior sem declarar. Em meio a especulações sobre *impeachment* ou renúncia, Lula foi à TV dizer que fora traído. A comissão ainda tenta analisar dados da conta de Duda Mendonça obtidos em Nova York pela Polícia Federal.

Em relatório parcial, as CPIs dos Correios e do Mensalão sugeriram a abertura de processo, no Conselho de Ética da Câmara, contra 18 deputados acusados de envolvimento no “mensalão”. Deputados arrolados, como o presidente do PL, Val-

demar Costa Neto (SP), renunciariam. O então presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), entrou na linha de fogo, sob a acusação de receber propina de um restaurante concessionário da Casa. Semanas depois, renunciou à Presidência e ao mandato.

Ao depor na CPI, o ex-ministro da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, refutou denúncias, mas as investigações sobre contratos de publicidade do governo e irregularidades nos fundos de pensão não mais saíram da agenda da comissão. Sócio de fundos de pensão na Brasil Telecom, o banqueiro Daniel Dantas e a ex-presidente da telefônica Carla Cico denunciaram influências políticas nos fundos. Os dois tiveram de explicar contratos com as empresas de Marcos Valério e a ação da empresa Kroll, que teria espionado Gushiken.

A CPI também chegou ao irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acusado pelo sócio da seguradora Interbrazil, André Marques da Silva, de intermediar contribuições de caixa dois.

16 de agosto

Alvaro Dias, Delcídio Amaral e Heráclito Fortes diante de pilha de documentos

JOSÉ CRUZ ABR



14 de setembro

Ao depor, o ex-ministro Luiz Gushiken foi contundente ao reagir a provocações na CPI

JANE ARAÚJO



20 de setembro

O doleiro Toninho Barcelona presta depoimento em Brasília em sessão conjunta de três CPIs

J. FREITAS



Muita investigação, mas sem conclusão

CPI do Mensalão
termina sem votação
de um relatório final

A CPI do Mensalão terminou suas atividades com resultado um tanto quanto inglório: não aprovou um relatório final. O relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), chegou a ler seu parecer, mas não houve deliberação antes do prazo final da comissão, 17 de novembro. Ainda assim, Abi-Ackel prometeu encaminhar o texto para o Ministério Público.

– Houve recebimento de vantagens indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, mais constante em 2002 e em 2003. Chame-se a isso mensalão, quinzenão ou semanão – concluiu o relator.

Presidente da CPI, o senador Amir

Lando (PMDB-RO) lamentou seu “sepultamento forçado”. Para ele, o que aconteceu foi “inconcebível”.

– Uma CPI tem o direito e o dever de investigar os fatos em nome de toda a nação. Nenhum parlamentar pode se furtar ao dever de buscar a verdade. No entanto, não quiseram cortar na própria carne – protestou.

Criada com apoio do governo, a CPI teve uma agenda intensa, com mais de 30 depoimentos. O destaque foi a megaacareação com a presença de Marcos Valério, Delúbio Soares, Simone Vasconcelos e os principais sacadores das contas do valerioduto.

Em acordo com a CPI dos Correios, a CPI do Mensalão investigou os recebedores do suposto “mensalão” e chegou a apresentar relatório parcial pedindo a abertura de processo contra 18 deputados (veja pág. 9). Também tomou depoimentos sobre a suposta compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, em 1997. Porém, o relatório de Abi-Ackel não apresentou conclusões sobre o episódio.

Assim como na CPI dos Correios, Roberto Jefferson, Marcos Valério, Delúbio Soares e Daniel Dantas depuseram na CPI do Mensalão, além de Valdemar Costa Neto, José Genoino, Pedro Corrêa, presidentes de fundos de pensão e tesoureiros de partidos, entre outros.



J. FREITAS

Mesmo sem relatório final aprovado, comissão presidida por Amir Lando (D) envia conclusões ao Ministério Público

31 de agosto

Depoimento de Juscelino Dourado, assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre irregularidades na prefeitura de Ribeirão Preto



JOSÉ CRUZ

GERALDO MAGELA

26 de outubro

Irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel participam de acareação



10 de novembro

Depoimento de Vladimir Poletto, outro ex-assessor de Palocci na prefeitura do interior paulista



MOREIRA MARIZ

De bingos a mortes suspeitas

Instalada por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) 15 meses após a apresentação do requerimento, a CPI dos Bingos começou a funcionar em um momento de desarticulação da base aliada do governo. Com isso, a maioria oposicionista abriu diversas frentes de investigação – desde o contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech até denúncias de irregularidades em prefeituras petistas, passando pela morte do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, em 2002.

A renovação, em abril de 2003, do contrato de R\$ 650 milhões entre a multinacional americana GTech e a Caixa para operação das loterias ainda está cercada de dúvidas. O ex-diretor da GTech Marcelo Rovai, o então advogado da empresa Enrico Gianelli, o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, o empresário de jogos Carlos Ramos (Carlinhos Cachoeira) e o advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ministro Antonio Palocci quando prefeito de Ribeirão Preto (SP), acusaram-se mutuamente de pagar e pedir propinas milionárias para renovar o contrato, inclusive na acareação entre todos, na qual o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), precisou de firmeza para acalmar os ânimos.



Presidente da CPI, Efraim Morais (E), e o relator Garibaldi Alves: firmeza para conter depoentes

A CPI ganhou maior atenção quando os irmãos do ex-prefeito Celso Daniel, João Francisco Daniel e Bruno José Daniel Filho, retomaram a tese de que o irmão fora assassinado por razões políticas, e não em um seqüestro comum,



Tião Viana: CPI não tem como elucidar o crime

como concluiu a polícia paulista. Eles garantiram que o irmão foi morto por haver montado dossiê sobre esquema de arrecadação de propina para o PT. E foram além, ao acusar o ex-ministro José Dirceu e o chefe do gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, de conhecerem o esquema, operado pelo secretário de

Serviços Municipais da prefeitura, Klinger Luiz de Souza, e pelos empresários Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva, o Sombra – suspeito de ser o mandante do assassinato. Para o relator da comissão, senador Garibaldi Alves

Filho (PMDB-RN), tudo leva a crer que o crime teve razões políticas.

Membro da CPI, o senador Tião Viana (PT-AC) defendeu uma completa revisão nos trabalhos da comissão, que, para ele, não tem condições técnicas para elucidar a morte do prefeito de Santo André. Para o parlamentar, as acareações foram “um espetáculo constrangedor”. Tião Viana entende que o melhor caminho para elucidar o crime seria a criação, pela CPI, de uma força-tarefa com a Polícia Federal, Polícia Civil, Ministério Público e Tribunal de Contas da União. Do contrário, acredita, dificilmente o caso será desvendado.

Também são alvos da CPI a suposta remessa de US\$ 3 milhões de Cuba para a campanha de Lula; a morte do prefeito de Campinas (SP), Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT; a Máfia do Apito, em que árbitros manipularam resultados de partidas; e as denúncias de que Palocci teria recebido R\$ 1 milhão de bingueiros de São Paulo.

10 de agosto



Vice-presidente Paulo Pimenta renuncia após admitir ter tido encontro reservado com o publicitário Marcos Valério

VALTER CAMPANATO/ABT

1º de setembro

Apresentação do relatório conjunto com a CPI dos Correios



MOREIRA MARIZ

27 de outubro



Acareação entre Delúbio Soares, Simone Vasconcelos e Marcos Valério

J. FREITAS

Agricultura espera ano de incertezas

Setor agrícola teve queda de 16,4% em 2005 e pede mais atenção do governo

Após um ano de muitas manifestações, entre elas o Tratoração, que ocupou a Esplanada dos Ministérios durante três dias, os agricultores amargam perdas acentuadas. O PIB da agricultura teve queda de 16,4% este ano em relação a 2004.

A incerteza de 2005 já está sendo prevista com maior intensidade para a safra 2006. Apesar de a agricultura responder por mais de 30% do produto interno bruto (PIB), o setor reclama da desatenção do governo, enquanto vive situação crítica anunciada pela rolagem das dívidas passadas e o acúmulo de novas para este plantio. Somam-se ainda problemas climáticos, logísticos, taxa de câmbio e queda do preço das *commodities* no mercado internacional.

Apesar da formação de grupos de trabalho e reuniões entre parlamentares, produtores e representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento e



Osmar Dias: taxa de câmbio irreal e inviável



Goellner: previsão de déficit na agropecuária

da Fazenda, poucas reivindicações foram atendidas, reclamam os produtores.

– Todos os problemas já levam ao plantio de uma safra com redução de tecnologia e queda de 25% no uso de insumos. Há diminuição significativa de renda do produtor e o problema continuará diante da taxa de juros responsável pela taxa de câmbio irreal e inviável para qualquer cultura – resume o senador Osmar Dias (PDT-PR).

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), aponta problemas estruturais e defende a necessidade de mais investimentos e infra-estrutura para o agronegócio.

– Há uma previsão de que em 2006 tenhamos déficit na agropecuária, uma vez que a conta de 2005 não bate e ainda há dívidas de anos anteriores para serem pagas – avalia o senador Gilberto Goellner (PFL-MT).



DIVULGAÇÃO / MONSANTO

Plantio de soja: preço internacional das *commodities* tem caído, prejudicando produtor nacional

Surgimento de focos da doença em Mato Grosso do Sul prejudicou vendas ao exterior, lamentou Ramez Tebet



CÉLIO AZEVEDO

Pecuária enfrenta drama com a eclosão da febre aftosa

Depois de colocar o Brasil na cabeceira das exportações mundiais de carne bovina, o setor pecuário amarga, mais uma vez, o fantasma do vírus da febre aftosa, que esporadicamente aparece e atrapalha o crescimento do comércio brasileiro. Mesmo com o embargo de vários países importadores, a carne bovina comercializada em outubro registrou alta de 35,7% em relação ao mesmo mês em 2004.

Das 200 milhões de cabeças de gado, 25 milhões estão em Mato Grosso do Sul – estado que mais exportava até a confirmação de focos na região sul do estado –, que tem quase o mesmo rebanho da Austrália, primeiro país em exportação mundial de carne bovina.

De 15 mil a 20 mil animais deverão ser abatidos por conta da doença que debilita o animal, mas não provoca males ao ser humano.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) condenou a atitude do governo federal, que ao ser criticado pela retenção de recursos para o setor alegou ter disponibilizado dinheiro para a vacinação.

– Isso é atentar contra o bom senso e não reflete a verdade. Não foram liberados sequer R\$ 600 mil do orçamento de 2005 para o combate à aftosa no país – reagiu.

Para o senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), “é preciso que os recursos sejam empregados, que sejam reestruturados os órgãos de defesa sanitária e que se façam trabalhos conjuntos na fronteira”, disse.

Marcada pelo conflito ideológico, CPI da Terra aprova relatório de ruralistas

A violência no campo – da qual o assassinato da freira Dorothy Stang, em fevereiro no sul do Pará, foi um dos reflexos mais dramáticos –, a grilagem de terras e a incompetência do governo para lidar com os conflitos fundiários foram abordadas e investigadas pela CPI da Terra em seus dois anos de atividades. Instalada no final de 2003, a comissão, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), encerrou seus trabalhos no final de novembro.

A comissão se caracterizou por uma profunda divisão interna. Dois exemplos: enquanto o deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) representava a bancada ruralista na comissão, o relator da CPI, deputado João Alfredo (PSOL-CE), defendia os pequenos agricultores, em sintonia com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

– Essa divisão é um reflexo do que acontece nos campos do país – afirmou Alvaro Dias, após uma das várias audiências marcadas pela troca de acusações entre os integrantes da CPI.

Se, por um lado, a UDR é acusada de estimular a violência contra os sem-terra – inclusive por meio da contratação de milícias armadas –, por outro o MST vem sendo denunciado por desvios de verbas da União. Em outubro, Alvaro Dias apresentou um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que indica irregularidades no uso de recursos do governo federal por parte de duas entidades vinculadas ao MST. O TCU

poderá pedir o ressarcimento de R\$ 15 milhões aos cofres públicos.

Ao longo desses dois anos, a CPI da Terra realizou audiências públicas em nove estados – incluindo o Pará, onde ouviu os fazendeiros acusados da morte de Dorothy Stang.

A votação do relatório final, em novembro, foi cercada pela polêmica. O documento elaborado por João Alfredo – que criticava a concentração fundiária e defendia a reforma agrária – foi rejeitado, o que representou uma vitória

para a bancada ruralista, maioria no colegiado.

Em seu lugar, foi aprovado o relatório “paralelo”

Relatório que defendia reforma agrária é substituído por texto que define invasão como "ato terrorista"

de Abelardo Lupion, que recomenda o indiciamento de três pessoas ligadas ao MST e propõe um projeto de lei que define a invasão de propriedades como “ato terrorista”. Em protesto, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) rasgou o novo texto durante a audiência.

– Não posso ser cúmplice dos assassinatos e do trabalho escravo no campo, especialmente no Pará, estado campeão dessas tragédias – declarou.

Segundo o texto rejeitado, entre 1985 e 2004 foram assassinados no campo 1.349 trabalhadores, mas apenas 75 ocorrências teriam sido julgadas, com a condenação de 15 mandantes de crimes.

Alvaro Dias prometeu apresentar os dois documentos ao Ministério Público, mas lembrou que, em termos legais, o que vale é o aprovado pela comissão.

OIT elogia avanços no combate ao trabalho escravo

Os avanços obtidos pelo Brasil no combate ao trabalho forçado nos últimos anos levaram o país a obter o primeiro lugar na corrida contra a escravidão laboral, de acordo com o Relatório Global sobre Trabalho Forçado, apresentado em maio deste ano pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo a OIT, existe 1,3 milhão de pessoas presas ao trabalho escravo na América Latina e no Caribe.

No Brasil, seriam cerca de 25 mil trabalhadores sujeitos ao regime forçado, principalmente no Pará e em Mato Grosso. O estudo fez referência à floresta amazônica, que seria “um ímã para o trabalho forçado”, dados a falta de mão-de-obra, a baixa fiscalização e o isolamento geográfico.

A Bolívia teve o segundo melhor desempenho, graças à criação de uma entidade nacional para o combate dessa prática.

A realidade é mais comum às áreas rurais, e às grandes fazendas. Conforme a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), em Mato Grosso as equipes de fiscalização só conseguem apurar 30% das denúncias registradas no estado.

O trabalho destaca também a atuação do Parlamento, lembrando a proposta de emenda constitucional que expropria as terras em que forem encontrados trabalhadores escravos. Projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) impõe penas mais rígidas para quem submeter trabalhadores a condições de trabalho escravo.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) apresentaram projetos que proíbem a concessão de financiamentos a empregadores que constam da “lista suja” do Ministério do Trabalho. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs inserir na legislação esse cadastro. E o senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) quer tornar crime hediondo a submissão de trabalhadores à mão-de-obra escrava.

CÉLIO AZEVEDO



Alvaro Dias (D) e João Alfredo durante reunião da CPI da Terra: conflito agrário refletido no Legislativo

Brasil é campeão de desmatamento

Dono da segunda maior área florestal, país foi o que mais desmatou desde 2000



GREENPEACE/DANIEL BELTRA

Devastação atinge em especial a Amazônia, mas não poupa nem a caatinga e o cerrado

A cada ano, mais de 30 mil km² de florestas são destruídos no Brasil. Esse é o resultado apresentado pelo estudo Global Forest Resources Assessment, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em novembro. Segundo o estudo, apesar de o Brasil ter a segunda maior área de florestas do mundo (atrás apenas da Rússia), é o país que mais desmatou desde 2000.

A destruição de florestas atinge, em especial, a Amazônia, mas grandes áreas de cerrado e de caatinga também têm sido desmatadas todos os anos. Para evitar que esses biomas fiquem desprotegidos, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 51/03) que inclui o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Para Demostenes, a PEC visa corrigir uma falha que carece de justificativa científica e, certamente, resulta da restrita divulgação da importância dessas formações vegetais.

Segundo dados divulgados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o desmatamento na Amazônia caiu cerca de 40%. De acordo com o instituto, o desmatamento entre agosto de 2004 e julho de 2005 deve alcançar a cifra de 16 mil km², contra os 26 mil km² do ano anterior.

Conforme o governo, o Pará foi o estado que mais reduziu o desmatamento. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou, nesse sentido, o trabalho do Incra e do Exército pela regularização de 1,5 milhão de hectares de terras da União em Anapu e Santarém.

Florestas públicas poderão ter exploração sustentada

Como parte do chamado Pacote Verde, o governo enviou projeto de lei ao Congresso que regulamenta a gestão das florestas públicas. Aprovado na Câmara, o PLC 62/05 está agora em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

A análise do projeto, que foi debatido nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), teve sua urgência constitucional retirada em outubro por meio de mensagem do presidente da República. A volta do projeto à CCJ agradou a muitos senadores, por permitir maior discussão.

– O grande erro do projeto foi a urgência constitucional. Mas ele



José Agripino

representa avanços nessa questão – disse José Agripino (RN), líder do PFL.

A proposta, por permitir a concessão de áreas públicas, é criticada por aqueles que a consideram perigosa para os recursos florestais. Mas há quem diga que ela é um avanço que se baseia na experiência obtida com as florestas certificadas pelo FSC-Brasil (Conselho Brasileiro de Manejo Florestal).

O projeto também cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para fomentar o desenvolvimento florestal sustentável e a inovação tecnológica no setor.



EVELSON DE FREITAS/FOLHA IMAGEM

Governo federal promete destinar R\$ 6 bilhões para revitalizar o castigado rio São Francisco

Lei concede incentivos ao biodiesel

O Senado aprovou em abril medida provisória (MP 227) que autoriza a tributação especial para produtores e importadores de biodiesel. Após ser ratificado na Câmara sem alterações, o texto acolhido no Senado foi sancionado pelo presidente da República, transformando-se na Lei 11.116, de 18 de maio de 2005.

De acordo com o texto, a cobrança do PIS/Pasep e da Cofins passou a incidir uma única vez nas vendas dos produtores de biodiesel, com alíquota de 6,15%. A medida aprovada também estabeleceu que os importadores de biodiesel pagarão uma alíquota única de



Alberto Silva

28,32% sobre a receita bruta da venda. Produtores e importadores do produto poderão optar por pagar, respectivamente, R\$ 120,14 e R\$ 553,19 por metro cúbico de biodiesel.

Um dos maiores incentivadores do biodiesel, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu diversas vezes em Plenário aumento de recursos para a implantação do programa, especialmente para o biodiesel oriundo da mamona.

– Há programas como o Bolsa-Família, mas a população prefere trabalhar. Eles não querem se sentir incapazes, ainda mais porque há trabalho no campo – afirma.

Ressarcimento por usina termonuclear

As áreas em que estejam localizadas usinas termonucleares poderão ser ressarcidas pelos danos ambientais e riscos causados à população. O PLS 367/04, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), foi aprovado na Comissão de Educação (CE) em agosto e tramita na Comissão de



Sérgio Cabral

Assuntos Econômicos, onde terá decisão terminativa. O projeto fixa a compensação financeira em 5% do faturamento bruto. Desse total, 30% seriam para o estado, 40% para o município no qual se localiza a usi-

na e 30% para serem divididos igualmente entre os municípios limítrofes.

A retomada da construção da usina Angra III foi discutida em novembro em audiência promovida pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação. A construção da usina demandará investimento de US\$ 1,8 bilhão para gerar 1.350 megawatts. Segundo Alfredo Tranjan Filho, diretor da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), a usina poderá ajudar o Brasil a enfrentar a crescente demanda de energia.

O primeiro a pensar a transposição do rio São Francisco foi dom Pedro II, chocado com as condições do povo nordestino durante um período de seca no século 19. O projeto era fazer um desvio na divisa entre Pernambuco e Bahia, mas a tecnologia deficiente da época não permitia que as águas superassem a Chapada do Araripe e chegassem ao Ceará. Um século e meio se passou e foram várias as propostas de transposição e as discussões até o início do governo Lula. Após debates exaustivos, os 11 dias de greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), reacenderam as discussões, além de fazer o governo parar temporariamente as obras e prometer investimentos de R\$ 6 bilhões na revitalização do rio, num prazo de 20 anos.

A proposta é desviar o rio a partir de dois pontos de captação, ambos em Pernambuco, criando dois caminhos distintos: o Eixo Norte, que seguirá em direção ao Ceará e ao Rio Grande do Norte, e o Eixo Leste, que seguirá em direção à Paraíba. A previsão de investimento na obra é de mais de R\$ 4,5 bilhões.

Para os opositores, como o senador Almeida Lima (PMDB-SE), o empreendimento poderá acelerar a degradação do rio.

– Projetos dessa ordem em todo o mundo vieram contra a natureza e levaram à destruição dos próprios rios – afirmou Almeida Lima.



Almeida Lima

Morte de crianças caiovas faz repensar política



Juvêncio da Fonseca

A seqüência de mortes de crianças indígenas na aldeia guarani-caiova, em Dourados (MS), no início do ano, chamou atenção para a situação dos índios no país. Como a maioria das crianças morreu de desnutrição, a primeira medida do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi aumentar a distribuição de cestas básicas para os índios.

Nas aldeias, o índice de mortalidade infantil era de 47 óbitos por mil nascimentos em 2004, o dobro da média nacional. Nesse ano, apenas dez Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), divisões especiais da Funasa para o setor, tinham índice menor do que a média nacional.

O presidente da comissão, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), defendeu a centralização das ações em favor das populações indígenas, para que o Estado possa adotar soluções mais efetivas.

– As entidades da questão indígena devem cumprir seu dever com mais objetividade e não ficar apenas na retórica – cobrou Juvêncio.

Homologação de reserva ainda gera críticas

O governo celebrou o Dia do Índio este ano com a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, que há 30 anos tem sido motivo de embates entre índios, fazendeiros, garimpeiros, políticos e o governo do estado.

Mas o atendimento de uma antiga reivindicação dos índios também gerou críticas. Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PDT-RR) são contrários à medida e temem que a demarcação de uma área com 1,7 milhão de hectares possa prejudicar a economia do estado.

Augusto Botelho censurou a forma como o governo conduziu a demarcação da reserva, sem respeito aos direitos dos trabalhadores locais. Ele advertiu ainda que o processo poderá deixar 5 mil pessoas sem emprego.

Em setembro, Mozarildo comunicou ao Plenário ter enviado ofício ao presidente Lula sugerindo a exclusão da área demarcada das vilas do Mutum, Socó, Água Fria e Pereira (Surumum) e das atuais propriedades produtoras de arroz.

O principal projeto que tramita no Congresso relativo à questão indígena é o Estatuto das Sociedades Indígenas, apresentado em 1991 pelo então deputado e atual senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele cria regras para a exploração de recursos naturais em áreas indígenas.



Mozarildo Cavalcanti



Augusto Botelho



GREENPEACE/DOTTIE LARSEN

Agenda traz conclusões das crianças sobre questões relevantes para este século, como a proteção ambiental

Crianças apresentam Agenda 21 no Plenário

Centenas de crianças lotaram as dependências do Senado no dia 23 de agosto de 2005. Requerida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) –, a visita foi feita para apresentar a Agenda 21 Infantil. O documento é o resultado da conferência “Criança Brasil no Milênio”, fórum itinerante promovido pela Organização de Proteção Ambiental (OPA), em parceria com o Ibama, que percorre o país desde 2001, reunindo crianças de seis a 13 anos.



Paulo Octávio

A Agenda 21 Infantil contém as conclusões formuladas pelas crianças sobre questões consideradas relevantes para este século. As principais reivindicações incluídas no documento são o cultivo do respeito e da solidariedade, a preservação do meio ambiente, o combate à violência e à discriminação contra as mulheres e contra os negros, o fim da prostituição e do trabalho infantil, a melhoria dos sistemas de saúde e de educação no Brasil, a gestão responsável das águas e o combate à poluição, entre outros.

– Para acabar de vez com o trabalho infantil e garantir uma vida digna para as crianças, é preciso enfrentar a exclusão e a injustiça social – analisou na ocasião o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A sessão inicialmente foi marcada pela inibição das crianças, mas, aos poucos, “apartes” contundentes começaram a ser feitos pelos estudantes de escolas públicas e particulares de vários pontos do país.

Um dos destaques foi a apresentação, por crianças indígenas, do capítulo do meio ambiente da Agenda 21 Infantil. Filha de pai caingangue e mãe xerente, Siprede Sompré, de 10 anos, falou sobre os problemas que afligem algumas tribos atingidas pelo desmatamento e a redução de seu hábitat tradicional. “Na verdade, o que mais me preocupa é a fome. Muitas tribos já sofrem com a falta de alimentos”, disse Siprede.

Cada vez mais, a mulher ganha voz

Projetos, debates, programas sociais. Senado investe no fim das desigualdades

Seminários, audiências públicas, fóruns, videoconferências, comissões especiais, encontros internacionais e projetos de lei comprovam que, em 2005, o Senado realizou ações afirmativas em prol da mulher, debatendo temas como aborto, assédio moral no ambiente de trabalho, discriminação e violência contra a mulher e equidade de gênero.

A Comissão do Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha 2005, iniciativa do Parlatino, é coordenada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). O colegiado foi criado com o objetivo de planejar e executar atividades para comemorar as conquistas da mulher e discutir avanços em diversas frentes.

Em junho, a terceira edição da video-

conferência “Lugar de Mulher é na Política” contou com a participação das assembleias legislativas do Acre, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Piauí. O Interlegis foi palco, em agosto, do fórum regional “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, organizado pela Comissão da Mulher Latino-Americana. Na ocasião, foi aprovada a Declaração Brasília, plano regional de saúde sexual e direitos reprodutivos encaminhado à ONU.

Se aprovada pelo Congresso a proposta de emenda à Constituição

(PEC 31/00) que estende a concessão das licenças-maternidade e paternidade a quem adotar uma criança, haverá estímulo a novas adoções, retirando de situações de abandono e risco milhares de menores. A proposição tem como primeira signatária Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que diz que é preciso acabar com a discriminação, no plano constitucional, sofrida pela mãe adotante em comparação à biológica.

Projetos de Serys Slhessarenko exigem o emprego de flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas e estabelecem o uso de linguagem inclusiva para cargos na administração pública.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembra que a Constituição de 1988 garantiu incentivos ao trabalho feminino e os direitos aos trabalhadores domésticos – mulheres em sua maioria –, que, como observou, quase não gozavam de proteção legal.

O Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, criado em 2001, homenageia anualmente cinco mulheres (uma de cada região do país) com atuação marcante na defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero, escolhendo candidatas de órgãos governamentais e não-governamentais.



Serys Slhessarenko



Maria do Carmo



Patrícia Saboya



Lúcia Vânia

Avanços no combate à exploração sexual de crianças

Quase um ano depois de ser constituída, a comissão especial criada para acompanhar os desdobramentos da CPI Mista da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), constatou avanços na luta contra esse tipo de crime.

Em 2005, o Projeto Sentinela, criado pelo governo federal para dar assistência às vítimas de violência sexual e suas famílias, atendeu 314 municípios. Para 2006, a previsão é que esse atendimento alcance 62 mil crianças e adolescentes em 1.104 municípios.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) desencadeou, em agosto, a campanha “Proteja como se fosse sua filha”, direcionada a trabalhadores do setor de transporte, em especial os caminhoneiros, para esclarecê-los sobre o crime e conscientizá-los da necessidade de denunciá-lo. Houve aumento de 71% no número de denúncias. Em sequência, a PRF realizou em outubro a operação Anjo da Guarda em 26 estados e no Distrito Federal, que resultou na prisão de 27 pessoas e no encaminhamento de 48 crianças e adolescentes aos órgãos competentes.

PEC assegura igualdade entre mães adotantes e biológicas em relação à concessão da licença-maternidade

Semana dedicada a reduzir barreiras

Aprovadas pelo Senado, propostas estimulam investimentos

Crianças “experimentam” as obras de arte expostas durante a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

O maior evento promovido pelo Senado em 2005 foi dirigido a pessoas especiais – a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, organizada pelo Cerimonial da Presidência de 18 a 23 de outubro. O objetivo do evento foi chamar a atenção da sociedade para a questão. Durante toda a semana, foram mostrados trabalhos realizados por pessoas com deficiência e as medidas empreendidas pelo Senado para promover a acessibilidade.

Além da presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, a abertura do evento no Salão Negro do Congresso contou com a participação dos atores Marcos Frota e

Bruna Marquezine, e do artista plástico Siron Franco. Na ocasião, Renan Calheiros, ao lado de sua esposa, Verônica Calheiros, idealizadora da iniciativa, prometeu acelerar a tramitação de matérias de interesse das pessoas com deficiência, que representam mais de 10% da população brasileira.

– Existem hoje inúmeras propostas a serem examinadas, mas estamos atentos para que esta Casa seja, efetivamente, modelo de acessibilidade e inclusão. Este seminário e esta Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência são exemplos que coroam uma série de ações nesse sentido – enfatizou Renan.



WALDEMIR RODRIGUES



Senador Renan Calheiros joga tnis de mesa com atletas paraolmpicos: promessa de acelerar votao de projetos de interesse dos deficientes

Entre essas aes, o presidente do Senado citou a instalao de elevadores adaptados nas alas das comisses, no Salo Negro e na galeria do Plenrio; a construo de novas rampas de acesso; a adaptao de banheiros e a ampliao de espaos para tornar possvel a passagem de cadeiras de rodas.

Alm dessas mudanas, o site do Senado Federal na Internet foi totalmente reconstrudo de acordo com as normas nacionais e internacionais de acessibilidade, possibilitando que as notcias produzidas pela Agncia Senado possam ser acessadas tambm por aqueles que tm algum tipo de deficincia visual.

Desde 2003, quando foi criada uma subcomisso dedicada aos interesses das pessoas com deficincia, o Senado vem se empenhando para que a sociedade e os entes p-

Vernica Calheiros e os atores Marcos Frota e Bruna Marquezine, no Senado

blicos notadamente dediquem maior ateno s necessidades dessas pessoas no sentido de resolver os problemas mais prementes. Os idealizadores da Subcomisso Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficincia, os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flvio Arns (PT-PR), presidente e vice-presidente da subcomisso respectivamente, embora considerem a legislao

de proteo a pessoa com deficincia uma das mais avanadas do mundo, preconizam que a atuao insuficiente do Estado quanto a sua aplicao torna necessria a ao contundente do Senado, por meio de uma subcomisso.

A subcomisso j realizou inmeras audincias pblicas para debater temas relacionados a pessoa com deficincia e fez diagnstico completo, registrado em livro com mais de cem pginas, com sugestes de adaptao do Congresso para que a Casa possa receber com dignidade esses cidados.

Tramitam no Senado cerca de 55 projetos de lei que beneficiam as pessoas com deficincia. Dois deles, em especial, podem causar grande expectativa nas entidades de defesa dessas pessoas: o PLS 358/05, de autoria do senador Flvio Arns, e o PLS 252/05, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Complementares a reforma da Previdncia, tm o objetivo de reduzir os anos exigidos para a concessao de aposentadoria aos portadores de deficincia que sejam segurados do Regime Geral de Previdncia Social.





Idosos protestam: dívidas do poder público de pequeno valor passam a ter preferência na fila dos pagamentos

Preferência nos precatórios para idosos

Emenda à Constituição aprovada em primeiro turno e criação de subcomissão foram vitórias importantes

Precatórios judiciais são dívidas de governo – União, estados e municípios – reconhecidas em última instância pela Justiça. Apesar de obrigatório, o pagamento costuma levar anos e obedece à ordem cronológica. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC 1/03) aprovada em primeiro turno pelo Senado em fevereiro dá preferência

aos idosos na fila de recebimento.

– Os idosos esperam a quitação do débito até o fim de suas vidas, mas ela demora tanto a sair que apenas os herdeiros se beneficiam – observou o autor, senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

O substitutivo do relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), já acolhido pelo Plenário e aguardando a votação em

segundo turno, define a preferência aos idosos, porém limitada a dívidas de pequeno valor. Projeto de Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA) estabelece esse limite em 10 salários mínimos – hoje, R\$ 3 mil.

Segundo Mercadante, “os limitados recursos dos entes públicos” e “o aumento progressivo da população de idosos” podem onerar a execução do Orçamento, “em prejuízo de serviços essenciais a todos, inclusive à população de maior idade”.

Outra importante iniciativa do Senado foi a criação, em maio, da Subcomissão Permanente do Idoso, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Os senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) foram eleitos presidente e vice-presidente do órgão. Sua principal atribuição, segundo Cabral, é operar como “curador do Estatuto do Idoso”, aprovado em 2003, para fiscalizar e estimular o seu cumprimento.



Aloizio Mercadante, relator do projeto

Estatuto da Igualdade: não à escravidão

Proposta aprovada em novembro pretende corrigir o *apartheid* racial não declarado

Se é verdade que o mito da democracia racial brasileira perde prestígio a cada dia, o país ainda precisava de um instrumento de política pública destinado a corrigir o *apartheid* racial não declarado, que, historicamente, estigmatizou e submeteu a adversas condições de existência a população negra e mestiça. Tudo indica que esse vácuo será preenchido a partir da sanção, pelo presidente da República, do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pelo Senado em novembro.

Idealizado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o estatuto contém medidas que têm como objetivo garantir aos afro-brasileiros espaços de ascensão e visibilidade. Um dos recursos da nova lei são as chamadas ações afirmativas: cotas para negros e mestiços em universidades, concursos públicos e empresas. Filmes, propagandas e programas de TV também devem assegurar a participação de afrodescendentes.

O texto votado no Senado contém ainda diretrizes para políticas que visam garantir moradia e terra aos descendentes quilombolas, valorizar a mulher negra e proteger as religiões de matriz africana. O projeto promete ainda facilitar o acesso à Justiça das vítimas

de racismo, inclusive com tramitação preferencial dos processos.

– O estatuto é a verdadeira carta de alforria dos afrodescendentes, porque, em verdade, os dois únicos artigos da Lei Áurea não permitiram que a população negra rompesse os grilhões da discriminação e da pobreza – argumenta Paim.

As estatísticas referendam o discurso do senador. Estudo apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em novembro, mostra a população negra em evidente desvantagem no país, seja em relação a emprego, renda, saúde e educação.

Entre os 10% de brasileiros mais pobres, 70% são negros. Já entre os 10% mais ricos, apenas 16% são negros.

Após analisar 120 indicadores socioeconômicos, o estudo chegou a uma constatação perversa. No *ranking* da ONU, que avalia o índice de desenvolvimento humano (IDH), o Brasil está em 73º lugar. Porém, se considerada apenas a população negra, o país cairia para 105º, abaixo do Paraguai. Somente com a população branca, o IDH brasileiro subiria para o 44º posto, chegando ao nível de alguns países europeus.

Grafite recebe homenagem do Senado

Ednaldo Batista Libânio, o Grafite, atacante do São Paulo, manifestou o anseio de que toda vítima de discriminação possa contar com o mesmo apoio que ele recebeu dos brasileiros, quando, ao jogar contra o time argentino Quilmes, no Estádio do Morumbi, em São Paulo, fora chamado de “macaco” e “neguito” por Desábato, jogador adversário.

Grafite participou de sessão especial da Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão, em 13 de maio, em que recebeu voto de solidariedade da Casa, proposto pelo presidente da subcomissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Desábato foi preso no Morumbi e passou quase 40 horas detido. Agora responde a processo. Com ampla repercussão na imprensa, o episódio foi antecedido por onda de atos racistas em estádios europeus.



Paulo Paim

TV Senado amplia alcance

Crise política eleva audiência da pioneira entre as emissoras legislativas, que democratiza o sinal ainda mais

A TV Senado nunca foi tão vista como em 2005. A transmissão das CPIs elevou a pioneira das emissoras legislativas ao 23º lugar entre os canais de maior audiência da TV a cabo brasileira, de acordo com o Ibope. Antes ocupava a 36ª posição. O salto na audiência também foi registrado nas visitas à página da Internet, onde um segundo canal foi criado para exibir as CPIs. No auge da crise política os acessos passaram de 800 para 38 mil por dia.

Além de despertar crescente interesse do público, a TV Senado renovou a grade de programação e vai comemorar dez anos em 2006 ampliando o seu alcance em sinal aberto, em frequência UHF, para mais quatro grandes capitais brasileiras: Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus. A democratização do sinal é um dos objetivos principais da TV, atualmente sintonizada no país inteiro por parabólica ou pelo sistema de TV por assinatura (atualmente, só o Distrito Federal conta com um canal local aberto).

O ano foi de estréia de novos produtos e de reconhecimento de programas como

o *Inclusão*, premiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelo Unicef, de quem recebeu menção honrosa. Foram realizados documentários sobre grandes personalidades, como o antropólogo Claude Lévi-Strauss (gravado na França e no Brasil), o jornalista Carlos Castelo Branco, o escritor Érico Veríssimo e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

A TV também produziu especiais sobre cultura, manifestações populares e problemas nacionais, como *Sobreviventes*, que aborda a violência contra a mulher; *Caminhos da Luz*, que explora a versão mineira do famoso caminho de Santiago de Compostela; e *Santeiros do Piauí*, sobre artesãos de imagens sacras.

A programação jornalística também passou por mudanças. Entre as novidades, *Repórter Senado*, reportagem de fôlego sobre tema específico; *Senado Agora*, boletim curto com *flashes* ao vivo; *Conexão Senado*, revista matutina; e *Salão Nobre*, entrevista com personalidades no ambiente onde se situa o Museu do Senado Federal.

Novo canal alarga integração continental

Em 2005, o país deu um passo ousado em direção à integração sul-americana, com o lançamento do canal público internacional TV Brasil, resultado da iniciativa dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A missão da TV Brasil é contribuir para o fortalecimento do processo de integração na América do Sul, estimulando o intercâmbio de informações jornalísticas, culturais e institucionais entre os países.

Como parte do processo de criação da nova emissora, a TV Brasil realizou este ano a cobertura jornalística do 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre; da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Brasília; e da Conferência da Comunidade Sul-Americana, também em Brasília. Transmitida via satélite (NSS-806), a programação diária da cobertura dos eventos foi realizada em língua espanhola e orientada para emissoras sul-americanas, com grande sucesso.

Funcionando em caráter de teste, com transmissões entre 20h e meia-noite, que, além da América do Sul, alcançam parte da América Central e da Europa, a TV Brasil está negociando acordos com TVs a cabo do continente. À medida que forem sendo fechados, o sinal, hoje ainda restrito, estará disponível durante 16 horas diárias aos telespectadores em geral, segundo informou a diretora da TV Brasil no Senado, Ana Maria Rocha. A programação já está disponível no *site* da Radiobrás, na Internet, e em breve o Prodasen disponibilizará o sinal no portal do Senado Federal.



LALO DE ALMEIDA/FOLHA IMAGEM

País inteiro esteve ligado na transmissão da TV Senado do depoimento de Roberto Jefferson

Rádio leva jornalismo e cultura

Um dos destaques da Rádio Senado em 2005 foi a série *Um Sonho em Marcha: 80 Anos da Coluna Prestes*, lançada em 21 de setembro. A série foi produzida por Adriano de Faria, Larissa Bortoni, Maurício de Santi e Jefferson D'Almo, que visitaram as cidades por onde passou a coluna.

Movimento empreendido por militares descontentes com a República Velha, a Coluna Prestes percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, de 1926 a 1928, na tentativa de conscientizar a população pobre da necessidade de lutar por mudanças radicais no sistema representado pelos coronéis oligarcas.

Além do trabalho de resgate histórico, o programa ampliou a reflexão sobre temas da atualidade, na opinião do jornalista Adriano de Faria. Ele ressaltou a semelhança existente entre o ideal de justiça social da coluna e a atual pauta de mudanças para o Brasil, como a limitação das atribuições do Poder Executivo, a ampliação da autonomia do Poder Judiciário, a descentralização administrativa, o ensino obrigatório e a inclusão social das pessoas pobres que vivem no interior do país.

O senador Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário do Senado, foi o grande apoiador do projeto desde o seu início e demonstrou satisfação com o resultado.

Efraim chamou a atenção para o depoimento de Jaime Aires, morador da cidade de Porto Nacional (TO), uma das localidades visitadas pela coluna. O tocantinense disse acreditar que a Coluna Prestes serviu para “acordar” a população, sinalizando que havia algo de errado no país.

O documentário também foi elogiado pela filha de Luís Carlos Prestes, Zoya Prestes. Bastante emocionada, ela afirmou que a série “reconstruiu e



Estúdio da Rádio Senado: Ministério das Comunicações autorizou início das operações, em 2006, da transmissão em FM para mais 11 capitais brasileiras. Hoje apenas Brasília recebe o sinal

reconstituiu” a importância do “capitão da esperança”, como seu pai seria chamado após a aventura.

Transmissão em FM para 12 capitais em 2006

Ouvir em frequência modulada e em tempo real tudo o que se passa no Senado deixará de ser um privilégio dos brasilienses. A partir do segundo semestre de 2006, a Senado FM estará em mais 11 capitais: Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Maceió, Florianópolis, Cuiabá, Campo Grande, Manaus, Porto Velho, Macapá e Boa Vista. E ainda em Porto Nacional (TO).

O Ministério das Comunicações acatou pedido do

presidente do Senado, Renan Calheiros, e aprovou 12 concessões de canais em FM para a transmissão do sinal da Rádio Senado.

O esforço para conquistar mais ouvintes, no entanto, começou bem antes dessa iniciativa. Com a criação da Rádio Agência Senado, em março de 2003, a Senado FM passou a ser ouvida em todo o mundo pela Internet. Além disso, mais de 800 emissoras conveniadas retransmitem parte da programação da Rádio Senado, permitindo que os programas da emissora

atinjam, hoje, cerca de 35 milhões de pessoas, tanto no Brasil como em outros países, como Portugal, Estados Unidos e Reino Unido.

Mas o número de pessoas que podem acompanhar pelas ondas do rádio os debates e votações realizados no Senado vai além. É que a emissora também é transmitida em ondas curtas, desde 1999, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A audiência Rádio Senado pode ser avaliada pelo grande número de ouvintes que ligam ou enviam mensagens para sugerir temas de entrevistas ou pedir suas músicas preferidas: são dez cartas e 70 telefonemas diariamente.

Programação muito além da cobertura legislativa

Além da transmissão dos trabalhos diários dos senadores e de reportagens sobre essas atividades, a Rádio Senado FM e a Rádio Senado Ondas Curtas produz vários programas especiais, tanto sobre leis aprovadas pelo Congresso Nacional quanto destacando datas que marcaram a história do país. Em 2005, a equipe de jornalismo produziu matérias especiais sobre a Lei de Biossegurança, os 80 anos da Coluna Prestes e os 60 anos do fim da 2ª Guerra Mundial, entre vários outros temas.

Esforço para conquistar ouvintes inclui mais de 800 emissoras que retransmitem a programação

Jornal do Senado faz dez anos e aposta na versatilidade

Primeiro veículo de comunicação da Casa, o **Jornal do Senado** completou dez anos em 4 de maio de 2005. Da tiragem inicial de 1.500 exemplares, subiu para 56 mil na edição impressa.

Nesta década, o jornal passou por muitas mudanças. Saiu do formato A4, em preto-e-branco, para o tamanho tabloíde com o uso de cores. Para atender a um número cada vez maior de assinantes e publicar matérias e reportagens especiais sobre temas em debate no Congresso, foi criada em 30 de agosto de 2004 a edição semanal do **Jornal do Senado**, com um projeto editorial e gráfico diferenciado. A nova edição

abriu espaço para cartas e perguntas respondidas pelos senadores, entre outras novidades. Os leitores, aliás, interagem continuamente com o jornal, que recebe mais de mil mensagens por mês, de todas as partes do país.

Apostando na versatilidade e na facilidade, o **Jornal do Senado** passou a ser oferecido também em versão eletrônica. Assim, a pessoa que se cadastrar no *site* do **Jornal** pode receber por *e-mail* as edições da publicação – diária ou semanal. Já são mais de 6 mil assinantes do informativo, que traz, além das matérias do **Jornal**, as reportagens dos demais veículos de comunicação do Senado.

Visitas ao *site* da Agência Senado triplicam em 2005

Com um número de 2.980.619 acessos de janeiro até outubro, as visitas ao *site* da Agência Senado triplicaram em relação a 2004, comprovando o aumento do interesse da população no noticiário veiculado pela Internet. A Agência é responsável pela cobertura integral dos acontecimentos e pela oferta instantânea da notícia pelo seu *site* www.senado.gov.br/agencia. Além das notas curtas, divulgadas em tempo real, o veículo faz matérias consolidadas e disponibiliza diariamente um banco de imagens em alta resolução. No segundo semestre de 2005, foi inaugurada a inserção de recursos multimídia – áudio e vídeo – no *site* e a produção da barra de notícias veiculada pela TV Senado.

Também se verificou o aumento do uso do noticiário da Agência Senado nos principais *sites* de notícias do país. Nos dias de maior movimento, foram aproveitadas até 20 matérias.

Entre os 110 mil visitantes do ano, maioria é de adultos

Além de organizar eventos culturais e solenidades, a Secretaria de Relações Públicas do Senado trabalha para aproximar a população da Casa. Uma das principais maneiras de fazer isso é a atração e o atendimento de visitantes. O Senado recebeu 110 mil pessoas até setembro de 2005, sendo 22 mil apenas no mês de julho. As visitas agendadas por grupos de estudantes alegam os salões e corredores do Senado, mas quase 80% dos visitantes são turistas adultos brasileiros. O percentual dessa fatia do público aumentou em relação a 2004 (quando representou 70%).



Acervo da Biblioteca do Senado inclui obras raras, como um livro editado em 1633

Biblioteca comemora 180 anos

O Senado se prepara para comemorar em 2006 o aniversário de 180 anos da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, inaugurada em 18 de maio de 1826 no Palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado, no Rio de Janeiro. Maria Cristina P. de Lima, vice-presidente da comissão criada para coordenar as atividades comemorativas, adiantou que foram planejadas diversas ações para celebrar a data.

De acordo com Maria Cristina, está previsto o lançamento de um livro com a história da biblioteca e uma cronolo-

gia das atividades do Senado. Haverá destaque ainda para obras do acervo da biblioteca, como a *Novus Orbis*, de Johannes de Laet, editada em 1633.

Os planos da comissão incluem o Encontro de Bibliotecas Parlamentares em Brasília. Também serão implementadas melhorias no atendimento e na prestação de serviços, baseadas em estudo com os usuários. Segundo Maria Cristina, as 18 décadas da biblioteca serão ainda festejadas com um vídeo institucional produzido pela TV Senado.

Diversidade cultural

Para valorizar a diversidade cultural do país, o Senado organizou a exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, no Salão Negro do Congresso Nacional. A mostra, que durou duas semanas, reuniu telas de artistas de todo o território nacional indicados pelos senadores de cada estado. A idéia do presidente do Senado, Renan Calheiros, é que a mostra seja anual, passando a fazer parte do calendário cultural e artístico da Casa.

Entre os expositores, destacam-se vários de renome nacional e internacional. Italiana naturalizada brasileira, Maria Bonomi, presente à abertura da mostra como representante de São Paulo, disse que foi a primeira vez que conseguiu encontrar colegas de todos os estados em um único evento.

– O significado cultural desta exposição é fortíssimo. Não há nada melhor que juntar representantes de todos os estados brasileiros para mostrar a nossa diversidade cultural – ressaltou Maria Bonomi, na abertura do evento, elogiando a iniciativa de Verônica Calheiros, idealizadora da mostra.

Em 2006, deve ser realizada outra exposição com obras brasileiras. Os artistas interessados em participar podem entrar em contato com a Secretaria de Relações Públicas do Senado, pelo telefone (61) 3311-3388 ou pelo e-mail ssrp@senado.gov.br.



JANE ARAÚJO

Entre convidados, Verônica e Renan inauguram a exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*



JANE ARAÚJO

Dora Parentes (D), artista plástica do Piauí, diante das obras expostas no Senado

Senador Paulo Paim (D) visita o estande do Rio Grande do Sul, onde ficaram expostas as obras de Zupo (E)



JANE ARAÚJO

Demostenes Torres e Maguito Vilela, diante das obras trazidas para a exposição pelos artistas goianos



JOSÉ CRUZ

A artista plástica Maria Bonomi (D), italiana radicada no Brasil, representou São Paulo



JOSÉ CRUZ

Transportes preocupam Senado

Falta de investimentos é o maior entrave para o setor, prejudicando o crescimento do país

Como parte do projeto Senado Debate Brasil, iniciativa da Presidência do Senado em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Interlegis, foi realizado em 28 de junho um fórum sob o tema “Transportes – Entraves e Perspectivas”. O debate foi realizado no auditório do Interlegis e transmitido por meio de videoconferência para 25 assembléias legislativas.

Sob a coordenação do presidente do Senado, Renan Calheiros, e tendo como convidada especial a jornalista Valdez Caetano, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) falou a respeito da visão do Legislativo. Sobre o transporte rodoviário, palestraram o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio de Oliveira, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, e o presidente da Seção de Cargas da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Flávio Bernatti.

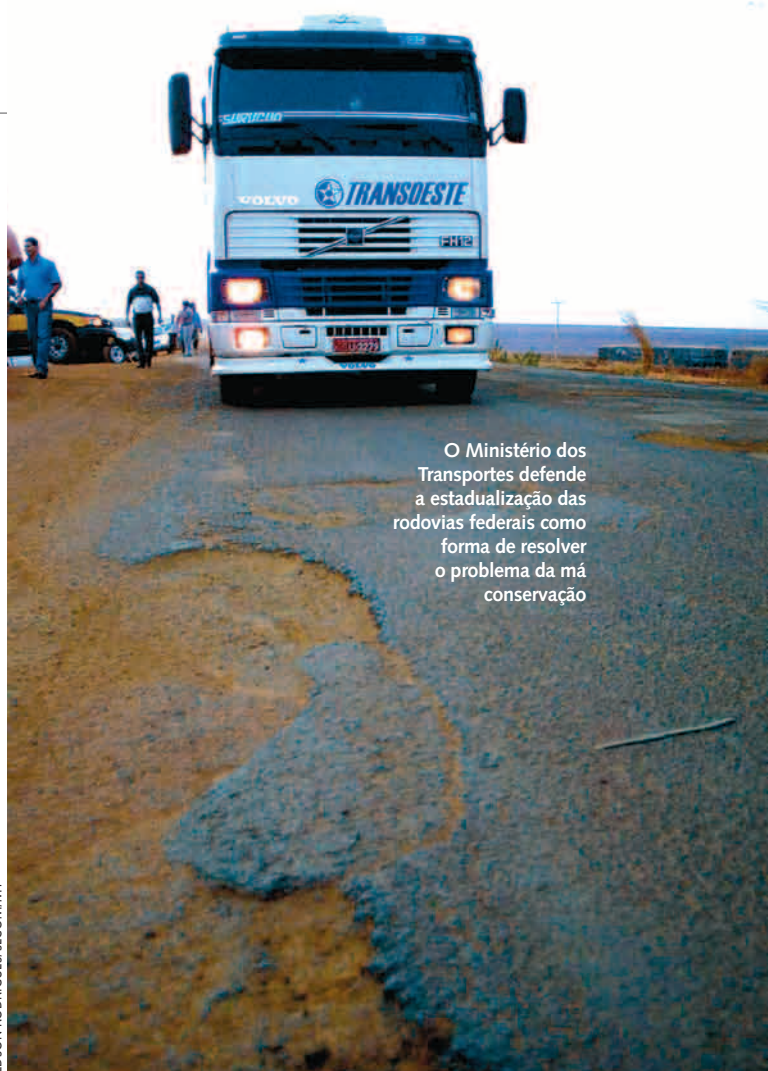
A análise da situação dos portos foi

feita pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Carlos Alberto Wanderley Nóbrega, e pelo representante da Associação Brasileira de Terminais Portuários, Willen Mantelli.

O transporte ferroviário foi debatido pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), José Alexandre Nogueira Rezende, e pelo diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Rodrigo Vilaça.

A conclusão do debate foi a de que a falta de investimentos é o principal entrave para o setor de transportes no país e, conseqüentemente, um empecilho também para o crescimento econômico brasileiro. Os palestrantes foram unânimes nas críticas à falta de diretrizes políticas claras por parte do governo. O

Renan Calheiros fala aos participantes do fórum “Transportes – Entraves e Perspectivas”, em videoconferência com 25 assembléias legislativas



O Ministério dos Transportes defende a estadualização das rodovias federais como forma de resolver o problema da má conservação

EDSON RODRIGUES/RECOM/MT

JANE ARAÚJO

diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Rodrigo Vilaça, disse que as verbas destinadas pelo governo ao setor “são ridículas” e sugeriu que os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sejam investidos também nas ferrovias e não só nas rodovias.

O diretor-geral da Antaq, Carlos Nóbrega, assinalou que os impactos ambientais e os custos do transporte numa rodovia são incomparavelmente maiores do que numa hidrovía. Ele pediu mais investimentos em segurança e dragagem, bem como na integração entre hidrovias e ferrovias e no fortalecimento da fiscalização das concessionárias de portos fluviais.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio de Oliveira, defendeu a estadualização de rodovias federais como uma forma de resolver o problema de má conservação da malha rodoviária federal. Segundo o secretário, a medida poderia potencializar a capacidade do setor público de realizar obras importantes de infra-estrutura de transportes.

Mais segurança e qualificação

Entre as iniciativas para 2006 no Senado está a realização de concurso público

O Senado Federal vem trabalhando para prestar um serviço com cada vez mais qualidade, que permita agilizar e aperfeiçoar o processo legislativo e a interação com o cidadão. Exemplos disso são as realizações da Casa em 2005, os projetos em fase de implantação e as perspectivas para 2006 da Diretoria Geral, da Secretaria Geral da Mesa, da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, do Interlegis, da Universidade do Legislativo (Unilegis) e do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB).

Entre as novidades para 2006, a Diretoria Geral do Senado pretende garantir mais segurança para servidores, parlamentares, turistas e cidadãos que circulam pela Casa diariamente. Mais câmeras serão incorporadas ao circuito interno de TV e serão instalados detectores de metais nas portarias. O diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, anunciou ainda que o quadro de servidores será ampliado com um concurso público para preencher vagas criadas com aposentadorias de técnicos (nível médio) e analistas (nível superior).

Já dentre as conquistas de 2005, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, destaca a aprovação da chamada PEC Paralela, fruto do compromisso assumido por parlamentares ao aprovar a reforma da Previdência em 2003: atenuar os efeitos da reforma. A

PEC Paralela foi aprovada no Senado e promulgada pelo Congresso no dia 5 de julho de 2005. Outro destaque feito



Carreiro: soluções para impasses no Plenário

por Carreiro foi a solução encontrada para “salvar” o conteúdo da Medida Provisória 252, a MP do Bem. A perda de validade da medida em outubro foi contornada com a inclusão de seu conteúdo na MP 255. Assim, respeitou-se a regra

que impede a reapresentação pelo Executivo da mesma proposta em um único ano.

Outra importante conquista do Senado foi implementar e aperfeiçoar alguns dos canais que permitiram o aumento da participação do cidadão na vida política do país em número e qualidade. Serviços como Alô Senado, Data Senado e Análise das Notícias viabilizaram essa comunicação. “Podemos constatar que a população quer influir nas decisões políticas, cobrando e elogiando”,



Agaciel: prioridade para qualificação profissional

analisa Ana Lúcia Novelli, diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, responsável pelo serviço. De

janeiro a outubro, a secretaria recebeu 104 mil mensagens por *e-mail*, telefone, fax e *site*.

Também buscando aproximar o Legislativo e a população, o Prodaseen implantou o Gabinete 24 Horas, que dá aos senadores acesso à Internet e aos

dados armazenados nos computadores da Casa onde quer que estejam. Assim, o parlamentar pode trabalhar junto à população de seu estado com a estrutura de seu gabinete e demais dependências do Senado. O diretor do Prodaseen, Petrônio Carvalho, ressalta que o objetivo é “dar mais mobilidade ao senador com a oferta de tecnologia a serviço do mandato e do processo legislativo”.

Além dessas medidas, o Senado tem investido no processo de qualificação dos seus funcionários, sempre focado na prestação de serviço público. Agaciel Maia salienta a oferta de cursos de treinamento e quatro cursos de pós-graduação pela Unilegis, que tem como reitor o presidente do Senado, Renan Calheiros. A universidade criou uma comissão que vem trabalhando para seu credenciamento junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação, a fim de certificar seus cursos. Também investindo na capacitação dos servidores, o ILB, dirigido por Florian Madruga, ofereceu a três mil profissionais cursos presenciais e a distância, seminários e videoconferências.

Outro objetivo buscado pelo Senado é uma integração cada vez maior com outros órgãos legislativos. Um passo importante nesse sentido é a realização do primeiro censo do Legislativo pelo Interlegis, que tem à frente o senador Efraim Morais (PFL-PB). Os pesquisadores estão visitando todos os municípios brasileiros e será feita pela primeira vez no país um retrato das estruturas de todas as câmaras municipais.

O tripé Unilegis, ILB e Interlegis atua para qualificar o serviço prestado pelos órgãos públicos

Redução nos gastos

Economia foi quase três vezes superior à meta de R\$ 11 milhões definida no início do ano

O Senado economizou cerca de R\$ 30 milhões em 2005, em cumprimento a determinação do presidente Renan Calheiros, que no início do ano estabeleceu ao diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, que implementasse programa de redução de gastos de pelo menos R\$ 11 milhões. Segundo Agaciel, somente em material de almoxarifado e despesas correntes foram economizados R\$ 19 milhões, 72,7% acima do estipulado.

– Perseguimos o objetivo de minimizar custos maximizando a utilização dos recursos disponíveis e atacando fortemente o desperdício. Racionalizamos diversas áreas, como as atividades de treinamento, que eram terceirizadas e agora são desenvolvidas pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Também otimizamos a utilização de pessoal, equipamentos e instalações – assinalou.

Com a redução alcançada nas despesas de produção de publicações oficiais, a Gráfica do Senado economizou R\$ 7,2 milhões. Com treinamento de pessoal a redução chegou a R\$ 2,4 milhões. As publicações sofreram redução de até 2 mil exemplares em suas respectivas tiragens e foi vedada a impressão de trabalhos das secretarias, subsecretarias e órgãos equivalentes.

Também foi suspensa a participação de servidores em cursos, congressos e demais atividades de treinamento fora do Distrito Federal. As despesas com telefones foram reduzidas em 10%, o que representou uma economia de R\$ 1,4 milhão.



Com a crise política, regulamentação do lobby volta à pauta. Aprovado no Senado, projeto espera votação na Câmara

Regulamentação do lobby pode reduzir tráfico de influência, afirma Marco Maciel

Desde a década de 1970, quando foi presidente da Câmara, o senador Marco Maciel (PFL-PE) tem lutado para regulamentar a atividade de lobby. No Senado, apresentou projeto de lei (PLS 203/83) com o objetivo de disciplinar a ação dos grupos de pressão ou de interesse

com atuação junto às duas Casas legislativas. No entanto, até hoje o projeto não foi aprovado pela Câmara, onde se encontra desde 1989. Maciel pretende conversar com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para apressar a votação.

Maciel acredita que a medida deve funcionar como instrumento para prevenir eventuais tentativas de defesa de interesses inadequados e a má influência do poder econômico, que poderiam levar a uma distorção das decisões.

O parlamentar ressalta que os Estados Unidos regulamentaram o lobby em 1946 e agora estão ocupados em fazer com que as regras atinjam a ação de empresários americanos em países estrangeiros, como a China. Se o Brasil fizesse o mesmo, diz Maciel, evitaria a atual crise política, com o governo envolvido em corrupção.

Embora o termo lobby tenha conotação negativa, a pressão da sociedade sobre políticos é considerada inerente à democracia, já que os políticos são representantes dos anseios populares. O problema

estaria no uso de tráfico de influência e pagamento de propina, entre outras irregularidades. Por outro lado, o conhecimento técnico das questões pelos lobistas costuma resultar em boas contribuições para aperfeiçoar os projetos.

Outra distorção vem do fato de pequenos grupos com grande poder econômico terem mais facilidade para defender interesses corporativos que grandes categorias sociais, como contribuintes médios, consumidores e desempregados. Para o cientista político Nassri Bittar, a prática informal torna tênue a separação entre o lobby legítimo e a atividade corrupta.



Como a sua proposta pode virar lei

Participação direta da sociedade é garantida pela Constituição

A iniciativa popular é o direito constitucional que torna possível a um grupo de cidadãos apresentar projetos de lei, para serem votados e eventualmente aprovados pelos deputados e senadores. No entanto, a Constituição de 88 e sua posterior regulamentação determinam que, para que projetos de iniciativa popular cheguem ao Congresso, é preciso conseguir a assinatura de no mínimo 1% do eleitorado nacional (mais de 1 milhão de pessoas, já que o Brasil tem cerca de 122 milhões de eleitores), distribuído por pelo menos cinco estados, com no mínimo 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Para democratizar o acesso da sociedade ao processo legislativo, foram criadas, na Câmara e no Senado, as comissões de Legislação Participativa. Por meio delas, associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil podem encaminhar diretamente ao Parlamento suas sugestões, não só de projetos de lei, mas de diversas proposições. Caso a sugestão seja aprovada pela comissão, será transformada em proposta legislativa de autoria do colegiado. A tramitação poderá ser acompanhada pela Internet, por telefone ou por carta.

Onde e como apresentar as sugestões

No Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e com 19 senadores titulares e 19 suplentes, é que recebe e avalia as sugestões.

Quem pode fazer as sugestões – Pessoas jurídicas de direito privado (associações e fundações); organizações religiosas; partidos políticos sem representação no Congresso; órgãos de classe; sindicatos e entidades científicas.

O que é possível encaminhar – Sugestão ou idéia que possa se transformar em proposta de emenda à Constituição (PEC), projeto de lei ordinária ou complementar, proposta de emenda à lei orçamentária, proposta de emenda ao Plano Plurianual, emenda a projeto, projeto de resolução, audiência pública, depoimento de cidadão ou autoridade; requerimento de convocação de ministro de Estado, requerimento de informação a ministro, projeto de decreto legislativo, projeto de código ou de consolidação.

Como enviar a sugestão – Por escrito, com data e assinatura. A redação deve ser em termos respeitosos e adequados ao processo legislativo, mas os ajustes de texto necessários podem ser feitos pelo próprio Congresso. A entidade deve anexar declaração de que está regularmente constituída e inscrita em cartório de registro civil competente, informando ainda o número de registro oficial, que será tomada como prova documental, sob as penas da lei. A CDH pode solicitar outros documentos.

Contatos da comissão – Senado Federal – Praça dos Três Poderes, s/nº – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, sala 4A. 70100-000 – Brasília (DF). E-mail: scomcdh@senado.gov.br – Site: www.senado.gov.br. Tel.: (61) 3311-4251/2005/Fax: (61) 3311-4646 – Alô Senado: 0800 61-2211.

Na Câmara dos Deputados

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara foi criada em março de 2001. Suas atribuições estão definidas nas resoluções 21/01 e 22/04 e no Regimento Interno da comissão, composta por 18 membros titulares e 18 suplentes. Em 2005, a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) foi eleita presidente do colegiado.

Quem pode apresentar projetos – Associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil. Desde que tenham participação paritária da sociedade civil, também podem apresentar sugestões os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. É vedada a iniciativa de organismos internacionais e partidos políticos.

O que é possível encaminhar – Todas as iniciativas que se enquadrem na competência das comissões permanentes, com exceção de PEC, requerimento de criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) ou sugestão de proposta de fiscalização e controle.

Como enviar as sugestões – A comissão disponibiliza, via Internet, instruções e formulário próprios e um banco de idéias

formado por sugestões já apresentadas. É possível solicitar o material pelo Disque Câmara. Os interessados podem enviar a sugestão por escrito, impressa ou datilografada, em disquete de computador ou pelo correio eletrônico, postal ou fax para a comissão. É exigido registro em cartório (ou em órgão do Ministério do Trabalho) e também documento legal que comprove a composição da diretoria efetiva e os responsáveis, judicial e extrajudicialmente, pela entidade, à época da apresentação da proposta de lei (outros documentos podem ser solicitados).

Contatos – Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes, s/nº – Comissão de Legislação Participativa – Anexo II, Ala A, 1º andar, salas 121 e 122. 70160-900 – Brasília (DF). E-mail: clp.decom@camara.gov.br – Site: http://www.camara.gov.br/clp – Tel.: (61) 3216-6692 – Fax: 3216-6699 – Disque Câmara: 0800 619-619.

Sugestões podem ser enviadas por entidades, associações ou sindicatos

Senadores por unidade da Federação

Nome Parlamentar	Partido	Telefone	Correio Eletrônico
ACRE			
Geraldo Mesquita Júnior	-	3311-1078	geraldo.mesquita@senador.gov.br
Sibá Machado	PT	3311-2184	siba@senador.gov.br
Tião Viana	PT	3311-4546	tiao.viana@senador.gov.br
ALAGOAS			
Heloísa Helena	PSOL	3311-3197	heloisa.helena@senadora.gov.br
Renan Calheiros	PMDB	3311-2261	renan.calheiros@senador.gov.br
Teotônio Vilela Filho	PSDB	3311-4093	teotonio@senador.gov.br
AMAPÁ			
João Capiberibe	PSB	3311-2441	capi@senador.gov.br
José Sarney	PMDB	3311-3429	sarney@senador.gov.br
Papaleo Paes	PSDB	3311-3253	papaleo@senador.gov.br
AMAZONAS			
Arthur Virgílio	PSDB	3311-1413	arthur.virgilio@senador.gov.br
Gilberto Mestrinho	PMDB	3311-3104	gilberto.mestrinho@senador.gov.br
Jefferson Péres	PDT	3311-2063	jefperes@senador.gov.br
BAHIA			
Antonio Carlos Magalhães	PFL	3311-2191	acm@senador.gov.br
César Borges	PFL	3311-2212	cesarborges@senador.gov.br
Rodolpho Tourinho	PFL	3311-3173	rodolpho.tourinho@senador.gov.br
CEARÁ			
Patrícia Saboya Gomes	PSB	3311-2301	psaboyagomes@senadora.gov.br
Reginaldo Duarte	PSDB	3311-1137	reginaldo.duarte@senador.gov.br
Tasso Jereissati	PSDB	3311-4846	tasso.jereissati@senador.gov.br
DISTRITO FEDERAL			
Cristovam Buarque	PDT	3311-2288	crystovam@senador.gov.br
Paulo Octávio	PFL	3311-2011	paulo.octavio@senador.gov.br
Valmir Amaral	PTB	3311-1961	valmir.amaral@senador.gov.br
ESPIRITO SANTO			
Gerson Camata	PMDB	3311-3235	gerson.camata@senador.gov.br
João Batista Motta	PSDB	3311-1129	jbmotta@senador.gov.br
Magno Malta	PL	3311-4161	magnomalta@senador.gov.br
GOIÁS			
Demostenes Torres	PFL	3311-2091	demostenes.torres@senador.gov.br
Iris de Araújo	PMDB	3311-1132	iris.araujo@senadora.gov.br
Lúcia Vânia	PSDB	3311-2035	lucia.vania@senadora.gov.br
MARANHÃO			
Edison Lobão	PFL	3311-2311	edison.lobao@senador.gov.br
João Alberto Souza	PMDB	3311-4073	joao.alberto@senador.gov.br
Roseana Sarney	PFL	3311-3069	roseana.sarney@senadora.gov.br
MATO GROSSO			
Antero Paes de Barros	PSDB	3311-4061	antero.barros@senador.gov.br
Gilberto Goellner	PFL	3311-2271	gilberto.goellner@senador.gov.br
Serys Shlessarenko	PT	3311-2291	serys@senadora.gov.br
MATO GROSSO DO SUL			
Delcídio Amaral	PT	3311-2451	delcidio.amaral@senador.gov.br
Juvêncio da Fonseca	PSDB	3311-1128	juvencio.fonseca@senador.gov.br
Ramez Tebet	PMDB	3311-2222	ramez@senador.gov.br
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PL	3311-4621	aelton.freitas@senador.gov.br
Eduardo Azeredo	PSDB	3311-2324	eduardo.azeredo@senador.gov.br
Wellington S. de Oliveira	PMDB	3311-2244	wellington.salgado@senador.gov.br
PARÁ			
Ana Júlia Carepa	PT	3311-2104	ana.julia@senadora.gov.br
Flexa Ribeiro	PSDB	3311-2342	flexaribeiro@senador.gov.br
Luiz Otávio	PMDB	3311-3050	luiz.otavio@senador.gov.br

Nome Parlamentar	Partido	Telefone	Correio Eletrônico
PARAÍBA			
Efraim Morais	PFL	3311-2425	efraim.morais@senador.gov.br
José Maranhão	PMDB	3311-1892	jose.maranhao@senador.gov.br
Ney Suassuna	PMDB	3311-4345	neysuassuna@senador.gov.br
PARANÁ			
Alvaro Dias	PSDB	3311-4060	alvarodias@senador.gov.br
Flávio Arns	PT	3311-2402	flavioarns@senador.gov.br
Osmar Dias	PDT	3311-2124	osmardias@senador.gov.br
PERNAMBUCO			
José Jorge	PFL	3311-3245	jose.jorge@senador.gov.br
Marco Maciel	PFL	3311-5710	marco.maciel@senador.gov.br
Sérgio Guerra	PSDB	3311-2382	sergio.guerra@senador.gov.br
PIAUI			
Alberto Silva	PMDB	3311-3055	alberto.silva@senador.gov.br
Heráclito Fortes	PFL	3311-2131	heraclito.fortes@senador.gov.br
Mão Santa	PMDB	3311-2333	maosanta@senador.gov.br
RIO DE JANEIRO			
Marcelo Crivella	PMR	3311-5225	crivella@senador.gov.br
Roberto Saturnino	PT	3311-4229	roberto.saturnino@senador.gov.br
Sérgio Cabral	PMDB	3311-2435	sergio.cabral@senador.gov.br
RIO GRANDE DO NORTE			
Fernando Bezerra	PTB	3311-2461	fbezerra@senador.gov.br
Garibaldi Alves Filho	PMDB	3311-2371	garibaldi.alves@senador.gov.br
José Agripino	PFL	3311-2361	jose.agripino@senador.gov.br
RIO GRANDE DO SUL			
Paulo Paim	PT	3311-5227	paulopaim@senador.gov.br
Pedro Simon	PMDB	3311-3232	simon@senador.gov.br
Sérgio Zambiasi	PTB	3311-1207	sergio.zambiasi@senador.gov.br
RONDÔNIA			
Amir Lando	PMDB	3311-3130	amir.lando@senador.gov.br
Fátima Cleide	PT	3311-2391	fatima.cleide@senadora.gov.br
Valdir Raupp	PMDB	3311-2252	valdir.raupp@senador.gov.br
RORAIMA			
Augusto Botelho	PDT	3311-2041	augusto.botelho@senador.gov.br
Mozarildo Cavalcanti	PTB	3311-1160	mozarildo@senador.gov.br
Romero Jucá	PMDB	3311-2111	romero.juca@senador.gov.br
SANTA CATARINA			
Ideli Salvatti	PT	3311-2171	ideli.salvatti@senadora.gov.br
Jorge Bornhausen	PFL	3311-4206	bornhausen@senador.gov.br
Leonel Pavan	PSDB	3311-4041	pavan@senador.gov.br
SÃO PAULO			
Aloizio Mercadante	PT	3311-1313	mercadante@senador.gov.br
Eduardo Suplicy	PT	3311-3213	eduardo.suplicy@senador.gov.br
Romeu Tuma	PFL	3311-2051	romeu.tuma@senador.gov.br
SERGIPE			
Almeida Lima	PMDB	3311-1312	almeida.lima@senador.gov.br
Antonio Carlos Valadares	PSB	3311-2201	antval@senador.gov.br
Maria do Carmo Alves	PFL	3311-4055	maria.carmo@senadora.gov.br
TOCANTINS			
Eduardo Siqueira Campos	PSDB	3311-4070	eduardo.siqueira@senador.gov.br
João Ribeiro	PL	3311-2163	joaoribeiro@senador.gov.br
Leomar Quintanilha	PCdoB	3311-2073	leomar@senador.gov.br

